

Obras
Clássicas
da Literatura
Portuguesa

Século XVII

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO

CARTA DE GUIA DE CASADOS

Edição de
Maria de Lurdes Correia Fernandes



CARTA DE GUIA DE CASADOS

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO
CARTA DE GUIA DE CASADOS

Edição de: Maria de Lurdes Correia Fernandes

Colecção: Obras Clássicas da Literatura Portuguesa - 165

Coordenação Editorial da Colecção:
Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

Design Gráfico da Colecção: José Brandão / Paulo Falardo - B2 Atelier de Design, Lda.

© CAMPO DAS LETRAS - Editores, S.A., 2003
Rua D. Manuel II - 33 5.º 4050-345 Porto
Tel. 226 080 870 Fax 226 080 880
E-mail: campo.lettras@mail.telepac.pt
Site: www.campo-lettras.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. - V. N. Famalicão
Pré-impressão e acabamentos: Inforsete
1.ª edição: Março de 2003
Depósito legal: 194397/03
ISBN 972-610-664-8
Código de barras: 9789726106647

Colecção: Clássicos Portugueses (Campo das Letras) – 26
Direcção gráfica: Loja das Ideias
Capa: Hermínio Bastos

A colaboração da editora CAMPO DAS LETRAS
no projecto do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas,
Obras Clássicas da Literatura Portuguesa,
é coordenada por Luís Adriano Carlos e Rosa Maria Martelo.

OBRAS CLÁSSICAS DA LITERATURA PORTUGUESA

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO

CARTA DE GUIA
DE CASADOS

EDIÇÃO DE
MARIA DE LURDES CORREIA FERNANDES



Publicação patrocinada pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas

CARTA
DEGVIA
DE
CASADOS.

*Páraque pello caminho da
prudencia se acerta
com a Casa do
descanso.*

A HVM AMIGO.

Por D. Francisco Manuel.

EM LISBOA.

*Com as licenças necessarias
na Officina Graef-
beckiana,
1651.*

Vende-se na Rua nova

*Fac-símile do frontispício
da 1.^a edição
da Carta de Guia de Casados*

INTRODUÇÃO

1. D. Francisco Manuel de Melo: entre a corte, a milícia, a Europa e a prisão.

O valor literário e os significados culturais da *Carta de Guia de Casados* obrigam a ter em conta alguns aspectos da complexa vida do grande escritor que foi D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666), autor que as célebres (e insuspeitas) palavras de Menéndez Pelayo definiram como «el hombre de más ingenio que produjo la Península Ibérica en el siglo XVII, a excepción de Quevedo»¹. Não sendo relevante fazer aqui um resumo da biografia de D. Francisco — que conta com o ainda insuperado *Esboço biográfico* feito por Edgar Prestage², geralmente seguido nos seus dados fundamentais em todas as (mais ou menos breves) biografias posteriores de Melo³ — interessa, contudo, lembrar, genericamente, alguns aspectos e acontecimentos que, ocorridos antes de 5 de Março de 1650 — data da conclusão da *Carta* —, se possam revelar pertinentes para uma melhor compreensão do enquadramento literário e cultural da mesma.

Em primeiro lugar, a sua ascendência espanhola por via materna, que lhe facilitou não só o correcto domínio da língua castelhana, como também conhecimentos e relações que se revelariam fundamentais na sua carreira militar, diplomática e, obviamente, literária, sobretudo a partir dos anos 20-30

¹ D. Marcelino Menéndez Pelayo, *Historia de las ideas estéticas en España*. Santander, 1940, vol. II, 273.

² Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Mello. Esboço biographico*. Coimbra: por Ordem da Universidade, 1914, reeditado em fac-símile, Lisboa: Fenda, 1996.

³ Veja-se, sobretudo, Benjamin N. Teensma, *Don Francisco Manuel de Melo (1608-1666). Inventario general de sus ideas*. Goningén, 1966; Antonio Bernat Vistarini, *Francisco Manuel de Melo (1608-1666). Textos y contextos del barroco peninsular*. Palma: Universitat de les Illes Balears, 1992; Joan Estruch Tobella, «Introducción» à edição da *Historia de los movimientos, separación y guerra de Cataluña*. Madrid: Castalia, 1996, 7-25; mais recentemente, Maria Lucília Gonçalves Pires e José Adriano de Carvalho, «D. Francisco Manuel de Melo» in *História Crítica da Literatura Portuguesa – Maneirismo e Barroco*, Lisboa, Verbo, 2001, cap. IV, 163-174.

do século XVII; de facto, a sua esmerada educação escolar e cortesã, a facilidade com que foi acedendo aos meandros da corte em Madrid (logo a partir de 1618 como moço fidalgo), os dotes literários, por um lado, e, por outro, as competências militares e diplomáticas que cedo manifestou em diversas campanhas granjearam-lhe um razoável prestígio junto do poder político e militar daquelas décadas, tanto em Portugal como em Espanha⁴. A frequência da corte madrilena, em várias ocasiões até 1640, facultou-lhe também diversas relações culturais e literárias (nomeadamente com Quevedo), que se revelariam fundamentais não apenas para a sua formação geral de cortesão, de político e de diplomata, mas também para a intensa e diversificada actividade literária, cujos primeiros textos foram, significativamente, escritos em castelhano⁵. No que diz respeito à *Carta de Guia de Casados* — o primeiro texto impresso (mas não o escrito⁶) em português —, diversos aspectos nela tratados (desde as modas femininas até à ostentação das grandes casas, passando pela evocação de diversificados ditos de fidalgos e cortesãos espanhóis) só poderão ser compreendidos no quadro desses múltiplos contactos e do que eles lhe proporcionaram, em termos comparativos, para formular advertências, avisos e conselhos aos casados (sobretudo fidalgos) portugueses.

Em segundo lugar, as campanhas militares que o levaram a outros países e cidades, nomeadamente a Flandres, forneceram-lhe experiências e vivências de que soube tirar partido em várias obras, inclusivamente na *Carta de Guia de Casados*, não só para a maior verosimilhança, força ou graça de algumas alusões a acontecimentos vividos ou presenciados nesses países e locais, mas também para a compreensão de muitas das observações relativas a modas ou especificidades da vida portuguesa, sobretudo lisboeta — em comparação com práticas de outros países e culturas — sobre que D. Francisco Manuel quis discorrer e «avisar» os casados.

Em terceiro lugar, diversos desempenhos diplomáticos, se lhe permitiram afirmar as suas capacidades políticas e negociais, também lhe facultaram material que soube explorar literariamente. Por exemplo, a passagem,

⁴ Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo*, ob. cit., esp. 14-19, 32-84.

⁵ Para este facto chamou a atenção o impressor da *Carta de Guia de Casados*, Paulo Craesbeeck, no prólogo aos leitores incluído na primeira edição da obra (*Carta, infra*, p. 55. Citarei sempre pela presente edição).

⁶ Para além de muitas cartas “familiares”, de algumas composições poéticas anteriores a 1650 e do 1º Memorial a D. João IV (1648), a redacção do *Fidalgo Aprendiz* data de 1646 e a da *Epanáfora política* de 1649 (cf. Edgar Prestage, ob. cit., 213 e 236-8).

na sua viagem de Flandres para Portugal, pela corte de Londres em 1641 e, mais concretamente, a sua estada na embaixada de Portugal proporcionaram-lhe a vivência de episódios que transformou em exemplos de valência retórica, como fez na *Carta de Guia de Casados* quando lamentou a falta de brio e saber dos criados portugueses⁷.

Deste modo, um relativo cosmopolitismo — tanto intelectual⁸ como vivencial⁹ — marca também, de um modo insistente, esta *Carta de Guia*: através das histórias e dos ditos com que D. Francisco habilmente quis ilustrar os seus conselhos baseados no que presenciou ou viveu em Espanha (nomeadamente em Madrid e em Barcelona¹⁰), em Londres e na Flandres¹¹, ou das narrativas referentes a figuras desses ou de outros países ou cidades, de que o melhor exemplo — que ocorre em três momentos distintos da *Carta* — é o de Margarida de Valois e de figuras do seu entorno, a partir das memórias desta “rainha” de França.

Mas as mudanças políticas que, de um modo inequívoco, se adivinhavam em Portugal, sobretudo, a partir das alterações de Évora em 1637 — que D. Francisco trabalhou literariamente na *Epanáfora Política* — e que culminaram na independência política de Portugal em 1640 acabaram por trazer dificuldades à sua carreira militar e diplomática, antes de mais, em Espanha, por suspeitas de fidelidade ao Duque de Bragança e, em Portugal, em virtude dos antigos desempenhos político-diplomáticos a mando de Filipe IV ou do seu valido¹². E nem mesmo a sua reiterada afirmação de fidelidade política a D. João IV lhe serviu de garantia para a protecção real face a mal explicadas acusações de um assassinio que lhe determinaram a longa prisão que se iniciou em 19 de Novembro de 1644 e se prolongou até um ano antes do desterro para o Brasil em 1655¹³.

Por tudo isto, as complexidades e as adversidades da vida do grande escritor que foi (e é) Francisco Manuel de Melo foram, significativamente, condições fundamentais e decisivas para a sua vasta, rica e original produção

⁷ *Carta de Guia*, p. 127.

⁸ Giacinto Manuppella, «Acerca do cosmopolitismo intelectual de D. Francisco Manuel de Melo», *Brasília* (Coimbra, Instituto de Estudos Brasileiros), XI (1960), 59-76.

⁹ Maria Lucília Gonçalves Pires e José Adriano de Carvalho, «D. Francisco Manuel de Melo», ob. cit., 165-6.

¹⁰ *Carta de Guia*, esp. 66, 69, 91, 94, 126, 136 (Castela), 131.

¹¹ *Carta de Guia*, p. 83,121,127,139.

¹² Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo*, ob. cit., esp. 84-153.

¹³ Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo*, ob. cit., esp. 185-266.

literária. De facto, se é certo que o seu cosmopolitismo intelectual se alimentou tanto de leituras várias quanto da experiência e das observações que lhe proporcionaram as diversas campanhas militares e as viagens diplomáticas, há que reconhecer que, seguramente, não teria tido a ocasião de se manifestar tão sólida e variadamente por escrito se os longos (e sofridos) anos de prisão lhe não tivessem facultado o tempo para a reflexão e para a escrita. Ele próprio o reconheceu em diversas cartas¹⁴ com que tentou alimentar amizades e iludir o sofrimento dessa prisão que sentia e afirmava injusta.

E é também à luz desse longo tempo de relativa solidão, que teve de ir ocupando construtivamente (e sofrendo estoicamente) para não desesperar, que ganham sentido diversos aspectos e algumas passagens da *Carta de Guia*, nomeadamente, a variedade (num leque quase exaustivo) dos conselhos e dos «avisos» aos casados, que se enriquecem, com frequência, de experiências, vivências ou práticas culturais por vezes fortemente diferenciadas; tal variedade está aliada a uma subtil frieza de análise que D. Francisco soube, não raras vezes, amenizar através do recurso a uma ironia divertida na abordagem de diversos assuntos que então se prendiam com a vivência matrimonial, num quadro de referência aristocrática da família e, logo, da casa.

2. A Carta de Guia de Casados: o título, o género, a matéria.

Escrita com todo o respeito pelas normas do género epistolográfico vigentes nos séculos XVI e XVII — formuladas em distintas obras, desde as homónimas de Erasmo e Luís Vives *De conscribendis epistolis*, passando pela *Institutio epistolica* de Justo Lipsio¹⁵, até outras de distinta problemáti-

¹⁴ Cartas que, em número considerável — mas muito incompleto —, veio a recolher e organizar em cinco centúrias o seu amigo António Luís de Azevedo, publicadas com o título de *Primeira parte das Cartas Familiares...*, Roma, Of. de Filipe Maria Mancini, 1664 (reeditadas, com a inclusão de outras cartas, por M^a da Conceição Morais Sarmento, Lisboa: I.N.-C.M., 1981).

¹⁵ A vasta produção de obras sobre epistolografia ao longo do século XVI e no século XVII traz bem a importância que, sobretudo a partir dos humanistas, foi adquirindo este género literário. Sobre os diversos tipos, significados e usos da carta no Renascimento, merecem especial destaque os estudos de Marc Fumaroli, «Genèse de l'épistolographie classique: rhétorique humaniste de la lettre, de Petrarque à Juste Lipse», *Revue d'histoire littéraire en France*, 78 (1978), 886-900 e «Juste Lipse, L' "Institutio epistolica" (1591)» in *L'Âge de l'éloquence*. 2^a ed., Paris: Albin Michel, 1994, 152-161; os estudos editados por Amedeo Quondam, *Le carte messaggiere. Retorica e modelli do comunicazione epistolari: per un indici dei libri di lettere del Cinquecento*. Roma: Bulzoni, 1981; para a Península Ibérica veja-se, em particular, Domingo Yndurán «Las cartas en prosa

ca e âmbito mais “nacional” como a *Corte na Aldeia* de Rodrigues Lobo¹⁶ —, esta interessante e singular *Carta de Guia de Casados* é apresentada por D. Francisco Manuel de Melo como um texto escrito «em estilo alegre e fácil» e a modo de «prática familiar» (ou «como do lar nestas longas noites de Janeiro»), com o intuito de fornecer um vasto conjunto de avisos e conselhos a um amigo em vésperas de casamento, a quem o autor se dirige abreviadamente ora como «V. M.», ora como «senhor N.». Desconhecendo-se totalmente quem seria esse «amigo» — ou se alguma vez existiu um amigo «real», noivo ou recém-casado, que tenha pedido a D. Francisco *estes* «bons conselhos»¹⁷ —, a construção discursiva submete-se com frequência a essa condicionante retórica, o que lhe serve de desculpa para, algumas vezes, evitar abordar alguns aspectos da vida conjugal ou familiar presentes na vasta tratadística moral da época (como sucede com os critérios de escolha da mulher¹⁸ ou com a educação dos filhos¹⁹), e para, em outros mo-

en el Renacimiento», *Academia Literaria Renacentista*, IV (1987), 73-99. Mais recentemente, no que diz respeito à circulação manuscrita de diversos tipos de carta, Fernando Bouza, *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons/ Historia, 2001, esp. 137-214. Para Portugal, veja-se «Epistolografia» in Maria Lucília Gonçalves Pires e José Adriano de Carvalho, *História Crítica da Literatura Portuguesa*, vol. III (*Maneirismo e Barroco*). Lisboa: Ed. Verbo, 2001, 435-470.

¹⁶ Nos seus diálogos II e III, sobre as «cartas missivas», em que Rodrigues Lobo seguiu declaradamente Cícero (cito pela edição, com introdução, notas e fixação do texto, de José Adriano de Freitas Carvalho, Lisboa: Editorial Presença, 1991, esp. 72-104).

¹⁷ *Carta*, p. 57: «Diz-me V. M. que se casa e que lhe dê eu, para se governar nesse seu novo estado, alguns bons conselhos». Mais adiante (p. 81), quando passa a debruçar-se sobre o comportamento feminino — e para justificar não se debruçar sobre a questão da escolha da mulher — afirma que o seu «ânimo não foi aconselhar como deve casar-se, que o acerto de V. M. me livrou desse trabalho...» e que «para o que já casou e supomos bem casado é que juntamos aqui estas advertências» (p. 81). Deste modo, dos conselhos iniciais para um «amigo» noivo passou D. Francisco para «avisos» e «advertências» para os «bem casados» (e, muitas vezes, para todos os casados). Mas também é certo que, nos meses antes da conclusão desta *Carta*, vários amigos de D. Francisco se casaram, aos quais enviou outras breves «cartas familiares», como é o caso de um D. N. (*Cartas familiares*, ed. cit., p. 316, nº 313, com a data de 9 de Janeiro de 1650), do Morgado de Oliveira (ibid., p. 327, nº 326, com data de 23 de Janeiro de 1650) e de «um noivo» (ibid., p. 351, nº 347, com data de 3 de Março de 1650). Para D. António Álvares da Cunha escreveu D. Francisco uma outra carta, mas em verso, incluída nas *Obras Métricas*, Lyon, 1665, t. II, 95-98.

¹⁸ Como o «amigo» já tinha noiva, pôde evitar «dar conselhos a quem escolhe mulher», optando por dar «avisos para se viver com aquela que já se tem escolhido» (p. 4). Contudo, a questão da escolha da mulher estava presente em quase toda a tratadística moral anterior, sobretudo ibérica (como já mostrei em *Espelhos, cartas e guias*, esp. p. 92s.), mas também italiana. Uma obra influente (talvez até conhecida por D. Francisco) como *La civil conversazione* (1574) de Stefano Guazzo, no seu *Libro terzo* (cito pela edição de Venezia, por Antonio Giuliani, 1621, fl. 178v-179v.), ainda se debruçou com alguma minúcia sobre esta problemática que D. Francisco evitou deliberadamente

¹⁹ Porque era assunto que ainda estava longe. Curiosamente, debruçou-se sobre a interferência dos pais nas opções de estado dos filhos, matéria bem mais “longínqua” do que a da educação

mentos, se demorar em temas e questões sobre que pensa ser útil «guiar», aconselhar ou avisar o «amigo» (por exemplo, os vários tipos de mulheres e de criados/as)²⁰, ou ainda para tocar em aspectos mais delicados, como as atitudes das mulheres de ministros²¹ ou as amizades com religiosos(as)²²; escuda-se, assim, numa justificação exterior para seleccionar e apresentar a sua visão pessoal e crítica de vários temas e debates que, em meados do século XVII, continuavam ainda a gerar distintas opiniões e perspectivas, bem como distintos tratamentos literários, como o testemunha o próprio D. Francisco Manuel que a este tema dedicou, além desta obra, outras cartas e diversos textos poéticos²³.

Não sendo nomeado o «amigo», a carta foi dedicada, respeitando uma tradição editorial especialmente acolhida e favorecida pelos humanistas e ampliada no século XVII, a seu primo, solteiro, D. Francisco de Melo²⁴. Adoptando um tom que, não raras vezes (como adiante se verá), se aproxima da confiança autorizada pela familiaridade, D. Francisco Manuel começou a dedicatória afirmando que o «avisa Paulo Craesbeeck que na sua oficina está impressa» a obra e que «ou a dedique» o Autor ou «lhe deixe fazer dela convite a quem a estime e lhe agradeça». A crer na verdade desta afirmação, a impressão desta obra não terá resultado de uma iniciativa directa do autor — que apenas terá feito chegar uma cópia manuscrita (terá feito mais?) a António Luís de Azevedo por intermédio de

dos filhos. A sua abordagem talvez se deva ao facto de ser um tema mais polémico e, portanto, também de maior rentabilidade literária.

²⁰ Uma minuciosa análise linguística do discurso da *Carta* foi recentemente feita por Joaquim Fonseca, «O discurso da *Carta de Guia de Casados* (de D. Francisco Manuel de Melo)», *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, Porto, XVII (2000), 9-135.

²¹ De facto, escuda-se na situação do amigo — que, pelo seu estatuto social até poderia vir a ser ministro — para tecer críticas a algumas mulheres de ministros que querem «ser elas ministras também como eles» (*Carta*, p. 135).

²² *Carta*, pp. 101-103.

²³ Do soneto à écloga, passando pelo epigrama, pelo epitalâmio e pela epístola em verso. Além dos textos citados *supra* nota 14 e *infra*, nota 48, vejamos, nas *Obras Métricas*, o soneto *Casandose D. F. D. M. Conde de Ericeira*, o romance *La mal casadilla*, a *Epístola epitalâmica a hum amigo*, os sonetos *Havendose cazado por vingança hua senhora contra seu merecimento* e *Lamentando o infelice casamento de hua Dama*, a écloga *Cazamento*, dedicada a D. Francisco de Melo, o soneto *Dando os parabens do nascimento de hua filha a D. Antonio Alvarez da Cunha* e o epigrama *A hum pouco venturoso em casamento* (*Obras Métricas*, ob. cit., respectivamente, I, pp. 7, 135 e 171-175, II, pp. 29, 49, 95-98, 225, 234). Destes textos me ocuparei em outra ocasião.

²⁴ Sobre este primo de D. Francisco, veja-se Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo*, ob. cit., esp. 8-9.

João Rodrigues de Sá²⁵ —, mas de uma decisão do impressor que, apesar disso, “permitiu” que D. Francisco escolhesse o destinatário formal e escrevesse a dedicatória. No quadro das condicionantes da edição em meados do século XVII, é fácil suspeitar que o impressor sabia que este texto tinha leitores e, conseqüentemente, compradores assegurados e por isso terá ouvido um tal ultimato a D. Francisco Manuel. Aliás, a circulação manuscrita da obra desde, pelo menos, Março de 1650 terá também alimentado a curiosidade — não sem alguma polémica a que alude tanto o autor como o impressor — que se foi criando à volta deste texto de D. Francisco. Efectivamente, segundo Paulo Craesbeeck, «este livro, correndo manuscrito, quis ser de algumas pessoas caluniado de severo contra a liberdade das mulheres», tendo o impressor visto nesse facto «a principal razão de se comunicar agora a todos, para que se veja a pouca causa que o livro deu ao juízo que dele se tinha feito»²⁶.

Deste modo, o impressor parece ter querido acentuar, sob capa pacificadora, a dimensão polémica desta *carta*, apresentando-a como «livro» que «todos», incluindo as mulheres, poderiam ler e interpretar segundo critérios inevitavelmente diversificados. Mas ao fazê-lo não violentou os intuitos de D. Francisco que, tanto no título como em diversos momentos da *Carta* — e também no *Hospital das Letras* pela voz de Lípsio que disse ter ouvido a «homens sábios falar nela com exquisita variedade»²⁷ — denunciou ter consciência, por

²⁵ A redacção da *Carta de Guia* terá sido iniciada em Janeiro de 1650, conforme confessa Melo numa carta a D. João Pereira, datada de 25 de Janeiro de 1650: «As cartas não vieram. Busque-as bem V. M. e mande-mas, porque estou escrevendo ãa Carta de guia de casados, a rogo de um noivo, e hei mister saber como se requebram, para dar também nessa parte minha razão, que por força em tal matéria haverá de ser de ouvidas» (*Cartas Familiares*. Ed. de M^o da Conceição Morais Sarmiento, cit., nº 328, p. 329). E numa das cartas a António Luís de Azevedo, datada de 6 de Março de 1650 — um dia depois da data que consta no final da *Carta* (5 de Março de 1650) — diz que já estava concluída: «Se João Roiz de Sá, nosso amigo, tem feito romaria a V. M., depois que cá esteve, dirá dos princípios de um discurso em que me ocupei estes dias, e para que a V. M. cito, dando lugar o tempo. Servir-nos-á de falar. Chamo-lhe “Carta de Guia de Casados”. Houve causa para se escrever, e tem-me enganado; chegará às mãos daquele crítico e desenganar-me-ei...» (ed. cit., nº 349, p. 353). Em outra carta a um amigo, datada do «dia de Páscoa», confidencia: «Se V. M. passar a esta parte, verá que não estou ocioso, porque me leva muito cuidado e tempo estoutra parte que componho. Confesso que nunca tanto me apliquei a cousa algũa que escrevesse (...) Já pedi a V. M. me avisasse de como hei-de intitular a carta, que está feita e copiada...» (ed. cit., nº 384, p. 379). Estas referências mostram bem como esta carta foi cuidadosamente — ou seja, literariamente e não só “familiarmente” — preparada e escrita por D. Francisco.

²⁶ *Carta*, p. 54

²⁷ Cito pela edição de Jean Colomès, *Le dialogue «Hospital das Letras» de D. Francisco Manuel de Melo*, Paros, F.C.G.-C.C.P., 1970, 98-99.

um lado, do vasto público deste texto²⁸ e, por outro, da inevitabilidade de algumas reacções menos favoráveis por parte das mulheres²⁹, razão pela qual, ao concluir a carta, se escudou na boa intenção: «se contudo parecer às mulheres excessivamente rigorosa esta minha doutrina, certifico-lhes que meu ânimo não foi esse, senão encaminhar tudo à sua estimação, regalo e serviço»³⁰.

Assim, conjugando uma assumida perspectiva pessoal e crítica sobre os temas matrimoniais e os claros intuitos morais e conselheiros a que o género epistolar se prestava exemplarmente, esta carta, pelo âmbito e pela temática (não tanto pela extensão), também se podia chamar *familiar* — como as suas próprias *Cartas familiares*, em cuja edição já pensava então D. Francisco³¹ —, já que, respeitando os cânones retóricos que a tratadística epistolar vinha criando e divulgando, se centrou (melhor, escudou) no «caso» do «amigo» para apresentar conselhos pessoais supostamente direccionados para a vida privada deste e, mais concretamente, para o seu comportamento com a futura mulher no amplo espaço da casa aristocrática, tomada tanto no seu sentido físico como simbólico. Naturalmente, em face do inicial percurso matrimonial do «amigo», quase todas as possibilidades temáticas estavam em aberto, pelo que assim tinha as condições retóricas para não deixar de lado nenhum aspecto que considerava relevante e para contemplar «todos os casos e todos os avisos»³².

²⁸ De facto, não só referiu no corpo da *Carta* os «muitos e muitas que me lerem» (p. 118, como logo no longo título disse pretender guiar *os casados* para que «pelo caminho da prudência se acerte com a casa do descanso», consideração geral que está, aliás, subjacente a muitos dos conselhos contidos nesta *Carta* que nas primeiras páginas expressa a assumida vontade do autor de dar algumas «regras» e «avisos» aos «casados» para viverem em «paz» e «quietação» (p. 1).

²⁹ *Le dialogue «Hospital das Letras»*, ed. cit., 99: «Autor — (...) Só das mulheres me temo nesse livro, assim porque, como são dos homens as melhores amigas, são as maiores inimigas, como porque algumas não tomarão em graça as minhas graças».

³⁰ *Carta*, p. 144. Quando criticou as mulheres «varonis» reconheceu que «desta vez ficará de todo mal todas comigo...» (*Carta*, p. 94).

³¹ Maria da Conceição Morais Sarmento, no prefácio à sua edição das *Cartas familiares* de D. Francisco Manuel de Melo (ed. cit. pp. 13-15, mostrou como foi demorada a preparação da edição pelo autor, que começou a reunir as cartas desde, pelo menos, 1641; será pertinente lembrar aqui o extraordinário sucesso editorial que tiveram as *Epístolas familiares* de Fr. Antonio de Guevara desde a sua publicação em 1539-41. Além disso, D. Francisco devia conhecer a *Epistolica institutio* de Justo Lípsio, publicada em 1591 (sobre esta obra, vejam-se os estudos de Marc Fumaroli citados *supra* nota 15). Tal como Lípsio — significativamente, transformado em personagem do *Hospital das Letras* —, também Melo ordenou as suas *Epístolas familiares* em «centúrias», conforme aparecem na primeira edição (1666). Sobre a influência de Lípsio em Melo (sobretudo através de Quevedo) veja-se Maria Lucília Gonçalves Pires, «As ideias literárias de D. Francisco Manuel de Melo» in *Xadrez de Palavras. Estudos de Literatura Barroca*. Lisboa: Eds. Cosmos, 1996, 41-52.

³² *Carta*, p. 143.

Por isso adoptou, com frequência, um tom conversacional — como o pedia este registo escrito que D. Francisco quis expressamente aproximar do da «prática» familiar³³ —, autorizado, precisamente, pela intimidade e cumplicidade da amizade. Efectivamente, por diversas vezes o vemos utilizar os verbos *falar* e *ouvir* para referir a sua «conversa» com o «amigo». São especialmente ilustrativas e interessantes as passagens em que aborda temas delicados, como o das criadas: «Quero falar em criadas e quisera falar mais baixo, se a escritura tivera tons como tem a prática»³⁴, sobre que conta «em segredo uma história»³⁵; mais adiante, reconhecendo ter falado «tão livremente» sobre este assunto, pede ao amigo que «leia e guarde só para si estes avisos»³⁶; quando fala das leituras latinas da mulher, reconhece ter-se posto «ao fogo», mas desculpa-se com o argumento de que «desde este lugar falo a V.M. e V.M. me ouve e me perdoa...»³⁷; e a propósito da «beatária» feminina exorta o amigo a «ouvi-lo» com «nova atenção»³⁸, em virtude da gravidade do assunto...

Além disso, o género epistolar — aqui sob a forma concreta de «carta a um amigo» — permitia-lhe assumir (e, de certa forma, desculpabilizar) uma perspectiva exclusivamente masculina nos critérios (ou na selecção) dos conselhos relativos ao comportamento conjugal e familiar, bem como ao modo de articular o viver doméstico com o viver social, sobretudo na cidade e na corte; permitia-lhe discorrer com graça sobre os vários tipos de mulher que podiam caber em sorte ao marido, tanto mais que, nas frequentes condições aristocráticas do débil conhecimento mútuo dos casados e, em geral, dos poucos anos da mulher — como seria o caso da mulher escolhida pelo «amigo»³⁹ —, a ironia e uma sofisticada ou discreta maledicência,

³³ No que mostra conhecer bem os preceitos ciceronianos (ou neles inspirados) do género epistolar concebido como um diálogo entre ausentes, que até podia ter lido na *Corte na Aldeia* ou em outras obras dos séculos XVI e XVII (veja-se *Corte na Aldeia*, ed. cit., esp. p. 90-94, com abundante bibliografia nas notas); a insistência na imitação da «prática» no estilo das cartas tem especial sentido no quadro da valorização, e não só nos ambientes de corte, a «arte da conversação». Além da citada introdução e das bem fundamentadas notas de José Adriano de Carvalho, veja-se Peter Burke, «El arte de la conversación en la Edad Moderna temprana», in *Hablar y callar. Funciones sociales del lenguaje a través de la historia*. Barcelona: Gedisa, 1996, pp. 115-153.

³⁴ *Carta*, p. 74.

³⁵ *Carta*, p. 74.

³⁶ *Carta*, p. 79.

³⁷ *Carta*, p. 96.

³⁸ *Carta*, p. 100.

³⁹ *Carta*, p. 62.

escudadas pelo carácter pessoal e íntimo da carta, podiam surgir quase sem restrições... Do mesmo modo, as considerações sobre os limites do comportamento feminino, as suas liberdades na casa, as condicionantes do seu comportamento público, as modas e os modos do viver doméstico podiam aventurar-se por alguns aspectos da intimidade da casa que não seriam de esperar num tratado moral como tantos outros anteriores e da sua época; o mesmo se diga de algumas referências relativas aos criados e criadas e, em geral, ao governo da casa que, num texto deste género, estavam retoricamente enquadradas e, conseqüentemente, protegidas.

3. Do contexto ao texto da Carta.

A vastidão e complexidade da temática matrimonial, a multiplicidade das abordagens anteriores, os problemas de ordem social, moral, religiosa e, conseqüentemente, cultural que a envolviam e a condicionavam não autorizavam um tratamento breve e muito menos simples da mesma. D. Francisco mostrou, desde o início da sua carta, que tinha consciência dessa vastidão e da multiplicidade de textos, e por isso reconheceu que desde a antiguidade até aos «modernos» se haviam escrito «grandes cousas», «muitas» e «graves» para «advertência dos casados»⁴⁰. E mesmo desejando que a sua fosse uma obra mais «alegre e fácil», amenizada por diversas «histórias» ou «casos» que foi vendo, lendo e ouvindo⁴¹ — abandonando uma longa tradição, algo exagerada pelos humanistas, de recurso a autoridades e exem-

⁴⁰ Carta, p. 57.

⁴¹ Esta valorização do que «li, vi, ouvi» encontra-se, aliás, em outros textos anteriores e da sua época; dos primeiros, é exemplo *El sobremesa y alivio de caminantes* de Juan Timoneda, que recolheu «diversos y graciosos cuentos, afables dichos, y muy sentenciosos» que «yo en diversos años he oído, visto y leído...» (Joan Timoneda, Joan Aragonés, *Buen aviso y portacuentos. El sobremesa y alivio de caminantes. Cuentos*. Ed. crítica de Pilar Cuartero y Maxime Chevalier. Madrid: Espasa Calpe, 1990, 202); dos segundos, a *Arte de Furtar*, cujo anónimo autor, na «Protestaçam a quem ler este tratado», afirmou só dizer «o que vi, o que li, ou ouvi, sem pesquisar autores, nem formalidades...» (*Arte de furtar*. Edição crítica, com introdução e notas de Roger Bismut, Lisboa: IN-CM, 1991, p. 57). Ao longo da *Carta*, por diversas vezes, D. Francisco alude a casos, situações, ditos e histórias que leu, ouviu ou viu. Sobre os diversos usos literários do conceito de «história», sobretudo nos séculos XVI e XVII, veja-se o sugestivo artigo de Víctor Infantes, «Tipologías de la enunciación literaria en la prosa áurea. Seis títulos (y algunos más) en busca de un género: obra, libro, tratado, crónica, historia, cuento, etc. (IV)», in *Actas del XIII Congreso de la Asociación Internacional de Hispanistas* (Madrid, 1998), vol. III, 641-654.

plos clássicos e bíblicos —, várias vezes reconheceu, até porque se considerava «miúdo e prolujo»⁴², que não podia (e não queria) evitar a complexidade do tema e a diversidade dos problemas, razão pela qual, quando se aproximou da conclusão do que devia ser uma carta «familiar», acabou por reconhecer achar-se «agora com um processo escrito»⁴³.

Neste quadro, se num primeiro momento de leitura desta carta se poderia cair na tentação de nela buscar apenas a repetição ou convergência de tratamento dos temas e aspectos contidos em obras anteriores sobre esta problemática —, já que, como não podia deixar de ser, quase todos estão presentes —, a leitura contextualizada e atenta às suas características permitirá realçar a sua singularidade e originalidade que a mantiveram viva muito depois do esquecimento daquelas. Além disso, é importante vencer a outra tentação de, em face de uma certa “universalidade” do tema e da, aparentemente, «prática familiar» em que está escrita, lê-la, anacronicamente, com a familiaridade a que ela apela e, por isso, segundo códigos de valores e prismas de abordagem que não eram os da sua época. Tais tentações desvirtuariam este texto único e os seus significados literários e culturais que aqui se pretendem realçar.

Importa lembrar que a vasta tradição anterior — especialmente fortalecida a partir dos finais do século XV por diversos humanistas⁴⁴ — de obras dedicadas ao tema do casamento e do comportamento dos casados, em particular da mulher, quase tinha esgotado os assuntos e os modos de os abordar. Efectivamente, quando D. Francisco escreveu esta obra já muito pouco de novo havia a dizer sobre o tema que, sobretudo ao longo do século XVI e primeiras décadas do XVII, fora objecto de tratamento em quase todos os géneros literários e doutrinários: em textos poéticos de vários tipos, em novelas e contos, em tratados teológico-morais e em obras doutrinárias, com especial realce para as que se assumiam como espelhos de casa-dos(as)⁴⁵. Aliás, a repetição de ideias, exemplos e argumentos marcava visi-

⁴² *Carta*, p. 143. Mas há alguns temas em que assumiu não poder ser muito breve, como sucedeu quando falou na «santimonia ou por melhor dizer na beataria», tema sobre que «quisera passar voando», o que se lhe afigurou impossível (*Carta*, p. 100), dada a sua importância, sob vários pontos de vista.

⁴³ *Carta*, p. 143.

⁴⁴ Sobre esta tradição, sobretudo na Península Ibérica, me ocupei em *Espelhos, cartas e guias*, ob. cit., esp. Primeira Parte, 13-198.

⁴⁵ *Espelhos, cartas e guias*, ob. cit., esp. 409-417.

velmente as obras de finais do século XVI e inícios do século XVII, denunciando alguma saturação do tema e, conseqüentemente, do seu tratamento literário que vinha exagerando os *exempla* clássicos. Por isso D. Francisco deixou claro, logo no início desta *Carta*, que não iria socorrer-se dessa «máquina de gregos e romanos de que os que chamamos doutos para cada coisa nos fazem prato que às vezes nos enfastia»⁴⁶.

Consciente deste esgotamento, D. Francisco encontrou ainda assim a forma e a maneira de lograr um texto singular e, sob vários pontos de vista, original. Não na escolha deste género literário, porque diversas cartas de autores anteriores se tinham debruçado sobre esta temática, a começar pela então bem célebre, traduzida e plagiada (nomeadamente em Portugal) *Carta para Mosén Puche* do Bispo de Mondoñedo Fr. António de Guevara⁴⁷. Nem, como já se disse, ao nível da matéria em causa, objecto de tratamento em variados tipos de textos (e vários deles seriam conhecidos de D. Francisco⁴⁸ que claramente os não quis referir). A singularidade, a originalidade e, para o seu tempo, a «actualidade» desta *Carta* encontram-se na exploração das potencialidades do carácter confidencial do género e, conseqüentemente, no modo de tratamento «familiar» (algumas vezes simulando informalidade) dos vários assuntos, na genial interpenetração da literatura e da experiência (o lido, o ouvido e o visto), na formulação dos conselhos envoltos em «histórias», no inteligente uso da sentença, do ríto, do dito, do exemplo, da ironia subtil e muitas vezes «aguda» que perpassa muitas passagens deste texto.

Ou seja, é nos ângulos de abordagem dos diferentes temas e problemas matrimoniais e familiares — e quase todos estão focados na obra —, na forma como se socorre de outros textos e os encobre com engenho, como entra disfarçadamente — ou «discretamente» — em debates então ainda em voga, como ilustra com «sentenças, ditos e histórias» do passado recente ou do presente as perspectivas doutrinárias que quer transmitir ou os modelos que tem em mente — com um hábil e elegante recurso a metáforas, paralelismos,

⁴⁶ *Carta*, p. 58.

⁴⁷ Incluída na edição das suas *Epístolas familiares* (1ª ed., 1539-1541, 2 vols.). Veja-se Fr. Antonio de Guevara, *Epístolas Familiares*. Ed. de José María de Cossío, 2 vols., Madrid: Aldus, 1950-52, vol. I, nº 55, 363-390.

⁴⁸ Um deles, seguramente, o *Casamento Perfeito* de Diogo Paiva de Andrada, que contém, no seus paratextos, um soneto laudatório de D. Francisco. A alusão na carta, como adiante se verá, a vários debates sobre o tema é uma das provas de que conhecia muitos deles, mas que optou por os não referir.

símiles e trocadilhos — que registamos a força criativa do Autor e a singularidade deste texto que, enquadrado num gosto literário de ambiência «barroca», permite perceber muita da riqueza (que é também dificuldade) deste.

Em face do exposto — e como o pode bem mostrar a leitura atenta da obra —, é inquestionável que D. Francisco quis, por um lado, pronunciar-se sobre um tema de grande fortuna literária no século XVI e inícios do XVII e, por outro, «actualizá-lo» tanto do ponto de vista das reflexões sobre práticas familiares e sociais do seu tempo quanto dos recursos literários e estilísticos que, na época, a literatura, sobretudo ibérica — com um Quevedo e um Baltasar Gracián à cabeça —, vinha formulando. De facto, D. Francisco retomou, de um modo muito «discreto» — segundo um modelo que mostrou conhecer bem⁴⁹ — e com uma aparente (mas bem estudada) espontaneidade, alguns debates e temas polémicos anteriores com o claro intuito de — por vezes muito ironicamente — discorrer sobre as distintas facetas do casamento e da casa (sobretudo aristocrática), do comportamento conjugal e familiar articulado com a imagem social deste (sobretudo num quadro cortesão e cidadão), sobre os gostos e modas dos casados do seu tempo em comparação com os do passado (ou com os do estrangeiro⁵⁰).

Aliás, em vários momentos evocou mesmo esses debates, como sucedeu com o tema do casamento por conveniência ou por «amores», referindo as dúvidas de alguns⁵¹ e propondo-se falar «com alguma novidade» sobre o assunto; com o do casamento com noiva (quase) desconhecida, reconhecendo que «larga é a disputa e não de aqui»⁵²; com a questão da hora

⁴⁹ Um modelo que logrou a sua perfeição formal com *El discreto* de Baltasar Gracián, impresso pela primeira vez em Huesca em 1646 (veja-se a edição, com erudita introdução e notas, de Aurora Egido, Madrid, Alianza Editorial, 1997), logo seguido de *Oráculo manual y arte de prudencia* em 1647 (agora com uma muito útil edição de Emilio Blanco, Madrid, Cátedra, 2001). Ambas as obras foram editadas em Portugal, mas em datas posteriores à da *Carta de Guia de Casados*.

⁵⁰ Veja-se, a título de exemplo, a crítica aos exageros no número de criados das casas portuguesas comparado com uma maior sobriedade das estrangeiras (*Carta*, p. 74).

⁵¹ *Carta*, p. 64: «Houve quem duvidasse...».

⁵² *Carta*, p. 65. A discussão desta questão e do tema do casamento «por amores» fora já tratado em muitos textos anteriores, frequentemente no contexto da contraposição do Amor dos casados (num sentido que muitas vezes equivale aos da amizade e da lealdade) aos Amores dos solteiros (no seu sentido de sentimento pouco regrado pela razão e demasiadamente fundado na sensualidade, como bem o mostra o *Espelho de Casados* (1540) do Dr. João de Barros: «... esta perdida pertinacia dos Amores que Reinam nos solteyros e fazemse moços perdidos e doudos: que nam sabem parte de sy» — cito pela edição de Tito de Noronha e Antónia Cabral, Porto, Imprensa Portuguesa, 1874, fl. XXVI).

de regresso a casa do marido, apresentando o que «a uns» e «a outros parece» para mostrar «que nada disto é seguro...»⁵³ e dar o seu conselho «prudente»; com a ida para o campo, lembrando a «notável controvérsia que houve sempre sobre este modo de vida retirada»⁵⁴; com o discutido assunto dos segredos contados à mulher: «Vi, senhor N., e ouvi já grandes disputas (e tive já boa parte nelas) sobre se se deve dizer à mulher, ou não, tudo o que se sabe»⁵⁵; com o então muito debatido tema do casamento dos(as) filhos(as), reconhecendo que «anda uma prática entre os homens...» e optando por uma posição relativamente moderna no seu tempo, a do respeito pela sua vontade ou inclinação⁵⁶; com o problema dos ciúmes que ainda provocava distintas opiniões: «Foi questão e ainda não é conclusão...»⁵⁷; com o caso dos casados que depois de casar se “apartavam” dos amigos, sobre que «já ouvi murmurar e não sei certo se murmurei eu também...»⁵⁸. E, acima de tudo, com o mais rentável tema de todos: o do tipo de mulher que podia caber em sorte ao marido (que é, curiosamente, o assunto mais largo da carta, logo seguido do dos criados), que ele retira do tratamento abstracto — por serem «cousas muito gerais» e conhecidas até dos «incapazes» — para «passar a alguns mais particulares avisos»⁵⁹. Estes avisos, descendo a situações concretas (talvez até inspiradas em casos reais), permitiam-lhe formular conselhos práticos sobre os modos de agir que diminuíssem os chamados «defeitos» femininos, que aligeirassem as dificuldades da vida conjugal e os eventuais prejuízos da imagem pública dos casados.

É sabido que D. Francisco — como a maior parte dos seus contemporâneos, com Quevedo à frente⁶⁰ — foi, de um modo geral, bastante duro para com a mulher casada (como para com a mulher em geral), restringindo-lhe

⁵³ Carta, p. 120.

⁵⁴ Carta, p. 130. Como se sabe, um dos melhores textos dessa «controvérsia» foi o *Menosprecio de corte y alabanza de aldea* (Valladolid, 1539) de Fr. António de Guevara. D. Francisco não partilhava propriamente de uma visão idealizada do campo — preferindo assumidamente a cidade —, mas reconheceu-lhe algumas vantagens e, em certos momentos da vida, «grandes e muitos proveitos à vida, à saúde, à fazenda, à salvação».

⁵⁵ Carta, p. 136.

⁵⁶ Carta, p. 137.

⁵⁷ Carta, pp. 116-7.

⁵⁸ Carta, p. 142.

⁵⁹ Carta, p. 60.

⁶⁰ Veja-se o estudo, no conjunto ainda não superado, de Amédée Mas, *La caricature de la femme, du mariage et de l'amour dans l'oeuvre de Quevedo*. Paris: Ediciones Hispano-Americanas, 1957.

«liberdades», sobretudo no plano social, e propondo mecanismos artificiosos para evitar a sua exposição pública e o exercício de qualquer tipo de poder que fosse um pouco além do do estrito e vigiado governo da casa. Mas não se pode negar também que, em várias passagens da *Carta*, D. Francisco foi relativamente exigente com o marido, nomeadamente no que dizia respeito à fidelidade conjugal — ousando severas reflexões sobre os filhos bastardos⁶¹ —, à obrigação de a tratar como «companheira» e não como «escrava»⁶², ao respeito em muitas circunstâncias pela sensibilidade feminina, à responsabilidade moral e familiar, incluindo o dever de “presença” na casa (porque «as mulheres casam para serem casadas»⁶³), nomeadamente nos aspectos e nos momentos mais significativos (incluindo a hora do parto⁶⁴). Estas passagens, enquadradas num claro ideal de harmonia conjugal (como adiante se verá), permitem vislumbrar uma sensibilidade relativamente moderna que corta, ainda que suavemente, com tradições (literárias e não só) de retórica misógina e simplificadora que se encontravam em diversos tipos de textos anteriores (fossem de matriz aristotélica, ou judaico-cristã, ou nobiliárquica).

Claro que muitas das observações sobre os vários tipos de mulher serviam-lhe para realçar a importância de o marido (ou o seu «amigo») saber, com vista à manutenção do seu poder e, conseqüentemente, à submissão e respeito femininos, agir com «arte» — o conceito é do autor⁶⁵ —, que tanto podia manifestar-se pela «destreza»⁶⁶, como pela «brandura e cortesia»⁶⁷,

⁶¹ *Carta*, p. 115: Apesar da tolerância com que os aceitou — porque «enfim soem ser filhos do amor» —, começou por afirmar serem «alfaias certo mui bem escusadas» e lembrou algumas das soluções já tradicionais: «A Índia e a religião costumam dar boa acolhida a este género de gente. Siso será destinar-lha». Claro que estas observações faziam particular sentido no quadro de uma tradição nobiliárquica em que Melo se inseria e que, obviamente, tinha em mente. Cfr. António Camões Gouveia, «A linhagem ou o tempo da memória. D. Francisco Manuel de Melo e o nobre seiscentista», *Ler História*, 18 (1990), 3-24.

⁶² *Carta*, p. 62: «Iguar afronta é a um casado saber-se que o manda sua mulher que saber-se é ela de seu marido escrava e não companheira». Outros autores anteriores, nomeadamente espanhóis, já haviam insistido neste ponto, como foram os jesuítas Francisco Escrivá e Ignacio de Andueza (cf. M^a de Lurdes C. Fernandes, *Espelhos, cartas e guias*, ob. cit., esp. 313-320).

⁶³ *Carta*, p. 131. A afirmação vem na sequência das críticas às excessivas ausências, em «viagens e jornadas», dos maridos.

⁶⁴ *Carta*, p. 114.

⁶⁵ *Carta*, p. 63.

⁶⁶ *Carta*, p. 74.

⁶⁷ *Carta*, p. 79.

como pelo saber «levá-la pela vaidade», como pelo fingimento da «confiança» e, algumas vezes, até do espanto⁶⁸. Como veio a explicar na *Visita das Fontes*, «A mulher é como a laranja: se muito a apertam, logo amarga. Quer-se levada a bem, mas não pelos cabelos»⁶⁹.

Além disso, ao aconselhar o casamento com mulher jovem — «casando com mulher de tal idade, pai cuide que vai ser de sua mulher tanto como marido»⁷⁰ —, D. Francisco retomou (há que reconhecer que com graça) uma ideia, presente em textos peninsulares anteriores, que acentuava a importância de o marido ser, antes de mais, o principal educador da mulher para lograr a sua autoridade e, logo, um perfeito domínio das atitudes desta. Os modos de o conseguir, na perspectiva de Melo, tanto podiam apoiar-se nos gestos de ternura e atenção — na «brandura» e no «afago — como nas prendas materiais e, sobretudo, na inteligência e na já referida «arte» deste: «Faça-se-lhe certo que à sua conta...»⁷¹; «oponha-se-lhe com suavidade»; «Faça-lhe entender»⁷²; «persuadir a sua mulher...»⁷³; «Amoeste-a» e «certifique-a»⁷⁴; «Faça o marido de quando em quando uma estação a sua mulher»⁷⁵; «Dê-se-lhe confiança... mas com amor e cortesia se lhe mereça...»⁷⁶. Tudo porque, do seu pondo de vista — que era também o da época —, como «ao marido por sua dignidade toca a justificação das acções de sua mulher, ou a emenda, também lhe pertence a direcção delas...»⁷⁷.

A valorização desta «arte» de vida com a mulher mostra, sem margens para dúvidas, que Melo sabia que velhos conselhos assentes na reafirmação

⁶⁸ Carta, p. 85.

⁶⁹ D. Francisco Manuel de Melo, *A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro*, edição fac-similada e leitura do autógrafa por Giacinto Manuppella, Coimbra: Por ordem da Universidade, 1962, 23.

⁷⁰ Carta, p. 63. Esta argumentação, baseado na *CÉconomica* de Aristóteles, foi usado por diversos autores dos séculos XVI e XVII, a ponto de figurar em algumas colectâneas de sentenças, como a de Juan de Aranda, *Lugares comunes de conceptos, dichos, y sentencias en diversas materias* (cito pela edição de Madrid: Juan de la Cuesta, 1613, fl. 174r): «Al hombre le conuiene casarse con muger moça, para mostrarle buenas costumbres». Em termos muito idênticos aos de D. Francisco, utilizou-o Cristóbal Suárez de Figueroa em *El Pasajero*: «Doctor. (...) Para matrimonio parece ser más a propósito quanto más niña, por tener lugar de hacerla el marido a sus costumbres y evitar haya podido haber puesto siquiera mínima afición en otro sujeto...» (*El Pasajero*, ed. de M^ª Isabel López Bascañana. Barcelona: PPU, 1988, 371-2).

⁷¹ Carta, p. 70.

⁷² Carta, p. 76.

⁷³ Carta, p. 79.

⁷⁴ Carta, p. 86.

⁷⁵ Carta, p. 89.

⁷⁶ Carta, p. 91.

⁷⁷ Carta, p. 143.

simples e directa da autoridade e do poder masculinos não eram adequados ao seu tempo. Aliás, outros autores anteriores já o tinham mostrado de um modo inequívoco⁷⁸. D. Francisco, mesmo recorrendo à afirmação conveniente de que «criou-as Deus fracas, sejam fracas» — claramente mais uma nostalgia masculina do que o reconhecimento sincero de uma realidade —, já não comungava de uma visão aristotélica da inferioridade intelectual feminina e por isso reconheceu haver «muitas de grande juízo» e «agilidade no perceber e discorrer, em que nos fazem vantagens»⁷⁹. É, aliás, evidente que Melo admirava as mulheres inteligentes e cultas (basta lembrar a forma como enalteceu Margarida de Valois), mas receava que elas «aguçassem» o «sutilíssimo metal do entendimento em seu perigo e nosso dano», receio que, obviamente, não resulta de uma misoginia própria de D. Francisco, mas de todo um enquadramento social e moral da época que pressupunha diferentes papéis e imagens sociais de homens e mulheres; reconhecer à mulher, no quotidiano, uma igualdade intelectual podia significar diminuição, senão perda, de poder que todos viam como necessariamente masculino. É o próprio D. Francisco que, com todo o engenho, o mostra ao «amigo», quando discorre sobre as mulheres teimosas: «Não venho em que a mulher se litigue, que é conceder-lhe uma igualdade no juízo e império, cousa de que devemos fugir»⁸⁰. Aliás, as reservas que coloca em relação às leituras latinas da mulher têm, com rigor, de ser vistas a essa luz, como bem se infere da própria explicação de Melo: «O ponto está em que o latim não é o que dana, mas o que consigo traz de outros saberetes envolto a aquele saber»⁸¹.

Deste modo, no quadro da ideologia nobiliárquica que subjaz a todo o texto, Melo não podia abdicar de uma concepção da casa que pressupunha o lugar preeminente e inquestionável do «senhor» sobre que assentava toda a «honra» e «fama» da mesma casa: a honra do marido, a honra da mulher,

⁷⁸ Foi o caso do agostinho espanhol Fr. António de Camos na *Microcosmía, y gobierno universal del hombre christiano*. Barcelona, 1592, fl. 85: «Muestre el marido tener respecto a su muger (...). Tratela como señora: muestre confiar mucho de ella». Deste aspecto me ocupei já em *Espelhos, cartas e guias*, ob. cit., esp. 307-320.

⁷⁹ *Carta*, p. 94. Reconheceu mesmo: «Vi e tratei algumas em Espanha e fora dela».

⁸⁰ *Carta*, p. 70.

⁸¹ *Carta*, p. 96. Convirá lembrar que diversas outras passagens devem também ser compreendidas no quadro da profunda ironia e da assumida “agudeza” que marcam esta pretensa «prática» entre dois homens amigos.

o «decoro da casa»⁸², tanto mais que, na sua opinião que era também a dos contemporâneos, a «reputação é espelho cristalino, qualquer toque a quebra, qualquer bafo a empana»⁸³. Como já dissera D. Francisco de Portugal na sua então manuscrita *Arte de Galanteria*, «fue famosa sentencia, que aquella muger mayor fama y alabança mereciesse, cuya fama y alabança no fuesse ninguna»⁸⁴. E neste quadro se compreende melhor a insistência de D. Francisco no comedimento das atitudes e dos gestos das mulheres, nas reservas em relação às suas saídas e visitas, nos limites às amizades com religiosos e clérigos, ou seja, a valorização explícita do recato feminino em que considerava assentar a sua «boa fama».

4. O governo da casa.

No prólogo aos «leitores desta carta», o impressor começou por lembrar, como o fizeram muitas obras anteriores marcadas ainda pela profunda influência de Xenofonte e de Aristóteles, as categorias filosóficas que atribuíam o governo da casa e da família ao domínio da “Económica”⁸⁵. D. Francisco, curiosamente, só se lhe referiu já quase no final, mais uma vez para desvalorizar estas categorias — que bem conhecia — e valorizar a realidade do quotidiano: o «... bom governo da casa, cousa que por outro nome mais elegante chamam os filósofos virtude económica (...). Isto enfim não é outra cousa que a indústria e prudência com que o cidadão, o fidalgo, o grande,

⁸² Carta, p. 73; Numa das *Cartas Familiares* — de «Parabéns do nascimento de uma filha» — D. Francisco felicitou e, indirectamente, consolou a mãe em causa por não ter ainda nascido o filho herdeiro, sem perder a oportunidade da referência aguda: «Não estranhe V. S. que esta Senhora se antecipasse a um gentil herdeiro, porque enfim as mulheres, há dias que em tudo se nos adiantam; e nisto de chegar a ser vistas, não deram nunca ventagem às flores da Primavera...» (ed. cit., p. 459, nº 464).

⁸³ Carta, p. 109. D. Francisco encontrou, mais uma vez, uma forma elegante e original de traduzir um refrão castelhano (incluído no *Vocabulário de refranes* de Correas): «La onrra i la muxer es como el vidrio, ke al primer golpe se kiebra» (cf. Louis Combet, *Recherches sur le “Refranero” castillan*, Paris: Les Belles Lettres, 1971, 393).

⁸⁴ D. Francisco de Portugal, *Arte de Galanteria*. Lisboa: Empreza de Juan de la Costa, 1670, 17.

⁸⁵ Ou seja, na terminologia de origem grega, da *CEconomica*, teorizada sobretudo por Xenofonte e Aristóteles e muito recuperada em finais do século XVI juntamente com o conceito de «Pai de famílias». Veja-se a interessante síntese de Daniela Frigo, *Il Padre di Famiglia. Governo della casa e governo civile nella tradizione del’“Economica” tra Cinque e Seicento*, Roma, 1985; da recuperação e influência do conceito na Península Ibérica me ocupei em *Espelhos, cartas e guias*, ob. cit., esp. 292-304.

e também o pequeno, governam sua família, que no príncipe é arte política ou matéria de estado, chamem-lhe os filósofos como lhes chamarem»⁸⁶. Apesar da desvalorização terminológica e de só perto do final referir a importância do «bom governo da casa», o certo é que este dominou grande parte dos conselhos contidos na carta, nomeadamente muitos dos que disseram respeito ao comportamento feminino e, sobretudo, dos criados(as). Não por acaso, quando falou das mulheres «gastadoras», se lhes referiu como «fogo perenal das casas e das famílias», advertindo o marido para a necessidade de «armar grande recato e vigia», enquanto que, quando falou das «escassas», disse ser este um dos seus «defeitos mais leves», porque «se o marido é liberal, ele dará logo o remédio» e «se tiver o mesmo costume, viverão com miséria, mas com contentamento»⁸⁷. Por outro lado, é bem significativo que, depois de ter enunciado os vários tipos de mulheres e de ter aludido à moda do seu tempo de «lavar quartos aparte» — a ponto de haver «homem que vive tão diminuto de sua mulher como da de seus vizinhos»⁸⁸ —, tenha entrado directamente nos conselhos relativos aos criados(as): a sua escolha, os seus perigos, o seu controlo. Obviamente, D. Francisco quis debruçar-se, tendo em conta a importância que estes tinham para o bom funcionamento (tanto económico como moral) da casa aristocrática, sobre algumas práticas, hábitos e modas que, como outras obras o vinham mostrando⁸⁹, podiam pôr em risco não só o bom governo mas também prestígio desta, ou seja, a sua respeitabilidade e imagem pública; por isso afirmou com clareza julgar «este ponto por um dos mais principais à honra e paz dos casados»⁹⁰. Todos sabiam que dos costumes, das fidelidades ou infidelidades dos(as) criados(as) podia depender a própria honra da casa, que tão importante era na tradição nobiliárquica. Não é por acaso que o vocabulário da honra (seja o substantivo, sejam as suas formas verbais: honrar, honrado/a, singular ou plural) é muito frequente na obra (nada menos que 64 ocorrências), superior ao uso — também frequente —

⁸⁶ *Carta*, p. 124.

⁸⁷ *Carta*, p. 68.

⁸⁸ *Carta*, p. 72.

⁸⁹ Só a título de exemplo, veja-se *El pasagero*, de Cristóbal Suárez de Figueroa (ed. cit., 322): «sean los que os sirvieren personas de buena vida, virtuosos, quietos, fieles, obedientes, de pocas razones, aseados, agudos, y codiciosos de vuestra honra y hacienda»; ou a *Idea de nobles* (Zaragoza, 1644) de D. Luísa de Padilla, condessa de Aranda, esp. fls. 439 e ss.

⁹⁰ *Carta*, p. 74.

do conceito de prudência/prudente (24 ocorrências), de discrição/discreto (23), de cortesia/cortesania (15), de galantaria (8), de paz (7), temperança (4) e concórdia (3) dos casados...

De facto, a honra da «casa» era, antes de mais, a honra do «senhor» dela. E se esta não podia prescindir da honestidade e boa fama da mulher, também exigia a lealdade dos criados, sob pena de muitos riscos. Por isso lembrou D. Francisco um velho dito dos «grandes»: «tantos criados, tantos inimigos», para mostrar o cuidado que o marido devia pôr em, por um lado, tudo fazer para impedir criados «exclusivos» da mulher e, por outro, para os seleccionar de entre os «homens limpos, bem criados, amigos de honra»⁹¹ e, de preferência, «velhos e fiéis» para que fossem «vigias e sentinelas de seu decoro»⁹². Especialmente interessantes — e de claras ressonâncias literárias — são as suas advertências em relação a uma «casta de gente que ferve ao redor das casas grandes, assi como peixe que anda à labugem da pedra», exemplificando com «negras e mulatas que saem fora», «negrinhos, mulatinhos filhos destas», «ciganas, ermitoas, adelas», «lavandeiras, ramalleteiras», «chocarreiros», «trejeitadores» e tantas outras figuras celestinescas e picarescas que viviam de «enganar, levar, roubar, mentir, dar novas, e às vezes (e não poucas) em fazer muito ruins mensagens e trazer outras»⁹³, com grande perigo da honestidade feminina, do bom governo e, logo, da honra da casa e do seu senhor.

Claro que estas e outras advertências têm especial sentido no quadro de um ideal muito interiorizado por D. Francisco da «casa bem regida»⁹⁴ — com clara diferenciação dos «ofícios» do marido e da mulher⁹⁵ —, da «casa pacífica e concertada»⁹⁶ em que os casados deviam «viver com gosto e quietação»⁹⁷, ou seja, «a prometida casa do descanso» que, desde o título

⁹¹ *Carta*, p. 80.

⁹² *Carta*, p. 106.

⁹³ *Carta*, p. 107. Sobre esta vasto mundo, simultaneamente social e literário, veja-se, em particular, José Antonio Maravall, *La picaresca desde la historia social (siglos XVI y XVII)*. Madrid: Taurus, 1986, esp. 472-500.

⁹⁴ *Carta*, p. 74.

⁹⁵ *Carta*, p. 85. Tal diferenciação de «ofícios» percorre toda a tratadística matrimonial (anterior e da época). Só a título de exemplo, veja-se a clareza com que o fez Martim Afonso de Miranda num dos diálogos do tomo I do *Tempo de Agora* (1622): «entender cada um no que lhe convém em sua casa, não se metendo o homem no que toca à mulher, nem entendendo a mulher no que está à obrigação do marido» (cito pela edição de Bento José Farinha, Lisboa: Of. de António Rodrigues Galhardo, 1785, vol. I, 59-60).

⁹⁶ *Carta*, p. 78.

⁹⁷ *Carta*, p. 79.

até à conclusão da obra, subjaz ao discurso e organiza, seleccionando, grande parte dos conselhos e dos avisos de Melo, sintetizados, quase emblematicamente, na interessante conclusão da *Carta* que, lacónica e agudamente, enuncia os aspectos essenciais da casa aristocrática⁹⁸.

5. *Entre o passado e o presente, entre a história e a vida.*

Dependendo o tratamento dos temas matrimoniais não só das perfectivas vivenciais ancoradas em hábitos e tradições, como também de concepções doutrinárias, de padrões culturais e de formulações literárias que marcavam a forma de ver e representar a realidade, é compreensível que, num esforço assumido de dar «conselhos», «avisos», «regras» aos noivos e jovens casados, D. Francisco se tenha deparado com a dificuldade da manutenção de hábitos (e até de conselhos) antigos numa realidade, para a época, em significativa mudança. Portugal tinha-se libertado politicamente — não culturalmente — de Espanha, mas continuava ainda em guerra com esta; a existência de uma nova corte não apagou a nostálgica e embelezadora memória — fixada por muita literatura do período filipino⁹⁹ — da antiga

⁹⁸ A conclusão da *Carta de guia* apresenta algumas semelhanças interessantes com uma passagem de *El pasajero* de Cristóbal Suárez de Figueroa: «Doctor: «Muchos hay, y aun conozco alguno, libre de cuidados, ceñido de comodidades: mujer discreta y amorosa, regaladora y limpia; grande aseo en casa, con alhajas lucidas; poca familia, mas bien tratada; mucho concierto en todo, sin que falte cuando menester para la fiesta, así de campo como de toros, para el banquete y honesta gala. No conoce al poderoso, ni le suspende la máquina del palacio; sin pleitos, sin tráfigos; amado de parientes, visitado de amigos» (*El Pasajero*, ed. cit., vol. I, 205-6).

⁹⁹ Com uma *Corte na Aldeia* à cabeça, acompanhada por diversos tipos de textos. As lásticas do «tempo de agora» vieram consolidar uma imagem nostálgica do passado, como a que apresentou «À nobreza deste reino» D. Henrique de Portugal, conde de Vimioso, na edição (Lisboa, 1605) das *Sentenças* de seu avô, D. Francisco de Portugal: «...o volume de hũa tam excelente, & necessaria doutrina, para todos os que quizermos aprender a ser honrados, & a conseruar a verdadeira nobreza, & os bons costumes della, fonte tam antiga, & tam clara sempre neste Reyno pola qual nossos passados beberão com tanta sede tãtos trabalhos, & perigos, para que nos alegrassemos sem elles, mas não com hum tal descuido que a penas se achẽ ja oje nas praças as reliquias desta nossa nobreza, se não ou mal compostas, ou bem contaminadas da cobiça, e se com valor ainda, pellos cantos abatida, & desprezada, mas porque so nella ha inda algum bem (se o temos)...» (cito pela edição de Mendes dos Remédios, Coimbra, 1905); Martim Afonso de Miranda no já citado *Tempo de Agora* criticou os «males» e «defeitos» deste e propôs-se com estes diálogos «agradar, & melhorar com as lembranças dos passados seculos os males do tempo de agora» (ed. cit., dedicatória e prólogo). Sobre diversos aspectos do contexto político-cultural da época, veja-se Fernando Bouza, *Portugal no tempo dos Filipes. Política, cultura, representações (1580-1668)*. Lisboa: Cosmos, 2000.

corde portuguesa, presente também nas palavras de D. Francisco: «A corte portuguesa era bem frequentada, bem galante e bem luzida, mas de grande recolhimento» e «porque da do tempo passado nos não lembramos os que vivemos agora, mal poderemos governar estas acções por aquelas antigas»¹⁰⁰. Do mesmo modo, a nostalgia da «antiga modéstia portuguesa» marca profundamente o modo de encarar novidades e modas, sobretudo de influência estrangeira. Assim se compreende melhor — ainda que à luz de um pessimismo antropológico que marcou o período barroco peninsular¹⁰¹ — as queixas de D. Francisco relativamente à «miséria dos tempos, que em tudo vão para trás»¹⁰² e a «defeitos» ou «vícios» do «tempo de hoje» por oposição aos apreciados «costumes nossos familiares e antigos»¹⁰³. Há que reconhecer que algumas reservas de Melo em relação a certas modas e « vaidades » do seu tempo não resultavam propriamente do facto de serem novas, mas de serem, do seu ponto de vista, inconvenientes, perigosas ou, até, ridículas, como o facto de ter-se «hoje por grandeza lavrar aposentos aparte» levando, como já foi referido, muitos maridos a viver «tão diminutos de sua mulher como da de seus vizinhos», parecendo-lhe «bem aquela

¹⁰⁰ Carta, p. 90. Observação idêntica, mas complementar a esta, voltou a fazer D. Francisco na *Visita das Fontes*, pela voz da Fonte Velha: «Já sabeis que Portugal esteve sessenta anos sem Corte verdadeira; e suposto que viviam todavia alguns cortesãos do tempo passado, que a idade lhes houvesse aguado o gosto e desbotado a memória, ou que os tempos não consentissem a passada cortesia, foi necessário mudá-la imitando a daquela Corte que tínhamos mais por nossa, que era a Corte castelhana, cujos costumes, ou por bons ou por vizinhos, foram mais aceites. E destes usamos agora, com pouca diferença» (*A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro*, ed. cit., 367).

¹⁰¹ José Antonio Maravall, «La imagen del mundo y del hombre», in *La cultura del barroco*. Barcelona: Ariel, 4ª ed. 1986, 309-355; Maria Lucília Gonçalves Pires, «'Homo hominis lupus'. Um tópico da moral barroca na obra de D. Francisco Manuel de Melo», *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*. Porto, 1991, vol. II, 269-275. Aliás, a nostalgia do passado (literariamente, da idade de ouro) em diversos textos do barroco peninsular bem podem ser vistos a esta luz, como o exemplificam algumas passagens de *El pasajero* de Suárez de Figueroa, nomeadamente duas das falas do Doutor: «... no tener hoy amigos. Fue el siglo de oro muy apropiado y capaz de iguales preceptos, por resplandecer en él aquellos dos gloriosos epítetos de *sincero* y *fiel*. Sucedió el presente, que es de hierro, y aun de más bajo metal; y faltando aquellas dos firmes columnas de la amistad, se introdujeron dos enemigas suyas: Infidelidad y Malicia. Debémonos, pues, acomodar con el tiempo que corre. Ya no hay amigos, no hay desengaños, no hay buenas intenciones. Todo es mentira, todo estratagemas, todo propio interés...»; «... Gozaba España entonces, si de menos riquezas y ostentación, de más valor y virtud. Hoy están totalmente puestas en olvido las obligaciones de noble...» (*El Pasajero*, ed. cit. 312 e 564).

¹⁰² Carta, p. 114.

¹⁰³ Carta, p. 128.

singeleza [das casas antigas] e não bem esta cautela»¹⁰⁴; ou o novo costume dos «pajenszinhos», porque «entram e saem, são espertos e artistas...»¹⁰⁵; ou os trajes e «adorno» das criadas, «cousa moderna e bem escusada», chocando com a «antiga modéstia portuguesa»¹⁰⁶; ou o uso feminino de «umas capinhas»¹⁰⁷ e de «cachorrinhos enfeitados» e com «nomes misteriosos», gosto inspirado no das «damas dos livros de cavalaria» que D. Francisco «nem em livros mentirosos» suportava¹⁰⁸; tudo vaidades de um tempo que vinha valorizando a imagem exterior, a ostentação — ou a «figuraria», já antes criticada por Baltasar Gracián em *El discreto*¹⁰⁹ — e os luxos vários. Por outro lado, reconheceu haver «umas cousas que não são boas nem más e só as faz boas ou más o costume...», como alguns usos que, não sendo bons, já não podiam ser obviados: as «visitas, romarias e jornadas...» a que as mulheres estavam habituadas¹¹⁰, o que mostra que as repetidos advertências de moralistas anteriores contra estes hábitos e gostos femininos não surtiram efeito... E também falou verdade quando disse não ser «tão amarelado da antiguidade que siga cegamente seus costumes»¹¹¹, como mostrou quando falou de outros gostos e modas do seu tempo que considerou serem melhores que os anteriores — nomeadamente o «concerto dos aposentos do senhor, o asseio de sua pessoa» —, pelo que não se deveria sempre «desprezar o presente por engrandecer o passado»¹¹². A sua aceitação do uso (com «discrição», claro) de perfumes¹¹³ mostra-o exemplarmente...

¹⁰⁴ Carta, p. 72.

¹⁰⁵ Carta, p. 73.

¹⁰⁶ Carta, p. 77.

¹⁰⁷ Carta, p. 104.

¹⁰⁸ Carta, p. 92.

¹⁰⁹ Baltasar Gracián, *El discreto*, ed. cit., 1997, 285-291, esp. 289-90: «Otro género hay destes que no son hombres y son aún más figuras (...) que ponen el diferenciarse en el traje y singularizarse en el porte (...). Otros hay que en España visten a lo francés y en Francia a lo español...». Alguns anos mais tarde, Luís de Abreu e Melo fez uma crítica, a propósito do «luzimento», à ostentação vã, nos *Avisos para o Paço* (Lisboa, 1659, p. 11): «Não consiste o luzimento no salto do çapato, na gloria da meia, na curteza da capa, no justo do calção, na imitação do trajo, senão no composto d'elle» (sobre a obra veja-se Zulmira C. Santos, «Racionalidade de corte e sensibilidade barroca: os *Avisos para o Paço* de Luís de Abreu de Melo». *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*. Porto, 1991, vol. II, 381-401).

¹¹⁰ Carta, p. 84.

¹¹¹ Carta, p. 72.

¹¹² Carta, p. 112.

¹¹³ Carta, pp. 83-4 e 111.

É inquestionável que nesta confrontação do presente com o passado este ficou claramente a ganhar, mas nem por isso prejudicou o visível esforço de D. Francisco para, socorrendo-se ora de exemplos passados, ora de textos literários, ora de casos vistos ou ouvidos, incidir sobre práticas, usos e também preocupações do viver quotidiano dos casados do seu tempo (antes de mais os fidalgos, mas não só) que contribuíssem para um viver mais tranquilo, mais agradável, mais «concertado», mais «alegre» e, sobretudo, mais «discreto» e «prudente»...

6. O hábil uso de ditos, provérbios, histórias, sentenças, ríffões.

Amenizando o carácter doutrinário e conselheiro da *Carta*, D. Francisco incorporou, às vezes dissimuladamente, um vasto e multifacetado conjunto de contos, ditos, feitos, provérbios, sentenças, ríffões, indo ao encontro de um gosto particularmente alimentado não só por diversos humanistas, mas também por autores seus contemporâneos¹¹⁴. Partindo, como atrás se viu, de uma vontade de «guiar», de «avisar», de «dar regras» à vida dos casados segundo uma visão prática do casamento articulada com um saber que se alimentava do «visto, lido e ouvido», Melo valorizou a autoridade da prática e dos exemplos que esta fornecia: exemplos reais ou verosímeis, sentenças ditadas para a vida prática e, conseqüentemente, um saber baseado na experiência (própria ou alheia, real ou figurada); e como era um homem «discreto» que escreveu para «o discreto», para «o enten-

¹¹⁴ É muito variada a bibliografia sobre esta problemática, mas merecem especial referência os estudos de Louis Combet, *Recherches sur le "Refranero" castillan*. Paris: Les Belles Lettres, 1971; de Alberto Blecuca, «La littérature apophthegmatique en Espagne» in Augustin Redondo, ed., *L'Humanisme dans les lettres espagnoles*. Paris: J. Vrin, 1979, 118-128 e, sobretudo, os de Maxime Chevalier, «Proverbes, contes folkloriques et historiettes traditionnelles dans les oeuvres des humanistes espagnols parémiologues», in *ibid.*, 105-118 e «Conte, proverbe, romance: trois formes traditionnelles en question au siècle d'or», *Bulletin Hispanique*, T. 95 (1993), nº 1, 237-264, bem como os seus estudos reunidos em *Cuento tradicional, cultura, literatura (siglos XVI-XIX)*. Salamanca: Eds. Univ. de Salamanca, 1999. Como bem mostrou este especialista, o que hoje chamamos «contos tradicionais» foram naquela época património cultural de todos os grupos sociais e profissionais e, portanto, também da sociedade cortesã, desenvolvendo um gosto de matriz medieval. A abundante produção, nos séculos XVI e XVII, de diversificadas compilações de *exempla*, de sentenças e aforismos vários comprova-o inequivocamente: veja-se Sagrario López Poza, «Florilegios, polyantheas, repertorios de sentencias y lugares comunes. Aproximación bibliográfica», *Criticón*, 49 (1990), 61-76.

«o prudente» — categorias semânticas muito valorizadas no seu tempo, e não só nos meios cortesãos —, deu especial realce aos instrumentos literários que, de uma forma sintética mas «aguda», melhor serviam os seus intuitos de guiar os casados, em estilo alegre e fácil, até à «prometida casa do descanso».

Para esse estilo muito contribuiu o uso adequado das «histórias»¹¹⁵, dos provérbios, das sentenças, dos ríões, dos ditos agudos e graciosos¹¹⁶ — mesmo quando discordava do seu conteúdo (ou das consequências¹¹⁷) —, auxiliares preciosos da componente conversacional da *Carta*. Não é ousado dizer que, se D. Francisco não leu o *Oráculo manual y arte de prudencia* de B. Gracián que fora editado alguns anos antes, partilhava com ele (e com outros¹¹⁸) a ideia de que «Dichos y hechos hacen un varón consumado»¹¹⁹. Não faltavam então colectâneas várias de *dicta et facta* editadas,

¹¹⁵ Quase sempre tomadas no sentido de contos, como sucedia em outras obras da época, apesar dos matizes diferenciadores apresentados em textos anteriores. Gonçalo Fernandes Trancoso tinha já sugerido diferenças ao intitular a sua obra *Contos e histórias de proveito e exemplo* (Lisboa, 1575), de grande sucesso editorial (sobre a obra veja-se Anabela Mimoso, «Contos e histórias de proveito e exemplo de Gonçalo Fernandes Trancoso. Um livro “exemplar”». *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas* (Porto), XV (1998), 259-329 e Cristina Nobre, *Um texto instrutivo do século XVI de Gonçalo Fernandes Trancoso. Contos & Histórias de Proveito e Exemplo*: Leiria: Eds. Magno, 1999). Rodrigues Lobo também os diferenciou na *Corte na Aldeia*, no Diálogo X — «Da maneira de contar histórias na conversação» (ed. cit., 198-210), afirmando pela voz de Feliciano que «Esta diferença me parece que se deve fazer dos contos às histórias, que elas pedem mais palavras que eles, e dão maior lugar ao ornamento e concerto das razões, levando-as de maneira que vão afeiçoando o desejo dos ouvintes e os contos não querem tanto de retórica, porque o principal em que consistem é a graça do que fala e na que tem de seu a cousa que se conta» (p. 204). José Adriano de Carvalho (ibid., n. 3) chamou já a atenção para os pressupostos retóricos desta diferenciação,

¹¹⁶ Há que lembrar que as fronteiras semânticas destes recursos literários não eram muito claras na época, como bem mostrou Alicia Morales Ortíz, *Plutarco en España. Traducciones de Moralia en el siglo XVI*. Murcia: Universidad de Murcia, 2000, pp. 226-7: «... las obras originales de tipo paramiológico que florecen sobre todo a partir de la segunda mitad del siglo XVI y en las que se entremezclan de forma a veces difícil de delimitar el apotegma, el refrán, el proverbio, la sentencia, el consejo, el aviso, el cuento, etc.». O próprio D. Francisco as confunde em diversas passagens, usando algumas vezes indiscriminadamente, por um lado, adágio, sentença e ríão e, por outro, dito e conto e história, com que ilustra as suas propostas e as suas críticas. Sobre a valorização dos «contos e graciosos e agudos na conversação» veja-se o diálogo XI (e as respectivas notas) da *Corte na Aldeia* (ed. cit., 211-225).

¹¹⁷ Por exemplo, *Carta*, p. 66: «Foi assi graciosa mais que segura a opinião...»; «Fique dito, não aconselhado» (p. 74).

¹¹⁸ Maxime Chevalier, *Quevedo y su tiempo: la agudeza verbal*. Barcelona: Ed. Crítica, 1992, esp. 11-49 (cap. I: «Cortesianos y caballeros se divierten»).

¹¹⁹ Baltasar Gracián, *Oráculo manual y arte de prudencia*, ed. de Emilio Blanco, Madrid: Cátedra, 2001, 212, nº 202.

nomeadamente, em Espanha que conjugavam o antigo e o moderno¹²⁰ e que, certamente, D. Francisco conhecia. Mas, curiosamente, muito poucos são os *dicta* e *facta* dessas colectâneas — nomeadamente da editadíssima *Floresta Española* de Melchor de Santa Cruz — que D. Francisco utilizou nesta *Carta*. De facto, talvez porque desejou «falar» com «novidade»¹²¹, preferiu claramente os ditos, histórias e provérbios de circulação oral (cultas e «populares»), sobretudo portuguesa e espanhola: antes de mais, ditos agudos de (ou atribuídos a) «cortesãos» e de «discretos»¹²², mas também os «contos de chaminé»¹²³, ou de «velhas»¹²⁴ ou ríflões saídos «das bocas do

¹²⁰ Veja-se, em especial, Maxime Chevalier, *Quevedo y su tiempo*, ob. cit., esp. 11-49; a introdução de Maximiliano Cabañas à edição de Melchor de Santa Cruz, *Floresta Española*. Madrid: Cátedra, 1996, esp. pp. 32-80; a introdução de Aurora Egido à edição de Baltasar Gracián, *El discreto*, Madrid, Alianza Editorial, 1997, esp. pp. 46-50 e a introdução de Antonio Álvarez-Ossorio Alvarino à edição de Baltasar Porreño, *Dichos y hechos del Señor Rey Don Felipe Segundo*. Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2001, esp. XXIX-XXXV. Este gosto pelo uso modernizador dos ditos fora criticado — e, assim, confirmado — por Martim Afonso de Miranda no *Tempo de Agora*, pela voz de Faustino: «... mas como tudo no mundo está corrupto, & virado, que muito he o estejão os adágios, ditos, Proverbios, & sentenças dos Antigos, pois cada hum os accomoda ao som do seu paladar, & o que melhor lhe soa à orelha» (ed. cit., I, 43).

¹²¹ Uma «novidade» que talvez deva ser vista à luz do conceito de originalidade autoral que o mesmo D. Francisco Manuel veio, alguns anos mais tarde, a defender na *Visita das Fontes* pela voz de Apolo: «Temerariamente dáis nome de “autores” a muitos que o não são; e desses é um aquele sereno licenciado, cujo ofício antes se pudera chamar “engazador” ou “cerzidor”, que não “autor”. Nenhũa cousa sabe fazer, senão cadeias em que prende (e de ordinário muito contra sua vontade) os solenes ditos e aplaudidas sentenças dos passados. Cose os ricos panos que os antigos teceram, errando-lhe porém a cada passo o fio, a cor e o direito, donde saem mil remendos pelo estilo que quaisquer olhos conhecem e estranham, por ser costume de homens de curto engenho quem diga por eles o que por si não sabem dizer. A prezada erudição tem seus termos, e mais se deve usar para que dê ocasião de discorrer e inventar novas cousas, que para acomodar a nosso propósito as que já estão ditas» (*A Visita das Fontes. Apólogo Dialogal Terceiro*, ed. cit., 175).

¹²² Com frequência o vemos evocar o que disse «um antigo cortesão», «um discreto», «um galante», de um modo que parece mostrar uma perfeita assimilação de um modelo de conversação que, em Portugal, foi difundido exemplarmente por Rodrigues Lobo na *Corte na aldeia*, em particular no diálogo XI: «Dos contos e ditos graciosos e agudos na conversação» (ed. cit., 211-225). Sobre as possíveis fontes (italianas e espanholas) deste capítulo de R. Lobo, vejam-se as respectivas notas de José Adriano de Carvalho.

¹²³ *Carta*, p. 81: «diga-o o que aqui dizia um fidalgo cortesão (vá por conto de chaminé)...»;

¹²⁴ *Carta*, pp. 68, 91, 94. Como afirmou Maxime Chevalier, «une formule aussi peu flatteuse que *cuentos de viejas* est d'usage courant dès le XVI^e siècle» e «Ainsi se forge le concept communément accepté et constamment repris par les meilleurs esprits du Siècle d'or: “Las patrañas que cuentan las viejas a los niños” (Vivès); “las patrañas de las viejas” (Covarrubias); los “cuentos de viejas” (Cervantes); “cuentos de viejas” et “consejos de viejas” (Correas); “cuentos que van heredado los niños de las viejas” (Gracián), in «Conte, proverbe, romance», art. cit., 242-3. Alicia Morales Ortiz, *Plutarco en España*, ob. cit., 226-7.

povo»¹²⁵; aliás, o gosto especial que mostra pelo uso de ríffões — porque «os ríffões sentenças são verdadeiras que a experiência, suma mestra das artes, pronunciou pelas bocas do povo»¹²⁶ — serve perfeitamente a voluntária familiaridade e a desejada brevidade da carta, tanto mais que foi seu desejo abarcar, como já se disse, «todos os casos e todos os avisos». As sentenças e os aforismos vários com que resumiu muitos conselhos e reflexões eram auxiliares preciosos da brevidade que o decoro epistolar impunha. Poucos anos antes, também a Condessa de Aranda, D. Luísa de Padilha, na sua *Idea de Nobles y sus desempeños en aforismos* tinha afirmado as vantagens do uso educativo das sentenças, nomeadamente pela sua qualidade de «lenguaje lacónico y succinto» que «penetra hasta el corazón (...) porque las sentencias breves se comprehenden, persuaden y deleytan; largas, cansan, y se olvidan»¹²⁷.

Neste contexto, não se poderá deixar de lembrar que, por exemplo, já Juan de Timoneda, no prólogo ao «Curioso lector» do seu *Sobremesa y alivio de caminantes*, partiu do princípio de que «oír y ver y leer» eram «tres causas principales (ejercitándolas) por do el hombre viene a alcanzar toda ciencia» e por isso nesta obra «se contienen diversos y graciosos cuentos, afables dichos, y muy sentenciosos» por que «facilmente lo que yo en diversos años he oído, visto y leído, podrás brevemente saber de coro, para poder decir algún cuento de los presentes», advertindo contudo que «estando en conversación, y quieras decir algún cuentecillo, lo digas a propósito de lo que traten»¹²⁸.

Deste modo, além do seu interesse conversacional, tinham a vantagem, muito valorizada na época de D. Francisco, da brevidade acompanhada de profundidade. Como também já realçara Melchor de Santa Cruz na dedicatória da *Floresta Española*, os melhores ditos eram «los que en pocas palabras tienen encerradas muchas y notables sentencias»¹²⁹. E no uso variado destes recursos literários por parte de Melo parece estar presente a mesma visão que Santa Cruz apresentou das virtudes destes: «unos han de ser gra-

¹²⁵ Veja-se como o assume quando evoca uma «engraçada sentença» (melhor, um ríffão) de «um chapado recoveiro»: «veja V. M. que enjeitei os filósofos para citar estes autores», pedindo que a «não julgue por indecente se é proveitosa» (*Carta*, pp. 95-96).

¹²⁶ *Carta*, p. 65. A sua obra *Feira dos Anexins* reforça de modo inequívoco esta afirmação (cf. *A feira dos Anexins*, ed. de Inocêncio Francisco da Silva, 2ª ed., Lisboa, 1916).

¹²⁷ *Idea de Nobles*, esp. fl. [11v-12r].

¹²⁸ Joan Timoneda, Joan Aragonés, *Buen aviso y portacuentos. El sobremesa y alivio de caminantes*, ed. cit., 202.

¹²⁹ *Floresta Española*, ed. cit., 114.

ves y entendidos; otros agudos y maliciosos; otros, agradables y apacibles; otros, donosos, para mover a risa; y otros, que lo tengan todo. Otros hay metaforizados (...). Otros tienen su sal en las diversas significaciones de un mismo vocablo»¹³⁰. Curiosamente, todos estes usos se encontram na *Carta de Guia de Casados*. Aliás, não é certamente casual a sua referência, por diversas vezes, à «agudeza castelhana»¹³¹ que tanto partido soube tirar da «espanholização» da tradição latina dos apotegmas e adágios¹³². As diversificadas obras, impressas ou manuscritas, contendo *exempla*, ditos, sentenças, aforismos ou provérbios são o melhor testemunho do sucesso destes recursos conversacionais. O próprio Cervantes — que, como é bem sabido, colocou na boca de Sancho Pança um sem-número de provérbios de que este, porque nada «discreto», usou sem regra nem contenção — apresentou *Los trabajos de Persiles y Sigismunda* como «Flor de aforismos peregrinos, conviene a saber, sentencias sacadas de la misma verdad en esta forma: cuando en el camino o en otra parte topo alguna persona cuya experiencia muestre ser de ingenio y de prendas, le pido me escriba en este cartapacio algún dicho agudo, si es que le sabe, o alguna sentencia que lo parezca, y desta manera tengo ajuntados más de trescientos aforismos, todos dignos de saberse y de imprimirse, y no en nombre mío sino de su mismo autor, que lo firmó de su nombre, después de haberlo dicho»¹³³. Esta referência literária traduz bem hábitos individuais de recolhas manuscritas — que devem ter sido bem mais do que as hoje conhecidas¹³⁴ —, de ditos, provérbios e sentenças que poderiam servir nas conversas cortesãs ou, simplesmente, discretas...

Deste modo, D. Francisco mostra partilhar não só do gosto mas também da ideia da importância do saber usar adequadamente — e se possível *aguda-*

¹³⁰ *Floresta Española*, ed. cit., 114.

¹³¹ *Carta*, pp. 105 e 126: «agudeza bem da sua terra». Curiosamente, o léxico da agudeza (o substantivo, o adjetivo e o advérbio) surge com alguma frequência ao longo da carta.

¹³² Como mostrou Alicia Morales Ortiz, *Plutarco en España*, ob. cit., 227: «... Es de notar, sin embargo, una progresiva evolución en estos autores al suprimir la delimitación “de reyes, generales, etc” y atribuir en sus colecciones originales muchos de los dichos a personajes anónimos o genéricos y “nacionalizar” los textos sustituyendo en muchas ocasiones el nombre histórico antiguo por el de un personaje genuinamente español». Maxime Chevalier, *Quevedo y su tiempo*, ob. cit., 11-49, também já tinha chamado a atenção para este aspecto.

¹³³ Cervantes, *Los trabajos de Persiles y Sigismunda*. Madrid: Castalia, 1992, 416.

¹³⁴ Veja-se a edição de várias dessas colectâneas feita por Antonio Paz y Meliá, *Sales españoles o agudezas del ingenio nacional*. 2ª ed., Madrid, 1964 (B.A.E., nº 176). O próprio D. Francisco o fez na *Feira de Anexins* — um vasto repositório de metáforas e trocadilhos sobre diversos temas — que também ficou manuscrita na sua época.

mente —, os ditos e os feitos para ilustrar conselhos ou para figurar situações, de um modo que aparenta espontaneidade discursiva mas que traduz um cuidado domínio retórico aliado a uma criteriosa selecção conceptual que conferem um gracioso colorido e, indiscutivelmente, uma amenidade conversacional que outras obras de carácter doutrinário não conseguiram lograr.

Ao mesmo tempo, estes recursos prestavam-se ao desejo de D. Francisco de, com alguma liberdade discursiva justificada pela familiaridade, com assumida novidade no prisma de abordagem do tema, e, sobretudo, com graça, expor os seus pontos de vista que, embora marcados por um forte envolvimento doutrinário, puderam desviar-se habilmente de uma já cansada via moralista seguida por diversos outros textos da época.

*

Desejando aparentar uma casual desorganização do discurso — alegadamente ao sabor da memória —, D. Francisco produziu um dos textos (quase se poderia dizer um dos tratados) mais sistemáticos sobre a inter-relação das contingências da vida conjugal e familiar com o viver social, sobretudo aristocrático, no século XVII. Excluindo o tema da criação e educação dos filhos — já que, declaradamente, privilegiou «apontar regras à vida dos casados» para poderem levar «suavemente aquele jugo que sobre ambos descansa» —, todos os aspectos pertinentes daquela inter-relação foram focados: desde as vantagens do casamento, passando pela diferenciação entre amor e amores, pela apreciação dos diversos tipos de mulheres, pela complexidade das relações com os criados, pelas complicadas teias do governo da casa, pelas diversões e devoções da casada, pela discussão de usos e modas várias (masculinas e femininas), pelas visitas ao paço, pelas cautelas no contar de confidências e segredos à mulher, pela abordagem do tema dos ciúmes, pela valorização da fidelidade conjugal para o equilíbrio da casa, pelos inconvenientes das demasiadas saídas e viagens dos maridos, até aos usos do casamento por conveniência e à afirmação do respeito pelas inclinações dos(as) filhos(as) aquando da opção de estado...

É certo que, do princípio ao fim, adoptou um ponto de vista exclusivamente masculino na abordagem destes aspectos, apesar de dizer que desejou «encaminhar tudo à sua [das mulheres] estimação, regalo e serviço». Mas também é certo que exprimiu o desejo de que «haja quem queira de mi outra

Carta para as casadas, e então se verá quão bem avogo por sua parte...». Infelizmente, talvez por não ter havido quem dele quisesse «outra carta para as casadas», não podemos saber como advogaria «por sua parte»...

De qualquer modo, D. Francisco Manuel logrou nesta *Carta* uma síntese brilhante e subtil de diversas correntes doutrinárias e debates anteriores sobre o tema, conseguindo uma invulgar articulação de modelos e práticas, de formulações literárias e de experiências pessoais, de usos antigos e modas recentes, numa linguagem cuidada e medida — embora aparentando descuido «familiar» — em que o tom sério do conselho e da sentença se casou harmoniosamente com a graça e a ironia do dito, do rifão, da história «vista, lida ou ouvida»... Para um solteiro, privado das liberdades mundanas pela prisão que considerava injusta, este texto — que rapidamente correu «ofendido e desamparado» como o seu autor¹³⁵ — revela uma impressionante capacidade inventiva que, aliada à subtileza do humor «discreto», foi inteligentemente orientada em favor da originalidade.

*

Algumas notas desta edição beneficiaram das sugestões generosas do Professor José Adriano de Freitas Carvalho, da Ana Martínez Pereira e, por seu intermédio, da María Carmen Marín Pina, da Helena Osswald. A todos deixo um sincero agradecimento.

¹³⁵ Na dedicatória a seu primo, D. Francisco libertou-o do dever moral da protecção que tradicionalmente as dedicatórias asseguravam (ou se esperava que assegurassem) aos livros, justificando que «Vai debaixo de condição que não haveis de amparar nem defender o livro, porque se ele não corresse ofendido e desamparado, até eu o não teria por meu».

BIBLIOGRAFIA

A. *Edições da Carta de Guia de Casados*

A.1. Edições em português:

Carta de Guia de Casados, Para que pello caminho da prudencia se acerte com a casa do descanso. A hum amigo, Lisboa, na Officina Craesbeeckiana, 1651.

—, Lisboa, na officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1665.

—, Lisboa, na officina de Domingos Soares de Bulhões, 1670.

—, Lisboa, na officina de Antonio Craesbeeck de Mello, 1678.

—, Lisboa, na officina de Bernardo da Costa, 1714.

—, Lisboa, na officina dos Herdeiros de Antonio Pedroso Galvão, 1746.

—, Coimbra, por Francisco de Oliveira, 1747.

—, Lisboa, na officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1765.

—, Lisboa, na officina de João Rodrigues Neves, 1809.

—, Londres, officina de T. C. Hansard, 1820.

—, Lisboa, na officina Rollandiana, 1827.

—, Lisboa, na Typografia Rollandiana, 1853.

—, Porto, por Pereira da Silva, 1873 (ed. de Camilo Castelo Branco).

—, Porto, na Livraria Chardron, 1898.

—, Porto, Renascença Portuguesa, 1916 (ed. de Edgar Prestage).

—, Porto, Renascença Portuguesa, 1923 (ed. de Edgar Prestage).

—, Porto, Livraria Simões Lopes, 1949 (ed. de Fernando Pires de Lima).

—, Lisboa, Ocidente, 1954 (ed. de Edgar Prestage, revista por Álvaro Pinto).

—, Lisboa, Editorial Presença, 1965 (ed. de João Gaspar Simões).

—, Porto, Lello & Irmão, 1971 (juntamente com as *Cartas de Amor* de Soror Mariana).

—, Lisboa, Editorial Verbo (Livros RTP), 1971.

—, Porto, Domingos Barreira, 1975 (pref. Fernando Pires de Lima).

—, Porto, Domingos Barreira, 1983.

—, Mem Martins, Europa-América, 1992.

—, Braga-Coimbra, Angelus Novus, 1997 (ed. de Pedro Serra).

A.2. Traduções

a) Castelhana:

Carta de Guia de Casados, y Avisos para Palacio, Madrid, Blás de Villanueva, 1724 (trad. da *Carta e dos Avisos para o Paço* (Lisboa, 1659) de Luís de Abreu e Melo).

Carta de Guia de Casados, y Avisos para Palacio, Madrid, en la oficina de Benito Cano, 1786.

b) Inglês:

The Government of a Wife; or wholsom and pleasant advice for married men. In a letter to a friend (...) with some additions of the translator (...), Londres, Jacob Tonson e R. Knaplock, 1697 (trad. de John Stevens).

B. Estudos seleccionados sobre a obra:

BERNAT VISTARINI, Antonio, *Francisco Manuel de Melo (1608-1666). Textos y contextos del Barroco peninsular*, Palma de Maiorca, Universitat de les Illes Balears, 1992.

COLOMÈS, Jean, *La critique et la satire de D. Francisco Manuel de Melo*, Paris, P.U.F., 1969.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e espiritualidade na Península Ibérica. 1450-1700*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa-Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, esp. 282-289.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, «Introdução» à edição da *Carta de Guia de Casados*, in *Biblioteca virtual de autores portugueses*, Biblioteca Nacional, 1999.

FONSECA, Joaquim, «O discurso da *Carta de guia de casados* (de D. Francisco Manuel de Melo)», *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, II série, vol. XVII (2000), 9-135.

GOUVEIA, António Camões, «A linhagem ou o tempo da memória. D. Francisco Manuel de Melo e o nobre seiscentista». *Ler História*, 18 (1990), 3-24.

MANUPPELLA, Giacinto, «Acerca do cosmopolitismo intelectual de D. Francisco Manuel de Melo», separata de *Brasília*, vol. XI, Coimbra, 1961.

PIRES, Maria Lucília G. e CARVALHO, José Adriano de, *História crítica da Literatura Portuguesa - Maneirismo e Barroco*, Lisboa, Verbo, 2001, cap. IV — «D. Francisco Manuel de Melo», 163-174.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves, «*Homo homini lupus*. Um tópico da moral barroca na obra de D. Francisco Manuel de Melo», *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, Porto, Reitoria da Universidade do Porto — Governo Civil do Porto, 1991, vol. II, 169-275.

PRESTAGE, Edgar, *D. Francisco Manuel de Melo. Esboço biográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914.

PRESTAGE, Edgar, «*Carta de Guia de Casados*: estudo crítico», *A Águia*, VIII, nº 46 (1915), 113-121.

SERRA, Pedro, «Introdução» à edição da *Carta de Guia de Casados*. Braga-Coimbra: Angelus Novus, 1996, 19-70.

TEENSMA, Benjamin Nicolas, *Don Francisco Manuel de Melo (1608-1666). Inventario General de sus ideas*, Groningen, 1966.

TORRES, Alexandre Pinheiro, «A *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Melo como cartilha literária da submissão da mulher», in *Ensaios Escolhidos I. Estudos sobre as Literaturas de Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1989.

CRITÉRIOS DE EDIÇÃO

Esta edição tem por base o texto da primeira edição (Lisboa, 1651) estabelecido a partir do exemplar da Biblioteca Pública Municipal do Porto (y'-1-80), conferido com o texto da segunda edição (Lisboa, 1665) pelo exemplar da Biblioteca Nacional de Lisboa (Res. 625 P.).

Atendendo a que, conforme testemunha o próprio D. Francisco na dedicatória desta *Carta*, a primeira edição foi feita sem a sua supervisão e por iniciativa do impressor, muitas das características formais, nomeadamente critérios ortográficos e de pontuação, podem (com grande probabilidade) resultar de opções do impressor que, muito provavelmente, se terá servido de uma cópia manuscrita e não do original de D. Francisco; atendendo ainda a que a segunda edição da obra (Lisboa, 1665) foi feita em vida do Autor, mas, ao que tudo indica (nomeadamente, a mais fraca qualidade do papel, o maior número de abreviaturas, erros tipográficos, diversos conservadorismos, por um lado e, por outro, voluntárias modernizações ortográficas), igualmente sem a sua intervenção, o texto de base aqui utilizado é o da primeira edição, mas incluem-se em nota de rodapé as alterações significativas introduzidas na segunda edição, à excepção das que são sistemáticas (porque sobrecarregariam o texto e as notas), como é o caso da preposição *para* que, na segunda edição, aparece sempre com a grafia *pera*, e da palavra *razão* que, na segunda edição, aparece com a grafia *rezão*; foram corrigidos os erros ortográficos evidentes, tanto da primeira como da segunda edição, sem indicação em nota de rodapé. Não foram referidas as pequenas variações ortográficas sem pertinência linguística, nem oscilações de pontuação.

Tendo em conta todas estas condicionantes, será de alguma pertinência lembrar aqui a advertência de D. Francisco Manuel de Melo na «Carta do autor aos leitores de suas cartas» incluída na edição — preparada por si —

das *Cartas Familiares* (1ª ed., Roma, 1664): «Da infelicidade da composição, erros da escritura, desmancho dos números e outras imperfeições da estampa, não há que dizer-vos: vós os vedes, vós os castigais, que eu por força havia de perdoá-los: ou por que entre os alheios se dissimulassem os meus ou por que a par dos meus se não viram os alheios»¹³⁶.

Atendendo aos objectivos da colecção de clássicos em que esta edição se insere, orientada para um âmbito de leitura relativamente alargada, procedeu-se a uma contida, mas necessária, modernização textual, de acordo com os seguintes critérios:

1. Modernização da acentuação, à excepção da 3ª pessoa do plural dos verbos *ter*, *ver*, *crer* e *vir* (mantêm-se as grafias *tem*, *vem* e *crem*);
2. moderada modernização da pontuação, respeitando as pausas essenciais do discurso;
3. eliminação de alguns parágrafos (que nas primeiras edições se justificavam pelo seu reduzido formato, mas não pela sequência discursiva do texto);
4. desdobramento de abreviaturas;
5. uniformização e modernização regrada do uso de maiúsculas e de minúsculas;
6. simplificação das consoantes dobradas e eliminação das consoantes mudas (ex: *prompto*>*pronto*);
7. opção pelo itálico nas citações de ditos, sentenças, *rifões*, etc. (na primeira edição todo o texto está em letra cursiva; na segunda está todo em redonda);
8. manutenção de oscilações gráficas que possam traduzir alguns aspectos do estado da língua na época: *nacer/nacer*; *dous/dois*; *cousa/coisa*; *assi/assim*; *imigo/inimigo*; *comprende/compreende*;

¹³⁶ *Cartas familiares*, ed. cit., 52.

9. modernização da grafia de ũa (no original: hũa), por diversas razões que, sendo divergentes dos critérios mais correntes de edição actual de textos daquela época, se explicam deste modo:

9.1. É relativamente frequente o aparecimento, em obras do século XVII — servem de exemplo a *Corte na Aldeia* (1619), o *Jardim de Portugal* (1626) e a segunda edição da *Carta de Guia* (1665) —, da grafia *uma* (*huma*) e *alguma*, impensável numa situação de hiato.

9.2. Duarte Nunes de Leão, na *Ortografia da Língua Portuguesa* editada em 1576 — 75 anos antes da *Carta de Guia* —, explicou as razões do uso do til de acordo com duas situações distintas: a indicação de abreviaturas e a substituição do *m* e do *n*. Mas as situações enumeradas por Nunes de Leão não só não contemplam a grafia *hũa* como não apresentam caso algum semelhante a este; além disso, todos os casos em que o til representava a supressão do *m* resultaram em ditongos, como claramente afirmou este autor: «E por assi ser liquido este .m. e não ferir a vogal seguinte, e ainda soar pouco, dá lugar que *as duas vogaes em que elle intervem se ajuntem sempre em dipthongo*, fazendo hua soo sylaba, ainda que as vogaes ambas sejam de hum genero (...) E assi dizemos Alemão, capitão, falcões, beleguiis» (sublinhado meu). Mais adiante, na enumeração dos ditongos, referiu os seguintes: *ãa, ãe, ai, ão, au, ee, ei, eu, ii, oa, oi, õe, õo, ou, ui, uu*. Deste modo, se *ũa* fosse pronunciado como hiato ou fosse considerado um ditongo (ascendente, necessariamente), teria de estar contemplado nestes exemplos, o que não sucede.

9.3. Por sua vez, Álvaro Ferreira de Vera, na *Ortografia ou arte para escrever certo na língua portuguesa* (Lisboa, 1631, cap. XXVI), afirma que o «mais frequente uso deste til he quando suprimos com elle as letras M, ou N.», mas não indica nenhuma situação semelhante à de *hũa*.

9.4. Por tudo isto, creio ser aceitável interpretar a grafia *ũa*, nos textos de meados do século XVII, como um conveniente conservadorismo gráfico — porque servia também de abreviatura —, razão pela qual me pareceu legítimo uniformizar a grafia segundo o seu uso mais moderno já naquela época.

10. substituição do *u* consonântico intervocálico por *v*, do *i* por *j* e do *y* por *i*;
11. modernização do uso do *h* (ex: *auer*>*haver*; *hum*>*um*);
12. modernização da grafia dos diversos ditongos: *-eo*, *-ao*, *-aes*, *-oes* (ex: *escreveo*>*escreveu*; *degrao*>*degrau*; *ceos*>*céus*; *taes*>*tais*; *poes*>*pois*);
13. uniformização, no sentido modernizador, da grafia de *ea* e *eo* para *eia* e *eio*, dado que algumas vezes já assim figuram texto da primeira edição (ex: *receio*; *enleio*);
14. transcrição da terminação da 3ª pessoa do plural do pretérito *-ão* por *-am* (ex: *constão*>*constam*; *ajuntão*>*ajuntam*) e modernização da nasalação (*meam*>*meã*; *mãi*>*mãe*);
15. aglutinação ou separação de algumas palavras, de acordo com o uso actual (em fim/enfim; por quanto/porquanto; com tudo/contudo), mas mantendo «tal vez» quando significa «alguma vez»;
16. introdução de hifenização segundo critérios actuais;
15. as passagens em castelhano foram modernizadas segundo critérios equivalentes a estes;
17. introdução de notas de rodapé que, além da indicação das diferenças textuais da segunda edição, visam explicitar palavras, frases, nomes, referências bio-bibliográficas ou temáticas do texto; as explicitações textuais ou semânticas foram feitas com base nos dicionários de Fr. Domingos Vieira e de Moraes e no *Elucidario* de Sousa Viterbo.
18. No final, foi ainda incluído um índice onomástico.

CARTA DE GUIA DE CASADOS

CARTA DE GUIA DE CASADOS
PARA QUE PELO CAMINHO DA PRUDÊNCIA
SE ACERTE COM A CASA DO DESCANSO.

A UM AMIGO

Por D. Francisco Manuel

Em Lisboa.

Com as licenças necessárias, na Oficina Craesbeckiana
1651¹

Vende-se na Rua Nova

¹ A «segunda impressão» foi feita «na officina de Antonio Craesbeek de Mello. Impressor de S. Alteza. An. 1665» (exemplar consultado: BN de Lisboa, Res. 625P).

A DOM FRANCISCO DE MELO,
ALCAIDE-MOR DE LAMEGO, COMENDADOR DE S. PEDRO
DA VEIGA DE LIRA, TRINCHANTE DE SUA MAJESTADE.

Primo. Para haver no mundo uma dedicatória verdadeira, assi havia de ser feita ao descuido. Agora me avisa Paulo Craesbeeck² que na sua officina está impressa a minha *Carta de Guia de Casados*, que, ou a dedique eu por mi mesmo, ou lhe deixe fazer dela convite a quem a estime e lha agradeça. Mas eu, que não estou já para provar ventura com bafos de grandes, nem ousou mandar de novo o meu nome às aventuras (porque enfim o bafo é vento e as aventuras soem ser desastres), neste pouco espaço que me deixou cuidar no que faria o pedidor da resposta, nada soube fazer mais atinado que o ir-me lembrar de vós e da minha obrigação para vos oferecer este livrinho. Não julgueis que me ficais devendo muito, e só para que saibais qual é o empenho, desenrolai o presente. Fazei conta que o que vos haveria de ir dizendo aos poucos, quando Deus vos puser neste³ estado, vo-lo tenho aqui dito por junto; porque eu não sou, nem quero ser, daqueles que se curam a si com diferentes mezinhas que aos outros. Escrevi a um amigo estas observações. Confiantemente vos servi delas a seu tempo, porque como a amizade é o maior parentesco, o parentesco deve ser a maior amizade. Vai debaixo de condição que não haveis de amparar nem defender o livro, porque se ele não corresse ofendido e desamparado, até eu o não teria por meu. Usai antes, se for (que, sim, será) necessário, daquela minha resposta a um que me tachava de que fizesse muitos e maus livros: *Senhor* (lhe disse eu) *deixai-me fazer muitos, até que faça um que vos contente*. Dizei-lhe isto e Deus vos guarde.

Vosso Primo.
D. Francisco Manuel.

² Segunda edição: «Antonio Craesbeeck».

³ Segunda edição: «nesse».

AOS LEITORES DESTA CARTA

Não é outra cousa a Filosofia que uma consideração universal de todas as cousas, pela qual se alcança o conhecimento delas. Divide-se em natural e moral. A natural averigua as qualidades dos céus, elementos e criaturas. A moral aparelha a ordem do trato humano. Também esta moral se divide em tres partes, que chamam ética, económica e política. A ética cuida dos costumes do homem. A económica tem por fim o regimento das casas e famílias. A política entende sobre o governo das cidades, reinos e impérios; mas de tal maneira que a económica requiere política e a política económica, porque o reino é casa grande e a casa reino pequeno; e a ética necessita da política e da económica porque o homem é um mundo inteiro.

Mas agora falando somente da filosofia económica, que é a que pertence a este tratado, digo que esta tal filosofia comprende todas as condições de gente de que consta a república: grande, meã e pequena; porém, olha com maior intenção para os grandes, porque a segunda e terceira qualidade de homens não requiere tanto estudo⁴ para sua conservação. Estende-se também a todos os estados de vida: casados, solteiros e viúvos, mas da mesma maneira é mais própria dos casados que dos solteiros e viúvos. Não porque estes dous modos de vida deixem de necessitar de regras para seu bom regimento, porém porque são estados em que poucos e pouco tempo se detém; constam sempre de limitadas famílias e por isso de menos ocasiões; não pedem todo aquele desvelo, cuidado e vigilância que convém ao casado para sustentar sua casa em honra e sem perigo.

O principal estudo que aos casados pertence para conseguirem esse fim é aquele que lhes dá o modo justo de se haverem e para viverem com suas mulheres; porque deste acerto, ou erro, procedem todos os erros, ou acertos, de um varão e de uma família.

⁴ Segunda edição: «estado», termo mais adequado no contexto da frase.

D. Francisco, autor deste papel, sendo rogado de um seu grande amigo que entendia casar-se para que lhe desse alguns bons conselhos e avisos acerca desse estado, escreveu este discurso (como ele mesmo afirma) sem algum artifício, que é boa qualidade para dar crédito ao que se aconselha.

Foi seu ânimo persuadir aos casados a paz e concórdia com que devem ordenar sua vida, encomendar a estimação das mulheres próprias, inculcar os meios por donde o amor se conserva e se aumenta a opinião.

Este livro, correndo manuscrito, quis ser de algumas pessoas caluniado de severo contra a liberdade das mulheres; e foi esta a principal razão de se comunicar agora a todos, para que se veja a pouca causa que o livro deu ao juízo que dele se tinha feito; o que bem se pode conhecer conferindo sua doutrina com o que escrevem todos os que trataram esta matéria.

E se porventura disser alguém que o entendimento dos homens obra aqui apaixonado por sua jurisdição, veja-se aquele excelente tratado que escreveu da *Nobreza virtuosa* a Condessa de Aranda, D. Luísa Maria de Padilha, e publicou Fr. Pedro Henrique Pastor⁵, que logo se achará como nem por escrito por mulher se sobornou da fragilidade de sua condição, para que deixasse de assentar às mulheres com toda a aspereza os preceitos necessários.

A natureza mostra e o confirma a experiência que as mezinhas de uso mais dificultoso são aquelas de virtude mais eficaz. A arte, a que os médicos chamam precautória, sem dúvida é molesta se se olha a quanto obriga; mas se ao muito de que preserva, sem dúvida é suavíssima. O ânimo de D. Francisco bem prova que não foi induzir a novos cuidados e desconfianças, mas antes mostrar os caminhos para sair deles e fugir delas.

Entre os seus livros, pode ser que nenhum seja mais útil que o presente. E nenhum decerto é mais fácil; ou que a matéria pedisse um descansado

⁵ D Luísa Maria de Padilla Manrique y Acuña (1590-1646) era mulher de D. Antonio Jiménez de Urrea, Conde de Aranda e Grande de Espanha, e foi uma escritora apreciada, sobretudo, em círculos culturais de Saragoça no século XVII, nomeadamente pela sua *Nobleza virtuosa*, uma obra concebida em quatro partes: as duas primeiras saíram sem o nome da autora e foram editadas por Pedro Henrique Pastor, com os seguintes títulos: *Nobleza virtuosa*, Zaragoza, Juan de Lanaja y Quartanet, 1637, 8º; *Noble perfecto y segunda parte de la Nobleza virtuosa*, ibid., 1639, 8º; a terceira obra já traz o nome da autora e intitula-se *Lgrimas de la Nobleza*, ibid., 1639, 8º e a quarta tem o título: *Idea de nobles y sus desempeños, en aforismos*, Zaragoza, Hospital Real de N. Srª de Gracia, 1644. Escreveu ainda *Elogios de la verdad e invicyivas contra la mentira*, Zaragoza, 1640 (editados também por Pedro Henrique Pastor) e *Excelencias de la castidad*, ibid, 1642. Sobre a autora e as suas obras veja-se Manuel Serrano y Sanz, *Apuntes para una bibliografía de escritoras españolas*, Madrid, 1915, vol. II (Primeira parte), 95-120 e as referências de Fernando Bouza, *Imagen y propaganda. Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II*. Madrid: Akal, 1998, 202-3.

estilo, ou que ele, cansado de ser repreendido de misterioso (e talvez de escuro), quisesse escrever para todos, pois para todos escrevia, senão para si mesmo. Seja-lhe contudo desculpa (se não louvor) haver sido seu fim em todos seus escritos acomodar sempre o estilo com a matéria, cousa não de todos guardada e aos menos concedida, porque na *História de Catalunha*⁶ mostrou verdadeiramente eloquência histórica; no *Eco Político*⁷ levantou mais a pena, porque o pede a política; no *Maior Pequeno*⁸ e em os *Fenis*⁹ escreveu aforístico e lacónico, porque as matérias morais e místicas que compreendem fossem pela brevidade apetecidas; nas *Musas*¹⁰ grave, por ser esse o melhor método entre o vulgar e o difícil; no *Panteon*¹¹ culto, porque à matéria trágica se assina o mais alto dos estilos. O mesmo observou nos livros e tratados que compôs antes e depois dos referidos.

O próprio guarda no presente, que é o primeiro dos livros portugueses¹² e que bem mostra não ser menos digno de louvor pela propriedade com que escreve sua língua que pela elegância com que nas passadas obras mostrou haver feito sua a castelhana. Seguirão os mais em português que fico preparando em quanto gastardes o tempo em castigar ou estimar este que a todos serve, a todos ofereço.

O Impressor¹³

⁶ Foi publicada com o pseudónimo de Clemente Libertino, *Historia de los Movimientos y Separacion de Cataluña y de la Guerra entre la Magestad Catolica de Don Felipe el Quarto Rey de Castilla y de Aragon, y la Deputacion General de aquel Principado*, S. Vicente (Lisboa), Paulo Craesbeeck, 1645. Veja-se a recente edição de Joan Estruch Tobella, Madrid, Clásicos Castalia, 1996.

⁷ *Eco politico responde en Portugal a la voz de Castilla, y satisfaze a un papel anonymo ofrecido al rey D. Filippe IV sobre los intereses de la corona lusitana*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645.

⁸ *El mayor pequeño: vida y muerte del serafin humano Francisco de Assis*, Lisboa, Manuel da Silva, 1647.

⁹ *El Fenix de Africa, Augustino Aurelio Obispo Hyponense. Primera Parte. Augustino Filosofo*, Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1648; *Segunda parte. Augustino Santo*, ibid., 1649. Estas duas últimas foram depois incluídas pelo autor nas *Obras Morales*, Roma, el Falco, 1664.

¹⁰ *Las tres Musas del Melodino*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana, 1649. Reeditadas pelo autor nas *Obras Metricas*, Leon de Francia, Horacio Boessat y George Romeus, 1665.

¹¹ *Pantheon a la immortalidad del hombre Itade. Poema tragico*, Lisboa, Oficina Craesbeeckiana, 1650.

¹² Na segunda edição, posterior à das *Epanaphoras de varia historia portuguesa* (Lisboa, Henrique Valente de Oliveira, 1660) foi acrescentado «e nas Epanaforas» e feita a correspondência verbal plural: «que bem mostram não ser menos dignos de louvor».

¹³ Na segunda edição «O impressor» foi substituído por «António Craesbeeck de Melo».

CARTA DE GUIA DE CASADOS

Em meio estou, senhor N., de aquelas duas cousas mais poderosas com os homens: amor e obediência. Amo a V. M., manda-me V. M. E suposto que me manda uma cousa bem dificultosa, a obediência e o amor, que já fizeram impossíveis, não se negarão hoje a vencer dificuldades.

Diz-me V. M. que se casa e que lhe dê eu, para se governar nesse seu novo estado, alguns bons conselhos. Esta é uma das cousas de que eu cuido que falta mais a quem peça que a quem a dê, pois por certo que aquele que deseja bons conselhos já parece que deles não necessita, porque é tão grande prudência pedir conselho que do homem que o sabe pedir creerei que nenhum lhe fará falta.

O primeiro que aconselharei a V. M. será que se não fie em nada só do meu voto, pois, suposto que em mi possa haver vontade para o bem servir, pode ser que nem por isso haja entendimento para o bem aconselhar, porque entendimento e vontade ainda se ajuntam menos vezes que a honra e o proveito; e ela, com que seja potência poderosa, nem sempre guia ao acerto, se lhe faltam olhos de suficiência.

Grandes cousas deixou escrito a antiguidade, para advertência dos casados. Muitas são e graves são, a que também os modernos acrescentaram outras, ou nos puseram em outras palavras as antigas.

Mas nós aqui, senhor N., nos havemos de entender ambos em prática como do lar, a cujo abrigo, nestas longas noites de Janeiro, vou escrevendo a V. M.¹⁴

¹⁴ Aparece em alternância com «senhor N.»; Em Espanha, esta forma de tratamento era considerada pouco correcta no tratamento pessoal de amigos, mas era tolerada nos textos escritos, segundo diz Cristóbal Suárez de Figueroa pela voz do «Doctor» de *El Pasajero* (1617): «... no estar bien tratada la amistad quando se frequenta demasiado el *vuesa merced*. Estilo es éste que repugna grandemente a mi condición, y júzgo a propósito no más que en diálogos de libros, donde hablan personas que no se ven de caras» (*El pasajero*, ed. de M^a Isabel López Bascuñana. Barcelona: PPU, 1988, vol. II, 607).

estas regras, em estilo alegre e fácil, qual requer o estado e idade de V. M., bem que tão diverso do meu humor e da minha fortuna¹⁵.

Darão licença os Sénecas, Aristóteles, Plutarcos e Platões¹⁶; nem ficaremos mal com as Pórcias, Cassandras, Zenóbias, e Lucrécias¹⁷, tudo tão desenrolado nestas doutrinas, porque, sem seus ditos deles e sem seus feitos delas, espero nos faça Deos mercê de que atinemos com o que V. M. deseja de ouvir e eu procuro dizer-lhe.

Não sou já mancebo. Criei-me em cortes, andei por esse mundo, atentava para as cousas, guardava-as na memória. Vi, li, ouvi¹⁸. Estes serão os textos, estes os livros que citarei a V. M. neste papel, donde, juntas algumas histórias que me forem lembrando, pode mui bem ser não sejam agora menos úteis que essa máquina de gregos e romanos de que os que chamamos doutos para cada cousa nos fazem prato que às vezes nos enfastia.

Ora assentamos que qualquer mudança causa estranheza. Mudar de umas casas a outras é em alguma maneira esquivo. Segue-se logo que não se mudará a vida sem algum receio. Porque¹⁹ se perca, imagine V. M. que para este estado nasceu e o criaram seus pais. Este foi o que V. M. sabia o estava esperando. Este lhe é próprio, o outro alheio. Ninguém se queixa de haver chegado ao fim de seu caminho.

¹⁵ D. Francisco, preso então na Torre Velha, deixou nesta obra alguns (poucos) desabaços relativos à sua situação que considerava injusta, mas, curiosamente, o tom desta *Carta de guia* difere muito do que perpassa grande parte das suas *Cartas familiares*, em que, com alguma frequência, alude ao desconcerto da sua vida e se queixa da injustiça da sua situação (como, aliás, o pretendeu mostrar nos dois memoriais dirigidos a D. João IV). Veja-se Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Mello. Esboço biográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914, esp. 423-9; José Adriano de Carvalho, «Aspectos do desengano e da aceitação da vida em D. Francisco Manuel de Melo», separata da revista *Brotéria*, LXXVIII (1964), 277-291 e 423-438; Rui Rocha Rufino, *Sentir moderadamente. A influência do pensamento senequista nas Cartas Familiares de D. Francisco Manuel de Melo* (polic.), Porto, 1996.

¹⁶ Estes autores clássicos, juntamente com vários outros, eram amplamente evocados, até então, na maioria dos textos doutrinários sobre o casamento, como bem o ilustra ainda o *Casamento Perfeito* (Lisboa, 1630) de Diogo Paiva de Andrada, altamente devedor dessa tradição particularmente cultivada pelos humanistas.

¹⁷ Estas figuras da tradição clássica, significativamente referidas no plural, servem para exemplificar os diversos tipos de figuras femininas que a vasta literatura de âmbito educativo e moral vinha propondo para imitação ou para condenação comportamental.

¹⁸ Este tríptico encontra-se já em diversas obras anteriores que pretenderam valorizar a experiência e o conhecimento individual adquirido tanto pelos textos escritos como pelas histórias de circulação oral e pelos casos ou situações observadas. Veja-se, *supra*, «Introdução», pp. 32-7.

¹⁹ Para que.

Considere que aqui não padece alguma força sua liberdade, antes, assi como aquele que sobe açodado²⁰ por uma escada íngreme, quantos mais são os degraus, mais deseja de achar um mainel²¹ em que descanse, assi também, subindo o homem pela escada da vida, quantos mais são os anos, quanto mais soltamente os vai vivendo, tanto lhe é mais necessário o repouso de um honrado casamento, que já por esta razão lhe chamamos estado, por ser não só fim, mas também descanso.

Tem V. M. subido, se não muitos degraus, digo, se não tem vivido muitos anos, vivido tem aqueles que bastem, e ainda mal, porque a tal curso que bem pode já dar o descanso a que chega, por chegado ao melhor tempo.

Paga o filho a seu pai, em se casar, aquele benefício que recebeu dele, pois se seu pai não casara, o filho não fora. Vão assi os homens contribuindo uns aos outros e todos à memória dos que lhe deram ser, a que, depois de Deus, somos mais obrigados que a tudo mais.

Espantam-se os moços com o que ouvem dizer do casamento de ordinário aos mal casados porque, senhor, há V. M. de saber que muito mais certo é que o mantimento bom se converta no mau humor que em nós acha do que converter o mau humor nessa sua boa virtude. Parece-lhes aos moços intolerável a carga do matrimónio. É, senhor, pesadíssima para os que a não sabem levar; para os que sabem, é ligeira. Uma arroba de ferro ao ombro carrega um homem que com o fácil artifício de duas rodas pode levar um quintal. Não excede o peso do casamento nossas forças; falta-lhe as mais das vezes nossa prudência para que o sustente; e de aí vem que nos pareça grande.

Quer V. M. ver quão leve é a carga deste modo de vida que toma? Meça-a com o peso de essoutra vida que deixa. Ponha, senhor N., em balança a inquietação passada, os perigos, os desgostos, a desordem dos afectos, aquele temer tudo, não fiar de nada, o queixume que dói, a vingança que arrisca, a ruim lei que desespera, os ciúmes que abrasam, os amores que consomem, a honra em ocasião, a saúde diminuída, a vida arriscada, e o que é mais, a consciência sempre queixosa. Ora alvíssaras, senhor N., que já lá vai tudo isto. Em verdade que quando o casamento não trouxera outro algum bem mais que livrar de tantos males, justamente merecia o nome de santa e doce vida.

Pois vejamos: o que se lhe dá a um casado a troco dessa liberdade que eles tanto alegam que deixam? Dá-se-lhe outra; entrega-se-lhe a mulher

²⁰ Apressado.

²¹ Corrimão.

com a liberdade, com a vontade, com a fazenda, com o cuidado, com a obediência, com a vida, com a alma. Quem pesará o que deixa com o que recebe que logo não conheça os ganhos desta troca?

Uma das cousas que mais assegurar podem a futura felicidade dos casados é a proporção do casamento. A desigualdade no sangue, nas idades, na fazenda causa contradição; a contradição, discórdia. E eis aqui os trabalhos por donde vem. Perde-se a paz e a vida é inferno.

Para a satisfação dos pais convém muito a proporção do sangue, para o proveito dos filhos a da fazenda, para o gosto dos casados a das idades. Não, porém, que seja preciso uma conformidade de dia por dia entre o marido e a mulher, mas que não seja excessiva a ventagem de um a outro. Deve ser esta ventagem, quando a haja, sempre a parte do marido, em tudo à mulher superior. E quando em tudo sejam iguais, essa é a suma felicidade do casamento.

Dizia um nosso grande cortesão, havia três castas de casamentos no mundo: casamento de Deus, casamento do Diabo, casamento da Morte; de Deus, o do mancebo com a moça; do Diabo o da velha com o mancebo; da Morte, o da moça com o velho. Ele certo tinha razão, porque os casados moços podem viver com alegria; as velhas casadas com moços vivem em perpétua discórdia; os velhos casados com as moças apressam a morte, ora pelas desconfianças, ora pelas demasias.

Mas porque estas cousas são muito gerais²² e ainda os incapazes tem delas o conhecimento que aos entendidos lhes sobeja, é tempo de passar a alguns mais particulares avisos.

Senhor, saiba V. M. que à sua alma se acrecenta outra alma de novo, à sua obrigação se ajunta²³ outra obrigação. Assi devem crescer seus cuidados e seus respeitos. E da mesma sorte que se a um homem que possuísse uma herdade, a qual cultivasse, lhe fosse deixada outra de novo para o mesmo efeito, este tal homem, sem diminuir em sua alegria, era força que na diligência se aventejasse²⁴, por abranger com seu trabalho a ambas aquelas suas fazendas; nem mais nem

²² Estavam presentes em quase toda a tratadística matrimonial anterior e foram objecto de diferentes tratamentos literários, tanto em textos poéticos como em prosa; basta lembrar, por exemplo, o sucesso do tema do velho ciumento que Cervantes tão bem trabalhou tanto no *Entremés del viejo celoso* (Miguel de Cervantes, *Entremeses*. ed. de Jacobo Sanz Hermida, Madrid: Espasa Calpe/Austral, 1998, 231-252), como na novela *El celoso extremeño* (*Novelas Ejemplares*. ed. de Harry Sieber, Madrid: Cátedra, vol. II, 97-135).

²³ Segunda edição: «junta».

²⁴ Segunda edição: «avantejasse».

menos deve o casado multiplicar o tento e a fadiga (sem que por isso se entristeça) por não faltar ao novo cargo que tomou e lhe entregaram com a mulher que lhe deram, não para que a arriscasse e perdesse (e a si mesmo com ela), mas para que com maior cómodo e descanso pudesse passar com ela a vida.

Provemos a ver se será possível dar alguma regra ao amor. Ao amor²⁵, que sói ser a principal causa de fazer os casados mal casados, umas vezes porque falta e outras porque sobeja²⁶. Armemos-lhe, se quer, as redes; caia ele se quiser; e o mais certo será que avoe e fuja delas, porque quiçá por isso o pintaram com asas²⁷. Ame-se a mulher, mas de tal sorte que se não perca por ela seu marido. Aquele amor cego fique para as damas²⁸ e para as mulheres o amor com vista²⁹. Ou cure os olhos que tem, ou os peça

²⁵ Na segunda edição não se repete «ao amor».

²⁶ Também Diogo Paiva de Andrada, no *Casamento Perfeito*, dedicou, num tom mais doutrinai que caracteriza toda a sua obra, três capítulos diferentes a esta problemática: o cap. IV, sobre «Os danos que causa a falta de amor»; o cap. V, «Que também he mui prejudicial o Amor demasiado», e o cap. VI, «Remedio para fugir destes dous extremos» (*Casamento perfeito*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1630, 17-39; a edição de Fidelino de Figueiredo, Lisboa, Sá da Costa, 1944, não inclui os preliminares da obra nem as referências marginais).

²⁷ Assim figurava também nos livros de emblemas, como sucede nos de Alciato (cito pela edição de M. Montero e M. Soria, Madrid: Editora Nacional, 1975), p. 57: «Qu'el Amor es affecto potentíssimo»; p. 86: «Remedio de Amor»; p. 121: «De la Muerte y del Amor»; p. 130: «El letrado preso de Amor»; p. 131: «Que el virtuoso Amor venze a Cupido»; p. 132: «La fuerza del Amor»; p. 135: «El poderío del Amor»; são particularmente ilustrativos a quadra do emblema «Contra la estatua del amor», que começa por recordar «Qué cosa fuesse Amor muchos poetas/ Por muy diversos nombres lo cantaron./ Mas dándole fuego, alas, y saetas,/ Niño desnudo y ciego le pintaron» e o terceto «... Tras esto pñtanle alas muy bien hechas, /como jamás a vuelo se levante/ Por do las aves de amor sean desechas...» (p. 162).

²⁸ Mais adiante, D. Francisco fará a diferenciação entre as galanterias devidas às damas e as cortesias adequadas às esposas (*infra*, pp. 110-111). Esta diferenciação entre a sociabilidade de corte e o espaço doméstico é, no essencial, a mesma que subjaz a algumas referências da *Arte de Galanteria* de D. Francisco de Portugal — que Melo conhecia e elogiou posteriormente na *Visita das Fontes* (ed. cit., 369-370) —, quando se debruça sobre a formosura feminina: «La belleza ha se de poseer para ornato de lo honesto, que quando es de otra manera, son muy costosos sus aplausos; siruese a la hermosura, mas casase con la virtuosa, ojease lo ligero para entretenimiento, y huyese para casamiento», bem como quando distingue amor e amizade: «Digamos, porque no se llama amor amistad; entre estas dos cosas ay esta diferencia, que el Amor, es una passion que tiene más de deseo que de plazer, y la amistad, es una afficion envergonçada, ò un amor envergonçado, que tiene más de plazer, que de deseo...». (*Arte da Galanteria*, ed. póstuma, Lisboa, 1670, 39 e 18).

²⁹ Neste contexto, faz sentido lembrar a defesa do Amor que Melo fez na interessante carta (de temática e estilo aproximados desta) a «um amigo retirado da corte», datada de 1641 (*Cartas familiares*, ed. cit., p. 90): «Eu costumava dizer, quando andava pelo mundo, que os amores eram como os sapatos, porque andar ãa creatura sem amor é pouco menos que andar descalça; trajo que até em Lianor, quando ia para a fonte, descalça pela verdura, me fazia arripiar os cabelos...». Também interessante é observação de D. Francisco de Portugal, a propósito da beleza da dama: «La belleza se ha de poseer para ornato de lo honesto, que quando es de otra manera, son muy costosos sus aplausos; sirvese a la hermosura, mas casese con la virtuosa, ojease lo ligero para entretenimiento, y huyese para casamiento» (*Arte de Galanteria*, ed. cit., 18).

emprestados ao entendimento de esses que lhe sobejam. Digo, perder pela mulher, perder por ela seu marido a dignidade de homem³⁰ a troco de lhe não contradizer sua vontade quando é justo que lha contradiga. Saiba-se e tema-se, que também há narcisos do amor alheio como de seu próprio.

Gabavam muito certos cardeais ao Papa Pio V um seu criado que ele mais favorecia. Respondeu-lhes: *Bom é, mas nunca me contradiz*. Tão longe está de ser desamor, que antes é perfeição do amor o saber encontrar³¹ a vontade de quem se ama quando ela não deve de ser seguida. Há alguns, senhor N., de tão pouco juízo que fazem ostentação de seu próprio cativo. Igual afronta é a um casado saber-se que o manda sua mulher que saber-se é ela de seu marido escrava e não companheira.

Este foro, esta prerrogativa, de que cada um é bem que se use, logo ao princípio convém que se concerte. O marido tenha as vezes de sol em sua casa, a mulher as da lua; alumie com a luz que ele lhe der e tenha também alguma claridade. A ele sustente o poder, a ela a estimação. Ela tema a ele e ele faça que todos a temam a ela; serão ambos obedecidos.

Dissera eu que as mulheres são como as pedras preciosas, cujo valor crece³², ou mingua, segundo a estimação que delas fazemos. Os que casam com mulheres maiores no ser, no saber e no ter estão a grandíssimo perigo. Deste livrou Deus a V. M. (e àqueles que assi casarem) porque no que deviam ser iguais mulher e marido são muito iguais, e no que V. M. era bom que excedesse, assi é que excede. Os mais anos são grandes arras no casamento em favor da autoridade do marido³³.

Não me detenho em apontar remédios a estes riscos, porque o meu ânimo não é dar conselhos a quem escolhe mulher, senão avisos para se viver com aquela que já se tem escolhido. O homem que casa com mulher de pouca idade leva a demanda meia vencida. Nos tenros anos não há um ruim costume, porque ainda³⁴ o menos averdido está no ânimo como hóspede e não de assento. Acusando um homem a sua mulher de mal acostuada³⁵ diante de seu príncipe, foi dele perguntado de que anos entrara em

³⁰ Segunda edição: «dignidade e compostura de homem».

³¹ Ir contra.

³² Segunda edição: «cresce».

³³ Esta ideia de forte influência aristotélica está também presente em quase toda a tratadística matrimonial anterior, como pude referir na «Introdução».

³⁴ Segunda edição: «inda».

³⁵ Segunda edição: «costumada».

seu poder; e, como lhe disse o marido que de doze, respondeu aquele rei: *Pois vós sois o que mereceis castigado que tão mal a criastes*. Um leão em pequeno se amansa; aos próprios ferros da gaiola em que vive preso toma a afeição um passarinho, sendo aquele por seu natural feroz e este livre. É a criação outro segundo nascimento e, se em alguma cousa difere do primeiro, é só em ser mais poderoso este segundo³⁶.

O homem que tiver discrição e indústria, casando com mulher de tal idade, pai cuide que vai ser de sua mulher tanto como seu marido. Pode fazer que ela renasça com novas condições. Se vemos balhar um usso³⁷ em uma corda, animal de tão diferente despejo que bruto se afirma mal sobre a terra, que há que desesperar de poder instruir a mulher moça em todos os bons costumes e dictames em que a puser seu marido? E também que há que confiar de que não tome os ruins, se seu marido lhe dá lições e motivos para cair e ficar neles?

Correm algum perigo as muito moças pelo sobejo amor aos pais e irmãs com que se criaram e é tanto mais ocasionado este inconveniente quanto parece mais lícito. De ordinário, esta acção se regula pelo ser desses pais e dessa parentela. Quando os pais sejam como devem, louvável é a inclinação; quando não, é necessário que se vá desde logo, e por bons meios, despartindo aquela familiaridade. Sobretudo, eu quisera ver antes nas casadas, para com seus pais, reverência que amor; não que lho neguem, porque sem algum amor não há nenhuma obediência, mas quando seja amor e eles tais que não sejam dignos dele, se no marido houver arte, o remédio não parece dificultoso.

Julgava eu que para esta tal mezinha era bem conveniente uma nova brandura, um novo afago (digamos assi), um namorar a mulher outro tanto mais do que sem esta razão seria necessário. A criação que outra cousa não sabe senão o peito de sua mãe o deixa a troco de se lhe dar a conhecer a suavidade do mel, ou do açúcar³⁸, que é mais doce que o leite. Não se duvi-

³⁶ Esta confiança nos poderes da educação dos comportamentos logo a partir dos primeiros anos de vida (melhor, com o próprio leite materno) vinha sendo repetida em diferentes tipos de tratados educativos que, geralmente muito apoiados em Plutarco e em S. João Crisóstomo, foram sendo escritos e publicados ao longo do século XVI. O século XVII — e muito por influência jesuíta, a que D. Francisco também não escapou — repete quase até à exaustão este princípio. Dele me ocupei em *Espelhos, cartas e guias*, ob. cit., sobretudo, 339-405: «O primado dos “bons costumes” na educação dos filhos».

³⁷ Baílar um urso. Esta grafia encontra-se nas duas edições.

³⁸ Segunda edição: «ou a do açúcar».

da que o bem querer do marido é mais próprio para a mulher que o de seus pais e parentes, donde vem que a mulher, obrigada e amimada do marido, esquece facilmente o trato dos pais e dos irmãos.

Este afago também deve ser discreto, repartindo-o igualmente por obras e palavras: o vestido quando se não pede, o brinco que se não espera, a saída em que se não cuida, um não sair de casa uma tarde, um recolher mais cedo uma noite (e se disser um levantar mais tarde uma manhã não mentirei) farão logo chaníssimo³⁹ o caminho para aquele esquecimento ou desvio dos pais quando ao marido lhe convenha.

Houve quem duvidasse se podia ser perfeito⁴⁰ o amor entre aqueles que por conveniências e por concertos se casavam, entendendo que esta perfeição de querer só se guardava para os que casavam por amores⁴¹, a que se referia um galante que, convidando-o uma sua parenta para que casasse por concertos, lhe deu por resposta: *Senhora, não me obrigo a amar ninguém por fé de escritão, senão pela minha*. De uma e de outra cousa não faltam bons e maus exemplos, mas eu, que sou mais amartelado da razão que do caso, direi com alguma novidade o que se me oferece.

Persuado-me, senhor N., que esta cousa a que o mundo chama amor não é só uma cousa, porém muitas com um próprio nome. Poderá bem ser que por isto os antigos fingissem haver tantos amores no mundo a que davam diversos nascimentos e também pode ser que venha de aqui que ao amor chamamos amores, pois, se ele fora um só, grande impropriedade fora esta.

Eu considero dous amores entre a gente. O primeiro é aquele comum afecto com que, sem mais causa que sua própria violência, nos movemos a amar, não sabendo o que nem o porque amamos. O segundo é aquele com

³⁹ Superlativo de chão: planíssimo, ou seja, muito fácil.

⁴⁰ Segunda edição: «perfeito».

⁴¹ Esta disputa sobre o casamento por concerto ou por amores esteve na base de um dito de Martim Afonso, incluído na colectânea anónima (ms. do século XVI) dos *Ditos portugueses dignos de memória*: (ed. de José H. Saraiva, Mem Martins: Europa-América, 1981, nº 826): «Tendo Martim Afonso um só filho, casou-se-lhe sem sua licença, de que ele se enojou muito; e alguns fidalgos consolando-o com lembrança de outros, disse-lhes ele: — Se meu filho se casara por amores, não me agastara porque é cousa de homens; mas o que me faz estar raioso dele é porque se casou por concerto». Esta problemática foi abordada em distintas obras do século XVI e XVII (porque tinha também implicações linhagísticas, económicas e legais), nomeadamente em textos literários e doutrinários de temáticas cortesãs, de que um dos melhores exemplos é o diálogo X da *Corte na Aldeia* de Rodrigues Lobo (ed. cit., 198-210).

que prossequimos em amar o que tratamos e conhecemos⁴². O primeiro acaba na posse do que se desejou, o segundo começa nela, mas de tal sorte que nem sempre o primeiro engendra o segundo, nem sempre o segundo procede do primeiro. Donde infiro que o amor que se produz do trato, familiaridade e fé dos casados, para ser seguro e excelente, em nada depende do outro amor que se produziu do desejo do apetite e desordem dos que se amaram antes desconcertadamente, a que, não sem erro, chamamos amores, que a muitos mais empeceram que aproveitaram.

Parecerá dificultoso o considerar como à pessoa que não havemos visto poderemos amar com perfeição. Larga é a disputa e não de aqui. Digo eu que façamos, senhor N., neste caso como os que cortam madeira e a lançam ao rio para que sua corrente lha leve (sem algum trabalho) ao porto. Eles não sabem por onde vai sua mercadoria, mas basta-lhes saber que ela chega a salvamento, por outras que já tem chegado, para que lha entreguem às águas com muita confiança. Deixe-se levar o casado do poder de aquele virtuoso costume; não lute, não forceje com a corrente, que, quando menos o espere (e sem saber o como aquilo foi), ele se achará amando a salvamento a sua mulher e sendo dela muito seguramente amado⁴³. Dê-se-lhe a entender à mulher que a cousa que mais deve querer é a seu marido, tenha o marido para si que a cousa que mais deve querer é a sua honra e, logo, sua mulher. Diz um antigo ditado: *Quem não tem marido não tem amigo*. Diz outro: *Quem tem mulher tem o que há mister*. E, na verdade, assi é entre os bons casados; e os ríffões, senhor N., sentenças são verdadeiras que a experiência, suma mestra das artes, pronunciou pelas bocas do povo.

Mas porque sucede que, sem embargo de todas as mezinhas receitadas, quando Deus nos quer castigar com a pena e injúria de encontrarmos com uma condição avessa, a mulher luta por sustentar-se em seus desmanchos,

⁴² É curioso notar que uma diferenciação parecida destes sentimentos, mas sujeita a maior gradação, tinha feito o rei D. Duarte no *Leal Conselheiro* (ainda manuscrito no tempo de Melo, pelo que este o não deve ter conhecido): «Do amor, que é nome geral, me parece que nascem quatro maneiras de amar, homens e mulheres (...): Benquerença, primeira. Desejo de bem fazer, segunda. Amores, terceira. Amizade, quarta...» (*Leal Conselheiro*, ed. de João Morais Barbosa, Lisboa: I.N.-C.M., 1983, 217-8). Por sua vez, Mateo Alemán, na primeira parte de *Guzmán de Alfarache* (Livro primeiro, cap. II), tentou explicar a «diferencia entre buena voluntad, amistad y amor».

⁴³ D. Francisco mostra aqui, como em muitas outras passagens da obra, uma confiança "tranquila" na relação matrimonial, desde que apoiada na correcção do trato, na ajuda do tempo e do amadurecimento, na educação dos comportamentos de acordo com os conceitos de fidelidade, de honra e de prudência, que vai reiterando ao longo da *Carta*.

discorreremos aqui pelos vários géneros de ruins qualidades que acontece haver nelas para que a todos se possam aplicar os remédios convenientes; mas nem por isso se espere que de todas se consiga a melhoria⁴⁴.

Cuidam, com falso discurso, algumas mulheres que, como elas guardem a lei devida à honra de seus maridos⁴⁵, em tudo o mais lhes devem eles de sofrer⁴⁶ quando elas quiserem que lhes sofram. É este um mero engano, por duas razões. A primeira, porque nada se lhes deve às honradas de guardarem a obrigação em que Deus, a natureza, o mundo, o medo as tem posto⁴⁷. Lembra-me que, estando em Madrid, tinha uma vizinha muito braba⁴⁸ que, peleijando um dia, como sempre fazia, não cessava de dizer ao marido e com verdade: *Hermano, soy muy honrada; e ele respondia-lhe: Pues anda a Dios que te lo pague, que a mi cuenta no está el pagarlo quando lo seas, sino el castigarlo cuando no lo seas.*

A segunda, porque não só a honra de seus maridos se perde por sua descontinência, mas não menos pelas ocasiões a que põem os homens por muitos outros excessos que cometem. Foi assi graciosa, mais que segura, a opinião de certa pessoa que ninguém tanto sofria como quem tinha boa mulher, bom criado e boa cavalgada porque, à conta de boas peças, cada uma fazia sua vontade e nunca a de seu dono. Não fosse ora por isso o dizer a chocarrice castelhana: *Buena mula, buena cabra, buena hembra, son tres malas bestias.*

As mulheres de rija condição, a quem comumente chamam brabas, são as que menos cura tem, porque até da temperança do marido, que era a sua melhor mezinha, tomam causa de se demasiarem, sendo já antigo que o soberbo se faz mais insolente à vista da humildade, o brabo se enfurece diante da mansidão. A violência e o castigo não tem lugar na gente de grande qualidade, pelo que já disse um muito discreto que entre as cousas que

⁴⁴ Ainda que assumindo sempre uma perspectiva pessoal e supostamente orientada para uma situação concreta, D. Francisco não evitou o elenco de tipos femininos que muita tinta fizeram correr, nomeadamente, em finais da Idade Média e ao longo do século XVI, em torno dos «vícios» e «defeitos» das mulheres. A dimensão tópica destes argumentos só se mitiga pela força da ironia e da graça com que D. Francisco sobre eles discorre.

⁴⁵ Refere-se, claramente, à fidelidade conjugal.

⁴⁶ No sentido de aceitar ou suportar.

⁴⁷ Este argumento assenta na conjugação da tradição judaico-cristã com o pensamento de base aristotélica, que foi reproduzindo, tanto do ponto de vista doutrinário quanto das práticas sociais, uma concepção de inferioridade física e social da mulher e, conseqüentemente, o princípio da sua submissão ao homem (neste caso, marido) sob vários pontos de vista. Daí a referência, nesta sequência, ao «medo» da mulher.

⁴⁸ Brava.

os vilões traziam lá usurpado aos fidalgos era uma o poderem castigar suas mulheres cada vez que lho mereciam⁴⁹. Pouco mais remédio soem ter estas tais condições que uma grande prudência com que se atalhem. Aconselharia a aquele a quem tal sucedesse se apartasse o possível de viver nas cortes e grandes lugares. Quem grita no despovoado é menos ouvido. Atalham-se assi inconvenientes, não se ficará sendo a fábula do povo donde, de ordinário, servem de iguaria aos murmuradores as acções de tais casados. Procede de aqui não leve injúria, pelo menos um escrúpulo de afronta que anda sempre zunindo nos ouvidos do pobre marido como os gritos da própria mulher braba⁵⁰.

A feia é pena ordinária, porém que muitas vezes ao dia se pode aliviar, tantas quantas seu marido sair de sua presença, ou ela da do marido. Considere que mais vale viver seguro no coração que contente nos olhos e desta segurança viva contente, que pouco mais importa haver perdido por junto a fermosura que vê-la ir perdendo cada dia, com lástima de quem a ama. Isto sucede sempre nas mulheres, já pela idade, já pelos achaques a que toda a fermosura vive sujeita; donde, com muita razão, se queixava um discreto, não de que a natureza acabasse às fermosas, mas de que as envelhecesse.

Mulher nécia cousa é pesada, mas não insofrível. Procure o marido emprestar de seu juízo às acções de sua mulher aquela discrição que vir que lhe falta. Assi o fará o entendido. E se ele também o não for, pouca pena lhe dará que ela o não seja.

A doença, que muitas vezes aflige, é também um não pequeno trabalho. Vê-se penar a pessoa a que se quer bem e porventura soem ser estas as que menos o merecem, porque males e bens muito há que costumam andar desordenados. Deve a mulher, quando enferma, ser tratada de seu marido com todo o regalo possível, sofrida com toda a paciência. Pode-se fazer esta conta: que, estando disposto haja de padecer o homem em ametade de sua alma, favor foi grande de Deus padecesse antes naquela parte que menos falta faria à sua família. Considere-se (para que se bem sofra) que a obrigação do fiel companheiro é guardar companhia, tanto pelo mau como pelo bom caminho. Se as sortes se mudassem, da mesma maneira quisera o marido ser tratado e sofrido da mulher.

⁴⁹ Esta referência é importante para vermos como os próprios comportamentos privados eram sempre enquadrados por critérios culturais de diferenciação social.

⁵⁰ Do que resultava, no quadro das relações sociais da época, desprestígio moral e social.

Há não poucas mulheres proluxíssimas e de condição impertinente, cuja demasia de ordinário descarrega sobre os criados, a quem são insuportáveis, donde à casa resulta ruim fama e achar o senhor dela com dificuldade quem o sirva. Convém que a estas tais se lhes aperte o freio, se lhes dê pouca mão no governo e, como a pessoas feridas de mal contagioso, as sirvam e ministrem ao longe, ouvindo-as pouco e dando-lhes a ouvir menos. Mostrem-se-lhes por experiência os frutos de sua condição, faltando-lhes tal vez⁵¹ com o serviço necessário porque, se com este garrote não tornam em si, são por outro lado de dificultoso remédio e vem a pagar o marido, sem culpa, os desabrimientos da mulher agressora e merecedora da ruim vontade dos servos que, como pouco prudentes, não distinguem em acções tão próprias como as de mulher e marido qual deles é digno de amor e qual de desamor.

Acontece serem escassas e, dos defeitos mais leves que nelas se acham, é este um deles. Não julgo que seja de algum perigo (posto que pode ser de descontentamento e azo de pouca paz), porque se o marido é liberal ele dará logo remédio à condição da mulher; se tiver o mesmo costume, viverão com miséria, mas com contentamento. Não cuido certo que os egípcios, com toda a sua agudeza, inventaram mais excelente geroglífico do que o descobre um nosso provérbio português: *O marido barca, a mulher arca*. Ouvi-o dias há a uma velha e o escutei como da boca de um sábio. Traga o marido e guarde a mulher⁵².

Mulher ciosa é bem ocasionada mulher para que se viva sem contentamento. Dizia uma de bom juízo: *A mulher ciosa tende a ociosa*. Queria dizer: não lhe deis causa, que ela a não tomará. Esta não vinha distinguir a queixa do ciúme, porque aquela que com razão se sente não chamo eu ciosa⁵³. A ciosa é aquela que sem causa se queixa, e estas são as trabalhosas, porque emendar cada um as suas fraquezas, sobre que é dificultoso, não é impossível; mas emendar as alheias não é dificultoso porque é impossível.

⁵¹ Alguma vez.

⁵² Este aforismo traduz, de forma bem sucinta, a diferenciação que doutrinariamente se fazia dos «ofícios» do marido e da mulher. Mais de um século antes, já o Dr. João de Barros a tinha resumido no *Espelho de Casados*: «Conuem al marido Negoçar. Tratar. Ganhar. Defender. Demandar. e fazer outras cousas que som neçesarias pera manter sua casa. E aa molher conuem guardar tudo e mandar concertar sua casa: ter o comer: e mesa prestes a seu marido» (ed. cit., fl. XXV). Mais adiante (*infra*, p. 85), Melo volta a lembrar esta diferenciação.

⁵³ D. Francisco aflora aqui o problema do ciúme que mais adiante explicita, realçando a sua base imaginativa, como o faziam outros autores da época (v. *infra* p. 117, em que se lhe refere como uma «maldita imaginação»), como já notei na «Introdução».

Contra as ciosas sem razão, o melhor remédio é que elas não tenham, porque assi se segura a consciência e a honra. Contra as ciosas com razão, curando-se o marido da leviandade, fica a mulher curada do ciúme. Para desconfianças leves, que um discreto chamava sarna do amor que faz doer e gostar juntamente, digo eu que como se satisfizeram as damas se satisfirão as esposas. Aquele amor desordenado mais furioso é, e assi mais veeementes seus ciúmes (como é do melhor vinho o melhor vinagre). Quem soube (que todos souberam) desmentir os ciúmes de sua dama quando a teve, por esse mesmo modo desminta os de sua mulher quando a tenha.

Eis aqui vem as gastadoras, fogo perenal das casas e das famílias. Sempre foi causa de muitos males esta tal condição, porque lá tem suas cores de cousa boa e sobretudo é mui aceita. Digo, senhor N., com verdade que me parece deve uma mulher honrada tratar o dinheiro com aquele mesmo temor que ao ferro e fogo e outras cousas de que convém sejam medrosas. Parece o dinheiro em mãos da mulher arma imprópria. Pergunto: se para despedir e lançar de sua casa um criado a mulher casada por si não tem bastante autoridade, porque a quererá ter para despedir e lançar fora de casa sua fazenda, em que consiste o bem e repouso de amos e criados?

Para a que for ferida deste mal é necessário armar de um grande recato e vigia e, assi como quem navega se teme muito mais de abrir uma ferida no casco do navio, por donde sem dúvida se irá a pique, do que se lhe abrião outras muitas pelo bordo que vai fora de água, assi não é tão perigosa a uma casa outra qualquer desordem, nem lhe ameaça ruína, como o excesso da mulher gastadora e desregrada, porque, como esse defeito jaz dentro na água (dentro, digo, do próprio cabedal), por ali logo se vai ao fundo a família inteira.

Umás há destas apetitosas e que por um bonifrate venderão um padrão de juro da Câmara. É defeito que compreende não só as grandes senhoras (antes nelas menos perigoso e mais desculpado), mas até à gente de pequena condição. Sucedeu, estando em Madrid, vir à minha casa com grande ânsia a mulher de um obreiro a pedir que *sobre dos savanas le prestasen doze reales* e, perguntando-se-lhe qual era a sua necessidade, *Ay, señores*, disse, *que tengo concertadas a comprar media dozena de higas de azava-che lindísimas y si agora no las tomo, no sé cuando podré haverlas*. Sofre-se melhor um destes desmanchos quando não é costume. Na moça é tolerável, na mulher condenável. Saiba toda a mulher que o mundo

é maior que seu apetite, porque não queira fazer-se necessitar de quanto vir ou ouvir. Deus nos guarde de umas que fazem certo aquele rifão bem vulgar, mas muito próprio: *A minha filha Tareja quanto vê tanto deseja*. Responda-se-lhe nesta razão: primeiro está a obrigação, logo a temperança e depois o gosto.

Que direi das voluntárias que, por nome não menos próprio, se dizem teimosas? De outras que aprofiam⁵⁴? As mais são constantes e ainda⁵⁵ contumazes em seu parecer. Acontece isto com maior frequência nas, ou muito nécias, ou muito presumidas. Não venho em que com a mulher se litigue, que é conceder-lhe uma igualdade no juízo e império, cousa de que devemos fugir. Faça-se-lhe certo que à sua conta não está o entender, senão o obedecer e fazer executar, mas que não entenda. Mostre-se-lhe às vezes que, havendo quando se casou entregado sua vontade ao marido, comete agora delito em querer usar de aquilo que já não é seu.

Tudo é sombra se se compara com o defeito da facilidade ou ligeireza, e ainda⁵⁶ o não acabo de dizer porque não acho nome decente. Mulheres há leves e gloriosas, prezadas de seu parecer; loureiras⁵⁷ cuido eu que lhes chamavam nossos antigos, por significar que a qualquer bafo de vento se moviam. Este é o último de seus males. Nem o quero considerar porque nos não é necessário nem apontar o remédio. A honra de cada um e a consciência sejam neste triste caso os conselheiros. Com agudeza definiu este ponto em poucas palavras um discreto: *Sofra o marido à mulher tudo, senão ofensas; e a mulher ao marido ofensas e tudo*.

Advertirei, todavia, que aquele seu pretexto de que cortesarias ou galantarias não fazem mal é conclusão erradíssima, cuja prática introduziu a indústria, não a razão. Para que se pregue um prego costumamos fazer-lhe primeiro lugar com uma sutil verruma. Nenhum vício entra tamanho como é. Aquele bicho⁵⁸ que no Brasil se padece por achaque, sem falta que com providência no-lo deu a natureza a todo o mundo por exemplo: entre invi-

⁵⁴ Segunda edição: «porfiam», no sentido de que «perseveram», ou seja, menos eufemisticamente, são teimosas.

⁵⁵ Segunda edição: «inda».

⁵⁶ Segunda edição: «inda».

⁵⁷ Levianas e mudáveis.

⁵⁸ Edgar Prestage identificou-o com «o mal do bicho, doença tropical que principia com prurido e comichão» (ed. cit., n. 36). Domingos Vieira, *Dicionário*, s.v. define-o como «gângrena do rectum, endemice do Brasil, causando atrozes dores e muitas vezes seguida da morte».

sível, começa entretenimento, passa a ser moléstia, chega a ser doença e acontece que pode ser perigo. A honra da mulher comparo eu à conta do algarismo: tanto erra quem errou em um como quem errou em mil. Façam as honradas boas contas, acharão esta conta certa.

De umas que se prezam de formosas não há para que nos descuidemos. Que a mulher se conheça não é vício, antes antiga opinião minha que em muitas partes tenho escrito. Devemos tanto conhecer o bem, se o há em nós, como o mal, quando o haja. Este para que se guarde e não perca, aquele para que se emende e não vá adiante⁵⁹. Desejo que da fermosura se use como da nobreza: folgue cada um de a ter, mas não que a mostre. Levar da espada a cada passo argue pouca prudência. O marido que vir sua mulher inclinar a esta vanglória viva por ela mesmo avisado e saiba que tem perigosa mercadoria, sendo esta das mulheres ao revés que as outras, pois, quanto mais cobiçada é, menos é para cobiçar. E por esta razão não faltou já quem duvidasse se a fermosura se dava por prêmio se por castigo.

Passado havemos este enfadonho labarinto⁶⁰ ou por estes monstruosos medos que o guardam. Tudo há no mundo, donde em nada perigará a pessoa advertida. Verá V. M., nos mapas por que se governam os mareantes, notados com tanta diligência os baixos de que se hão-de guardar como os portos adonde devem de ir a surgir. Tendo, senhor meu, mostrado a V. M. assi umas sombras dos perigos e inconvenientes que causam as mulheres com algumas de suas imperfeições, hei como dito⁶¹ a V. M. os descansos, os contentamentos que trazem consigo as boas. Eles são tantos que na verdade se não podem dizer. Não há na eloquência louvor que não venha estreito para a mulher honrada; assi a deve de tratar seu marido como peñhor celestial⁶².

⁵⁹ Pela ordem expositiva actual, deveria ser «Aquele para que se guarde e não perca, este para que se emende», mas, pelas liberdades da época usadas em outros textos coetâneos, esta ordem respeita um paralelismo de enunciação, pelo que «este» significa o primeiro («bem») e «aquele» o segundo («mal»). Edgar Prestage (ed. cit., n. 37) interpretou aquela ordem como lapso e emendou-a, mas ela deve ser mantida e compreendida no quadro dos pressupostos da referida enunciação.

⁶⁰ Segunda edição: «labarinto».

⁶¹ Tenho por dito.

⁶² Con engenho, esquivava-se D. Francisco a elogiar as «boas mulheres». Mas a forma como se lhes refere parece remeter para o texto de *La perfecta casada* (1583) de Fray Luis de León, cujo capítulo primeiro começa, precisamente, com o recurso ao versículo 31:10 dos *Provérbios* de Salomão: «Mujer de valor, ¿quién la hallará? Raro y extremado es su precio» (*La perfecta casada*, ed. de Mercedes Etreros, Madrid, Taurus, 1987, 85). Significativamente, D. Francisco «dá por dito» o encómio da «mulher honrada», passando imediatamente para a esfera do governo da casa.

Para a conservação desta honra e desta mulher, em que ela tanto se estriba, irei assi apontando a V. M. algumas cousas, as quais não servem aprendidas senão usadas, e usadas muitas vezes. Bem se vê que não basta prantar a murta no jardim, por de melhor casta que ela seja; para que o adorne, faça figuras e labores agradáveis é necessário torcer-lhe às vezes os raminhos e outras cortar-lhe as vergôntees e com tudo nada aproveita se perpetuamente o jardineiro a não toza e cultiva, porque verceja muito⁶³.

Fuja-se como de peste de repartir casa e receber criados com distinção, tais para o senhor e tais para a senhora. Se o casamento é união, de que serve dividi-lo? Este ponto é mais proveitoso à advertência que agradável à especulação. De aqui vem que nem lhe fujo nem a persigo.

Tem-se hoje por grandeza lavar quartos e aposentos aparte, conservarem-se por toda a vida assi entre os casados e há homem que vive tão diminuto de sua mulher como das de seus vizinhos. Perguntem-se neste casos as paredes das casas mais antigas que, pois as paredes falam⁶⁴, elas dirão os costumes dos passados. Vê-se no seu modo de edificar que donde hoje não cabe um pobre escudeiro⁶⁵ antes cabia um senhor grande⁶⁶. Eu não sou tão amartelado da antiguidade que cegamente siga seus costumes, mas parecia-me bem aquela singeleza e não bem esta cautela. Vivam todos em todas as casas, maridos e mulheres, que o contrário certo é abuso cheio de perigos.

Afirmo ser erro que traz grandes inconvenientes haver em casa gente parcial e que cuide alguma dela que só a sua ama deve fidelidade e segredo, só a ela queira servir e dar gosto, só tema seu enojo e espere seu pré-

⁶³ A imagem da murta foi também usada por D. Francisco em *El Fenix de Africa Agustino Aurelio Obispo Hypponense, Primera Parte*, in *Obras Morales*, Roma, 1664, tomo I, 39: «Las murtas y arrayanes de un jardín, presas y atados se comiden a formar hermosos relieves y figuras. Si crecen libres, y voluntarios nescen, a dos primaveras ya son monte y maleza».

⁶⁴ Como o diz uma das sentenças incluídas na colectânea reunida por Francisco de Guzmán, *Sentencias generales (...)*, ed. de Valladolid, en casa de Diego F. de C., 1582, fl. 32r: «En las paredes de casa se conoce claramente, si tiene dueño prudente».

⁶⁵ Sabendo-se a que ponto tinha chegado a desvalorização social do escudeiro — já caricaturado mais de um século antes por Gil Vicente e, sobretudo, no tratado terceiro de *Lazarillo de Tormes* —, percebe-se bem a ironia e o alcance desta crítica de D. Francisco.

⁶⁶ A crescente valorização, a partir do século XVI, da casa própria enquadra-se também no gosto da ostentação que atingiu diferentes estamentos sociais, como bem mostrou José Antonio Maravall, tanto em «La estimación de la casa propia en el Renacimiento», *Estudios de Historia del pensamiento español Serie segunda — la época del Renacimiento*. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1984, 317-330, como em «La casa propia como recurso ostentatorio de máxima eficacia. Auge de la construcción y frecuencia del sistema de alquiler», *La literatura picaresca desde la historia social*, ob. cit., 575-583.

mio. Costumam dizer os grandes: tantos criados, tantos inimigos, sentença de que foi autor não menos que o Espírito Santo, pois estoura casta de criados que o são e que o não são é a quinta essência dos criados inimigos.

Introduziu o costume, ou o diabo inventou, uma sorte de pajensinhos que chamam de tocha ou de estrado. Não aprovo tal uso se se lhe houver de assinar particular exercício, antes sou muito contra ele porque entram e saem, são espertos e artistas, tomam cio com o favor como quartaus galegos⁶⁷ e saem dele com más manhas. Sejam os pajens todos do senhor e, destes, os mais modestos e honrados se apliquem ao serviço de sua mulher; e se variarem é ouro sobre azul. Não é necessário, para fazer isto, senão ver-se que é melhor que o contrário. Faça-se porque é bom e mais seguro que o que se não faz. Entrem pouco e até parte sinalada, porque, se são pequenos, negoceiam com as criadas e advogam às vezes por outros; se são grandes, trazem procuração em causa própria, sempre com dano de decoro da casa.

Viu um dia o Duque de Alva, avô deste que hoje vive⁶⁸, entrar um pajem já espigado no quarto das criadas; chamou-o e disse-lhe: *Andad, decidle al mayordomo que ó os cape, ó os encape.*

Havia sucedido um desconcerto em casa de uma senhora a certa criada sua e foi tal que se houve de descobrir de noite e ir-se-lhe buscar o remédio a casa de uma comadre. Dava grandes vozes o portador e dizia (dizia ele depois que por lhe parecer mais honesto): *Senhora, acuda V. M. depressa à casa da senhora Dona Fulana que está uma sua dona de parto.* Que pregão este! E quem tão culpado na infâmia daquela casa como o descuidado do senhor da casa?

Senhor N., olhe V. M. quando o fogo anda na coitada, varrem-lhe muito bem os caminhos, que não fique palhinha, nem aresta, nem argueiro, e isto a fim de que não salte de um arvoredado em outro por meio de aqueles nadas em que se ateia. Estas servandilhas pequenas, estes argueiros, estas palhinhas, estas arestas são às vezes causa de grandíssimos incêndios. Ande, senhor meu, a casa de V. M. bem limpa e bem varrida, que, além de ser grande asseio, é grande descanso.

⁶⁷ Cavalos corpulentos, mas de estatura meã (Domingos Vieira, s.v.).

⁶⁸ Este «que hoje vive» era Fernando Álvarez de Toledo, VI duque de Alba, presidente do Conselho de Castela; o seu avô era Fernando Álvarez de Toledo (1507-1582), III duque de Alba (conhecido como «el Gran Duque de Alba») que chefiou as tropas que entraram em Portugal em 1580; alguns dos seus ditos — mas não este que conta D. Francisco — e histórias que sobre ele correram foram reunidos por Luís Zapata de Chaves na sua *Miscelânea o varia historia* (veja-se a recente edição de A. Carrasco González, Llerena, 1999). Tomé Pinheiro da Veiga também evocou um deles na *Fastigimia* (ed. cit., 108).

Quero falar em criadas e quisera falar mais baixo, se a escritura tivera tons como tem a prática.

O número delas nem falte ao estado de cada um nem sobeje à fazenda de cada um. Nesta minguá nos levam os estrangeiros muita vantagem. Senhoras de grande porte, por terras que vi e andei, se servem com uma, duas criadas, e mais das filhas que delas. E já porventura por esta causa chamam os franceses às damas do paço filhas de honor, dando a entender que não menos das filhas se podem fazer criadas do que se podem as criadas ter em conta de filhas. Se o hei-de dizer em outra parte, seja aqui logo, antes que me esqueça; ouvi muitas vezes a um famoso pregador (que todos ouvimos) repetir este dito engraçado e verdadeiro: Quem gasta o que tem é cristão; quem gasta mais do que tem é ladrão.

Em nada deve haver excesso na casa bem regida. E se em alguma cousa se compadece falta é naquela que menos se vê, quais devem ser as criadas, que estas convém que sejam as cousas menos vistas da casa, ainda que não sejam as menos para ver. Certo que, quando por mais não fosse que por atalhar os embaraços que elas causam à família, se podiam ter e usar com grande moderação.

Valida especial de sua senhora não haja alguma, porque todas o possam ser no grau conveniente. Todas a amem, a todas estime; sejam todas suas criadas, seja senhora de todas; de nenhuma seja amiga, com nenhuma se mostre companheira.

Certo que hei-de contar a V. M. (conto-lha, não lha inculco) em segredo uma história. Dizia-me um grande senhor, muito discreto e gentil político, que assi como sua mulher se declarava em favorecer uma criada mais que as outras, se era moça, lha galanteava logo, até que a boa senhora, a puros ciúmes, a lançava de seu serviço ou, pelo menos, da sua valia; e, se velha, lha comprava com dinheiros e mercês, de maneira que também por suspeitosa a descompunha. Eis tudo revolto e à vontade do marido, de sorte que com tal destreza se havia que nunca vira a sua mulher três dias particularizar-se mais com uma criada que com outra. Tenho-o por demasiada astúcia, mas ele fazia muito caso desta treta. Fique dito, não aconselhado.

Pois estamos aqui, digamos o que acerca de criados se oferece que advertir. Se for alguma cousa mais proluxo⁶⁹, saiba V. M. que de propósito me detenho, porque julgo este ponto por um dos mais principais à honra e paz dos casados.

⁶⁹ Demorado, extenso ou fastidioso.

Mulheres que são como o rio Nilo, a quem se não sabe o nascimento⁷⁰ e toda a sua corrente, fugir, senhor, delas como dos próprios crocodilos que dizem leva esse rio. Há umas que dão em ter Dons⁷¹; outras que se prezam de nobilíssimas (e praza a Deus que não seja por afinidade⁷²); muitas que se vendem por filhas bastardas de fulano e fulano, as quais (se o são), sendo mal criadas ao bafo das mães, são pouco a propósito para boas criadas; algumas que se introduzem por descasadas; algumas que se lhe foram há tantos anos seus maridos para a Índia⁷³ e nada daquilo é seguro e apenas⁷⁴ é certo. Estas costumam ser discretas, músicas, comediantas, sabem fazer toucados extravagantes, bordadoras, costureiras e, com o cevo⁷⁵ das boas habilidades, enfeitçam as senhoras que, mal advertidas de aqueles laços que na aparência se encobrem, caem facilmente em seus enredos; são as logo mimosas e queridas, erguem-se de repente sobre as mais; anda a casa revolta e ainda este é o menor inconveniente. Contam histórias a suas amas, mostram-lhe às vezes a facilidade de vencer um impossível, alegam-lhe com casos passados e, finalmente, são como sarna da honra⁷⁶ que, sendo uma ruim e asquerosa doença, passa por gosto e dana com graça à pessoa que a padece.

⁷⁰ Segunda edição: «nascimento». Como já notou Edgar Prestage (*Carta*, ed. cit., n. 41), na época em que escreveu D. Francisco já era conhecida a origem do rio Nilo, a que, aliás, tinha dedicado páginas importantes o P. Manuel de Almeida na sua manuscrita *História de Etiópia Alta*, cuja reescrita e edição preparava então o P. Baltasar Teles — antigo mestre de D. Francisco que veio a elogiar a obra —, editando-a com o título de *História Geral de Etiópia a Alta ou Preste João*, Coimbra, Manuel Dias, 1660 (v. Ivo Carneiro de Sousa, *A crónica como missão. A "História da Etiópia-a-Alta ou Preste João" do Padre Baltasar Teles*, Porto, Granito, 1998, esp. 53s.). A evocação é provavelmente de âmbito tópico, como a outra referência ao mesmo rio mais adiante, p. (29).

⁷¹ Quer dizer: em colocar o «Dona» antes do nome, moda que existia também em Espanha. Uma das anedotas incluídas na editadíssima *Floresta Española* de Melchor de Santa Cruz é suficientemente caricatural: «Una señora, quiriendo llamarse *don*, mandó a un pregonero que diese ciertos pregones, diciendo: Quien hubiere visto, o hallado, una perrita de la señora doña N., mujer del señor N., que vive en tal parte, déla, y darle han buen hallazgo» (*Floresta Española*. Madrid: Cátedra, 1996, nº 960, p. 545).

⁷² Note-se a ironia e a agudeza da sugestão.

⁷³ Este tema da ausência do marido na Índia (e nas Índias), que a literatura foi explorando ao longo do século XVI — lembremos o tratamento que dele já faz Gil Vicente no *Auto da Índia* — e a que volta mais adiante D. Francisco (*infra*, p. 119), está presente em outras obras que abordam o comportamento dos casados (de vários exemplos me ocupei em «Ausência do marido e “des-governo” da casa na época dos descobrimentos. Algumas imagens da literatura e da tratadística moral ibérica», *Cadernos Históricos*, VII (1996), 79-94.

⁷⁴ Muito raramente.

⁷⁵ Engodo.

⁷⁶ Mais adiante, D. Francisco volta, de forma ainda mais clara e incisiva, à crítica a diversos tipos de alcoviteiras, num retrato que, remetendo para exemplos reais e advertindo contra

Era para cuidar se convinha servir de pessoas de grandes partes? Quando elas fossem conhecidas, muito bom seria. Vemos, contudo, que nestas há o maior perigo, porque a fortuna tem guerras apregoadas com a natureza; sempre uma desfavorece a quem a outra favorece. Achou-o com agudeza e razão aquele meu amigo que escreveu: eram os quatro costados da doudíce: a música, a poesia, a valentia e o amor; não porque tudo isto deixe de ser muito bom, mas porque porventura por ser tão bom jamais se concedem estas boas partes (e outras como estas) sem a pensão de um juízo leve, as mais vezes arriscado e não poucas defeituoso.

Quando a mulher tenha desejos de receber em seu serviço pessoas assi semelhantes, oponha-se-lhe com suavidade seu marido. Faça-lhe entender que as rendas se vendem na capela⁷⁷, os toucados se fazem no paço e tudo o que custa dinheiro é mais barato, que a troco de viver com receio ou ocasião nenhuma cousa é boa.

Convém para criadas as filhas das que o foram e que tem feito prova do amor e da lealdade; as vassalas (quem as tiver), as vizinhas e gente de antigo conhecimento, e todas de aquela esfera de gente que, sem vergonha de seu estado, pode e deve servir e de quem seus amos, sem pejo nem vaidade, podem e devem ser servidos.

Uma casta de mulheres que há pelo mundo, que são entre hóspedes e recolhidas⁷⁸, tampouco levará o meu voto. Muitas senhoras folgam de valer a estas tais com a autoridade de sua casa. Não sou contra o bem fazer, mas incauta seria a piedade de quem tirasse do lume os carvões acesos por que se não gastassem e os metesse no seio para que lho abrasassem. Todavia, não é geral esta regra que pode, pela prudência do marido, ser alguma vez dispensada.

os seus perigos, parece evocar o vasto mundo literário das Celestinas várias que, em obras que as têm por protagonistas (as «descendentes» de *La Celestina*) ou incorporadas em novelas (como a de *El celoso extremeño* de Cervantes, na figura de Marialonso) ou textos teatrais (como, em certa medida, no *Fidalgo aprendiz* de D. Francisco Manuel, na figura de Isabel) se foram editando desde o aparecimento e sucesso editorial de *La Celestina* em finais do século XV e inícios do XVI.

⁷⁷ Esta indicação de D. Francisco, no quadro de uma alusão comparativa e figurada, parece traduzir bem a articulação entre diversas dimensões e, logo, usos da capela e do seu entorno no século XVII, como bem mostrou, para a Capela Real, Diogo Ramada Curto, «A Capela Real: um espaço de conflitos (séculos XVI a XVIII)». *Espiritualidade e Corte em Portugal, séculos XVI a XVIII*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1993, 143-154.

⁷⁸ Refere-se a alguns tipos de beatas que, apesar das desconfianças inquisitoriais, continuavam a existir. Cf. Pedro Tavares, «Caminhos e invenções da santidade feminina em Portugal nos séculos XVII e XVIII (Alguns dados, problemas e sugestões)», *Via Spiritus*, 3 (1996), 163-215 e *Beatas, inquisidores e teólogos. Reacção portuguesa a Miguel de Molinos*, 2 vols. (dissert. de doutoramento, políc.), Porto, 2002.

Contra a antiga modéstia portuguesa introduziu o costume que as criadas andassem no mesmo traje que suas senhoras. Ajudam-se de outra astúcia metendo em cabeça às pobres amas (a quem com tais persuadições deixam mais pobres) que a honra de uma senhora está em trazer suas criadas mais lustrosas que a si mesmo e lhe apontam que veja a aquela e aqueloutra que não é tanto como ela e veste as criadas tanto melhor que ela.

Pode assí acontecer cada dia, segundo a igualdade dos trajos, não se saber qual é a ama ou a criada, com muito mais ocasião do que dizem que a teve certo caseiro de um fidalgo noivo muito mancebo que, entrando com um presente na câmara⁷⁹ onde jaziam seus amos e não distinguindo qual fosse ele ou ela (a quem as crenchas⁸⁰ faziam semelhantes e as barbas não dessemelhavam), perguntou simplesmente⁸¹ qual dos dous era, ao serviço de Deus, o senhor noivo, porque a ele queria dar um recado? Quantas vezes poderão hoje outros mais práticos vendo as senhoras e as criadas do costume perguntar qual era a senhora ama?

O menor perigo que aqui há é o excesso e desordem do gasto que, contudo, é tamanho que, em verdade, se se medir a ânsia e trabalho em que vivem muitos amos para sustentar a vaidade de seus servos, que bem maior trabalho passam os senhores por serviço de seus criados que os criados pelo de seus senhores.

Mas tornando ao fausto e escusado adorno das criadas, mostra bem a experiência os danos que este costume traz consigo. Elas, vendo-se assi majestosas, logo sobem de pensamentos e tratam de aproveitar aquele bom tempo mostrando-se e deixando-se ver⁸² e procurando haver por tais meios algum estado que, em sendo havido por elas e por aqueles meios, sói ser sempre bem ruim. Seja o marido almotacel⁸³ que taixe as galas de sua família, às criadas consinta toda a limpeza, mas não toda a louçainha; diferencie-as o traje como o ofício. Não se lhe chame damas nem se lhe consintam galanteios, cousa moderna e bem escusada. Fique-se essa permissão para a casa de El-Rei, donde o medo do castigo e a força do decoro suprime a

⁷⁹ Segunda edição: «camera».

⁸⁰ Tranças do cabelo.

⁸¹ Com simplicidade ou simpleza.

⁸² Mais atrás (p. 74) D. Francisco disse que as criadas eram o que menos devia ser visto nas casas.

⁸³ Como mostraram, por exemplo, José Pedro Machado e Domingos Vieira, s.v., *almotacel* era uma variante popular de *Almotacé* e significava «inspector» ou «oficial» que verificava a igualdade de pesos e medidas nos mercados (ambos os autores citam esta passagem da *Carta*).

malícia que alguma vez se desaforou tanto que venceu o medo e se rebelou contra o decoro.

Em parentes de criadas muito solícitas (e também em parentas) haja grande tento. Primos e cunhados que não forem muito conhecidos falem de fora⁸⁴ e, se não falarem, ainda⁸⁵ darão menos em que falar. Curas que se vão fazer à casa de irmãs e de tias são enfermidades. Visitações, ainda⁸⁶ com dona velha à ilharga⁸⁷, tem seu risco.

Amizades especiais entre esta gente são dínas⁸⁸ de tento; segredos perpétuos induzem suspeita. Evite-se-lhe que se chamem umas às outras com nomes que inventa a sua ociosidade como: meu marido, minha avó, minha comadre; ou também: amores, cuidados, pensamentos, porque tudo isto, quando de presente não seja mau, é a meu juízo um jogo de espada preta em que o vício as exercita para que depois⁸⁹ as tenha destras para qual mais sanguinho⁹⁰ desmancho. Mas nem por isso aconselho aos amos o que Macavelo aos Príncipes⁹¹, a quem persuade revolvam os criados para que, não havendo algum que seja fiel ao outro, lho sejam todos a ele⁹². Vele-se o casado quanto puder, porém, não espere por ruins meios a concórdia que se não alcança (se se alcança) senão na casa pacífica e concertada. Não quero pôr em cerco estas mulheres, nem negar-lhes o lícito; aponto onde jaz o perigo para que dele se desviem, pelo cuidado do senhor da casa, a senhora e as criadas dela. Sobretudo, convém que o senhor procure ser bem quisto de suas criadas e as trate para esse efeito com a benignidade possível; acuda por elas na sem-razão que lhes fizer sua ama, se lha fizer; não se particularize por nenhuma, fale e procure por todas. A liberalidade, pelo menos a galantaria, ajuda a isso muito, dando-lhes de quando em quando o que dele não esperam.

⁸⁴ Ou seja, não entrem nas casas.

⁸⁵ Segunda edição: «inda».

⁸⁶ Segunda edição: «inda».

⁸⁷ Com dona velha presente e vigilante.

⁸⁸ Dignas.

⁸⁹ Segunda edição: «depois».

⁹⁰ Sanguíneo.

⁹¹ No texto da primeira e da segunda edições está «Machavelo». A vasta influência — tanto pela aceitação quanto pela condenação da obra — de *Il Principe* do italiano Niccolò Machiavelli (1469-1527) permite compreender bem a forma como D. Francisco a evoca, ou seja, de um modo genérico e, seguramente, sem a ter na frente, porque esta afirmação não vem aí explícita, embora esteja subjacente a muitos conselhos «maquiavélicos» relativos ao modo como o príncipe deveria tratar os súbditos.

⁹² É o mesmo princípio de «dividir para reinar».

Verdadeiramente, senhor N., que podemos afirmar que, assi como entre a cabeça e mais partes do corpo humano convém que haja grande conformidade para que vivamos com saúde, assi também entre o senhor da casa e os familiares dela convém que haja concórdia para que se possa viver com gosto e quietação. E da mesma sorte, assi como os humores mais sutis e delgados são os que primeiro se revolvem e corrompem, assi as mulheres são as que primeiro dão causa a qualquer movimento, por donde é necessário viver com elas muito regrado porque se não destemperem, adoecem e matem o contentamento.

Agora peço eu a V. M. por prêmio do risco a que me pus em falar tão livremente que V. M. leia e guarde só para si estes avisos, porque, por mais que o meu estado seja já isento dos perigos de sua indinação, todavia os passados danos fazem como ainda agora tema e as tema⁹³.

Pelo que tenho dito das criadas se podem tirar alguns documentos para os criados. A primeira observação acerca deles seja que a nenhum se trate de maneira que à sua própria senhora dê cuidado, cousa que não poucas vezes acontece. Quando este favor é indiscreto, cuidam as mulheres que os criados servem a seus amos em ruins ofícios e particularmente se cansam com aqueles da antiga obrigação dos maridos como antigos obreiros de suas mocidades.

Se tal sucedesse, seja o casado fácil em persuadir a sua mulher que, a troco de que viva satisfeita, lhe será leve desviar de sua valia, e ainda de sua casa, esse criado. E faça-o, se convém, porque neste caso a resistência é constelação das contrárias suspeitas. Eu fico que a bem inclinada e amante de seu marido se contente com saber lhe é possível despejar-se de aquele enfadamento quando lhe põem em sua eleição o remédio. Sucede muitas vezes às mulheres o que aos potros, que melhor se governam quando lhe dão a rédea e cuidam que podem ir à sua vontade que quando lha recolhem e mostram que vão à vontade alheia.

Não é cura para a mulher a raiva e acinte e assi se deve usar com elas de brandura e cortesia. Se admitíssemos para entre os casados algum artificio, dissera ser boa regra para a mulher mostrar-lhe que com o marido po-

⁹³ D. Francisco remete, novamente, para circunstâncias da sua vida privada — possivelmente relacionadas com a sua prisão, o que confirma suspeitas de envolvimento feminino — que permanecem obscuras, mas que o seu pretenso primeiro destinatário (logo, os seus conhecidos?) deveria(m) conhecer.

dia tudo, sem que pudesse realmente mais do que fosse razão. Saiba, todavia, a mulher sisuda que deve honrar a quem seu marido honra, e o homem honrado que a ninguém deve dar azo que a sua mulher perca o respeito.

Não se nega que a um e a uns criados possa ter o senhor melhor vontade, segundo o que cada qual se avantajara⁹⁴ em serviços e merecimentos. A regra geral deste negócio é que, de se favorecer o criado que muito merece, ninguém se escandaliza; de ver acrescentar sem ordem a aquele que todos conhecem por inútil, todos suspeitam mal. Isto é nos senhores, isto nos grandes, isto nos reis.

A escolha dos criados, sendo sempre necessário que se faça com consideração, o é mais para a casa dos casados. Os que se prezam de valentes são ruidosos; os músicos, inquietos; os namorados, infieis; os lindos, impertinentes. Homens limpos, bem criados, amigos de honra, são a propósito e, estas, suas melhores partes.

Taxe o número à fazenda (como já das criadas se tem dito). A razão pede uma contínua igualdade na casa do homem sisudo. Nesta parte dispensara facilmente quando a ocasião requeresse contra a igualdade. Bodas, filhos, cargos, alegrias públicas pedem ventagem na família que tampouco, passado aquele tempo, seria defeito aguarentá-la⁹⁵ e o seria passar por estas cousas sem algum novo luzimento, porque o mundo com que vivemos, como tomou o sabor dos pensamentos dos homens, não julga aquela temperança por prudência, senão por avareza.

Lembra-me acerca disto uma cortesia. Achei-me em uma corte ao tempo que um rei mandou certa embaixada ao Emperador. Era prudentíssima a pessoa que a levava, nada quis crescer no esplendor de sua casa, notava-se por culpa esta mediania entre os ministros. E porque el-rei expedira o negócio estando doente, diziam os travessos que S. Majestade mandava em seu nome aquele embaixador de tal maneira por haver feito voto de ir descalço a certa casa de devação em Alemanha, se Deus lhe desse saúde.

O mesmo que do número direi do trato. O interior e das portas adentro sempre convém que seja suficiente. A gente de não grandes pensamentos nada tanto a satisfaz como o bom pasto, que é felicidade ou trabalho que padecem duas vezes ao dia; o exterior, das portas afora, por que entendo o vestido, pode (como já disse), segundo os tempos, crescer ou minguar.

⁹⁴ Segunda edição: «aventajar».

⁹⁵ Reprovar essa “vantagem”.

Particularizando mais este ponto, tenho por grande prudência o dar tino⁹⁶ aos solteiros; comem e andam limpos. O dinheiro é ocasionado: jogam e o gastam mal, depois⁹⁷ padecem. Este é o perigo dos que são grandes e, o dos pequenos, diga-o o que aqui dizia um fidalgo cortesão (vá por conto da chuminé⁹⁸): que nunca tivera pajens sem sarna senão depois⁹⁹ que dera em os fazer dormir na cama com as donas de sua mulher.

Mas que seja tornar a isto; contava-me um grande prelado de certa religião mui reformada que sempre trazia os seus frades famintos por que não cuidassem em outra cousa senão em comer melhor. Os criados se devem tratar às avessas porque, andando bem mantidos, são melhores os seus pensamentos.

Temos assentada a família e posto ao casado sua casa. Digamos alguma cousa da mulher e depois apontaremos como deve usar de tudo.

Meu ânimo (segundo já deixo dito) não foi aconselhar como deve casar-se, que o acerto de V. M. me livrou desse trabalho, podendo por esse exemplo aconselhar a todos como era bem que casassem, se forem tão venturosos que assi possam. Para o que já casou e supomos bem casado é que ajuntamos aqui estas advertências.

Perguntou alguém, algumas vezes, se seria lícito deixar usar a mulher própria de aquelas boas partes de que a dotou a natureza, como o cantar, o dançar e ainda o fazer versos e outras semelhantes prerrogativas que em algumas se acham e em muitas pudera haver se o receio as não suprimisse. Certamente que, se V. M. me fizera esta pergunta, me vira eu em grande enleio, porque o aniquilar em qualquer pessoa as perfeições que Deus lhe deu impiedade parece; fazer-lhas exercitar naqueles limites que a prudência requiere parece impossível.

Dizia a este propósito a Princesa de Roca-Sorion¹⁰⁰ em França, que foi discretíssima e não bem casada, que das três potências com que entrara em

⁹⁶ Segundo Domingos Vieira, s.v., «casa onde comem os criados e fâmulos todos em mesa redonda».

⁹⁷ Segunda edição: «depois».

⁹⁸ Chaminé.

⁹⁹ Segunda edição: «depois».

¹⁰⁰ Edgar Prestage, na citada edição da *Carta*, n. 46, identifica-a como sendo a Princesa de la Roche-sur-Yon, casada em segundas núpcias com Carlos de Bourbon, Príncipe de la Roche-sur-Yon. Foi dama de Catarina de Médicis e morreu em 1578. Era amiga de Margarida de Valois que a ela se refere, por diversas vezes, nas suas *Memórias*, nomeadamente quando evoca a sua embaixada diplomática a Flandres, mais concretamente, a casa do conde de Lalaing, já que, indo a princesa de Roche-sur-Yon para as termas de Spa, puderam fazer a viagem em conjunto (*Memórias que escreveu de si Margarita de Francis, Duquesa de Valois, llamada Reyna de Navarra, primera muger de Henrique Quarto, Rey de Francia*, trad. de D. Jacinto de Herrera Sotomayor. Madrid: Diego Díaz de la Carrera, 1646, esp. fls. 103r-106v.).

poder de seu marido duas lhe tomara ele e lhe deixara uma só, que ela lhe dera bem facilmente¹⁰¹, porque nem a potência do entender nem a do querer tinha já, e só lhe ficara a memória de que as tivera em algum tempo para sentir mais a pena de se ver agora sem entendimento nem vontade.

De todas as graças das mulheres a graça é a que tenho por mais perigosa, porque para se usar dela necessita menos aparelhos, sendo, a meu juízo, esta graça a mais perigosa desgraça.

Cantar a mulher a seu marido e filhos, se os tem, cousa parece lícita e o seria o dançar alguma hora na sua câmara¹⁰², enquanto a idade lhe permitisse essa alegria. Não louvo o trazer castanhetas na algibeira, o saber jácaras e entender de mudanças do sarambeque¹⁰³, por serem indícios de desenvoltura. Mas aquilo de ser engraçada e aguda na visita, na igreja, no coche e no paço traz grandes inconvenientes consigo e difficilimos de atalhar, porque das cousas a que se segue aplauso, bem ou mal ganhado, ninguém se arrepende. Vele-se disso seu marido e, se com ela acabar a emenda, creia que fez muito, porque deste mal nunca vi a nenhum doente convalecido.

Somos entrados na máquina dos costumes da corte, senhor N. Em grandes receios estou que comece a não saber o que digo, se já o não tenho feito.

Quem dará termo a visitas, a merendas, a jogos, a romarias, a camaradas, a comadres, a amigas? Vira-lhes eu termo e fora dado por quem fora.

Senhor, há i umas cousas que não são boas nem más e só as faz boas ou más o costume. Há outras que de si não são boas e, por mais que se costumem, sempre são más. Há outras que são ruins, mas que o costume as tem já feito sofríveis. Folgara eu muito que V. M., pois é discreto, me dera por adivinhado sem me fazer declarar quais são umas e quais outras, que eu declararei por muito comuns exemplos.

Quero lisonjear as mulheres. O uso dos seus guarda-infantes¹⁰⁴ e cousas desta maneira ponho entre aquelas que de si não são más nem boas e o cos-

¹⁰¹ Segunda edição: «dera facilmente».

¹⁰² Segunda edição: «camera».

¹⁰³ Domingos Vieira, s.v.: «Baile alegre e lascivo».

¹⁰⁴ Domingos Vieira, s.v.: «Anquinhas que as mulheres punham para relevar as saias que vestiam por cima». As críticas a esta moda do vestuário feminino têm uma das suas melhores expressões satíricas em *La Hora de todos y la Fortuna con seso* (1650) de Quevedo, no título X, «Buscona con guardainfante»: «Salía de su casa una buscona piramidal, habiendo hecho sudar la gota tan gorda a su portada, dando paso a un inmenso contorno de faldas, y tan abultada que pudiera ir por debajo rellena de ganapanes, como la tarasca...» (cito pela edição de J. Bourq, P. Dupont e P. Geneste, Madrid: Cátedra, 1987, 177-9).

tume lhe dá o ser ou lho tira. Eu vi andarem as francesas com semelhante trajo, a que então chamavam verdugadins, parecerem muito bem e não lhe ser estranhado. Depois¹⁰⁵ as vi sem eles e parecerem da mesma sorte. Quando estas cousas se usam, se estimam dignas e, quando não, se estimam indignas. Pode mais ser? Eu tenho na minha livraria um livro feito por Alonso Carrança contra as guedelhas¹⁰⁶, de que diz cousas abomináveis; e tenho outro feito por Pedro Mexia¹⁰⁷ em que não cessa de chorar o ver os homens trusquiados. A razão¹⁰⁸ disto é o uso que no tempo de um costumavam os cabelos grandes e parecia vício e abuso raparem-se os homens, e no outro costumavam cabelos rasos e parecia desonestidade trazerem-se crecidos. Estas tais são as cousas que, não sendo más nem boas, o uso as faz boas ou más.

Em Flandres¹⁰⁹ (e mais em Alemanha) é acto de galantaria, singeleza, amizade e boa lei beberem os homens tanto que perdem seu júizo. Mas este tal costume não pode desmentir nem honrar o vício que há nele, porque aquela demasia é de seu natural injuriosa.

Os antigos quebravam o jejum com qualquer outra cousa que comessem fora de aquela hora em que lhes era permitida a refeição. Veio o uso e fez

¹⁰⁵ Segunda edição: «depois».

¹⁰⁶ Refere-se à pequena obra do Lic^o Alonso Carranza, dedicada a Filipe IV, *Rogación en detestacion de los grandes abusos en los traxes y adornos nuevamente introducidos en España*, Madrid, Maria de Quiñones, 1636, 4^o (obra já identificada por E. Prestage, ed. cit., p. 62, n. 48). O texto deste discurso está organizado por forma a acentuar o que o autor considerava ser os diversos «inconvenientes» de alguns dos trajos e adornos, sobretudo femininos, «nuevamente introducidos en España». Refere-se às «guedelhas» na *Segunda parte*, «En que se detesta el ornato del cabello de que aora usan los españoles»: «... con que muchos aora à imitation de Francia se embaraçan, y mas con las que llaman guedejas, martirio de las sienes y mexillas (...). Todos ornatos indignos del nombre y orgullo Español», tanto mais que considerava «el mucho pelo en la cabeça (que ahora en gran parte de los nuestros Españoles anda muy valido) propio y natural à las mugeres...» (fl. 22 ss.).

¹⁰⁷ O espanhol Pedro Mexía (ou Mejía) ficou célebre, sobretudo, pelas suas obras *Silva de Varia leccion* (Sevilha, 1540), *Historia imperial y cesárea* (Sevilha, 1545) e *Coloquios* (Sevilha, 1547), todas com grande sucesso editorial, sobretudo na segunda metade do século XVI. Esta referência — que não chega propriamente a ser uma crítica como afirma Melo, talvez por o citar de cor — aos «homens trusquiados» encontra-se nos *Coloquios o dialogos*, mais concretamente, no *Coloquio segundo del combite*, a propósito das modas que se difundiam pela imitação de atitudes, gestos ou gostos de reis e príncipes: «pues que acaezca lo mismo en la vista, digalo el trusquiar, que soliamos alabar todos el buen cabello en el hombre, y porque el Emperador se trequilo, determinamos todos hazello y dezimos lo agora y sentimos lo assi, que parecen mejor los hombres tresquilalos, y lo mismo passa en los talles cortos y largos, y en otras mil cosas» (*Coloquios o dialogos*, ed. de Saragoça, Bartolome de Nagera, 1547, fl.xlj).

¹⁰⁸ Segunda edição: «rezão».

¹⁰⁹ Segunda edição: «Flandes».

consoar e pode tanto que ficou por bom uso. Aqui juntámos¹¹⁰ as consoadas do Natal e, por não ir mais longe, os miúdos de Castela¹¹¹, que tudo foram introduções, sem alguma concessão ou direito; porém, já calificadas pelo inalterável consentimento, se fizeram toleráveis e perderam o nome de vício.

Eis em bem claro modo os três modos do poder do costume. Mas deixemo-las com os seus guarda-infantes, que eles virão a ser maus (se agora ainda¹¹² o não são) como¹¹³ elas acharem outro trajo de que cuidem as faz mais airosas. Deixemos-las com suas visitas, romarias e jornadas que, ainda que não era bom, já o uso lhe comunicou seu privilégio; porém, jogos excessivos, banquetes descompostos, vindas fora de horas, amizades com porfia, as comprehendidas (se as há) dem licença, porque eu me resolvo a dizer a V. M. e a todo o mundo que estas tais são de aquelas cousas que nenhum uso pode fazer decentes.

Conhecendo-se que é mal, procure-lhe o marido cedo o remédio, antes que se apossa da pessoa. Consiste na ociosidade e appetite; trate de dar o remédio à ociosidade ocupando-a no honesto trabalho do governo da casa, e ao appetite encaminhando-lho a outro emprego de mais honra e proveito, qual seria que tenha appetite de viver em paz e confiança com seu marido, certificando-se-lhe que de outra maneira lhe será impossível.

Ouvi já dizer a um príncipe, falando-lhe uma pessoa de grande respeito por um criado a quem aquele príncipe havia descomposto: *Deixai-o, deixai-o estar em minha desgraça que, primeiro que o castigasse com ela, lhe roguei muito que me tomasse por amigo entre os mais por quem me deixou e nunca quis senão deixar-me por seus amigos*. Este tal requerimento deve com mais razão fazer o marido à sua mulher e, quando ela não convenha nele, outro tal castigo lhe merece.

É cousa rija que a senhora de casa de tudo seja amiga, senão¹¹⁴ de sua casa, como acontece àquelas que, ou perdem a casa porque nunca estão nela¹¹⁵, ou porque o estar nela as ajuda a que a lancem a perder.

¹¹⁰ Segunda edição: «juntamos».

¹¹¹ Como já mostrou Edgar Prestage (*Carta*, ed. cit., n. 50), socorrendo-se do testemunho da *Fastigimía* de Tomé Pinheiro da Veiga, refere-se ao hábito — o «costume imemorial» — de comer miudezas dos animais ao sábado sem que para tal tivesse havido qualquer bula papal.

¹¹² Segunda edição: «inda».

¹¹³ Quando.

¹¹⁴ Menos.

¹¹⁵ Na segunda edição está apenas: «aquelas que nunca estão nela».

Disse que seria bom ocupar a mulher no governo doméstico; e é bom, e é necessário, não só para que ela viva ocupada, senão para que o marido tenha menos esse trabalho. Cousas tão miúdas não é bem que pejem o pensamento de um homem e para os da mulher são muito convenientes. Pergunto: não se rira V. M. se vira ir um elefante carregado com um grão de trigo na tromba? Si, por certo, e logo louvara a Deus se o visse levar no bico a uma formiga. Diz por isso o rifão: *Do homem a praça, da mulher a casa*. Os maridos que em tudo querem mandar são dignos de repreensão, igualmente aos que não querem mandar em nada.

Enfim, senhor N., fique assentado que o gasto ordinário convém que se entregue à mulher, pela contentar, pela ocupar, pela confiar, por lhe dar aqueles cuidados, por lhe desviar outros. Se o faz como é razão, que maior ventura? Fará conta o marido que achou um criado tão bom como ele e tão fiel que o serve de graça¹¹⁶. Se o faz menos bem, ainda é mal bem tolerável. Quanto melhor será que o desaproveite a mulher que não o criado? Que ela sempre errará contra sua vontade ou, pelo menos, com vergonha e o criado pode ser que, muito por sua vontade e sem nenhum pejo, desacerte.

As casas da gente ordinária soem ser melhor governadas, porque infalivelmente guardam esta regra: um traz, outro aproveita.

Dissera eu que à mulher se entregasse uma tal porção de dinheiro que pouco excedesse o gasto quotidiano, não por exercitar com ela alguma avariza, porém, porque tenho por sem dúvida não convém às mulheres demasiado cabedal. Costumam gastar sem ordem aquelas que sem ordem recebem. Diga-lhe o marido que ele se oferece para seu escritório, que acuda a ele quando lhe falte o dinheiro como pudera a uma gaveta de seus contadores e faça-lho assi certo. Leve-a pela vaidade de grande governo; mostre espantar-se do muito a que chega sua indústria. Não se vê o bom alfaiate donde há muito pano nem o bom cocheiro nas ruas largas. Eu fico que, se a mulher é gloriosa¹¹⁷, para o seguinte mês gaste um terço menos.

¹¹⁶ Idêntico argumento, referente ao «homem de menor estado», havia já usado João de Barros no *Espelho de casados*, terceira parte: «Resposta e Reprouçam contra o primeiro Fundamento das Cargas do Matrimonio», ed. cit., fl. XXX: «... a molher supre metade de seus trabalhos. e aquilo que elle auia de guastar em dobro com muordomo e outras pessoas. despende syngelo com sua molher. Porque ella tem Ofício de despenseyro. Officio de tesoueyro. Oficio de guardar a casa. Oficio de criar os filhos. Ofício de mandar fazer as cousas meudas e outras pera as quaes o homem ha mister muitas pessoas a que bem o pague».

¹¹⁷ Aqui no sentido figurado de “gastadora”.

Para que lhe não seja molesto o pedir-lhe contas, dê-lhe contas seu marido de aquilo que gasta e corre por sua conta. Mostrar-lhes confiança as obriga a que façam o mesmo. Estas contas de fazenda entre casados não seria eu de parecer que jamais se ajustassem nem levassem ao cabo, seja só reconhecimento que na mulher haja ao marido. Tira-se de aqui uma grande conveniência, a qual é que a mulher está sempre como que não é senhora disso mesmo que possui. Igualmente convém que gaste a medo e goze a medo, mas jamais seja despojada do que logra, porque então agradece como que lhe deram aquilo que lhe não tiram.

Agora inventou a cautela outras cautelas contra esta boa política, ajustando-se logo nos contratos do casamento (especialmente entre pessoas poderosas), os elementos¹¹⁸ que hão-de dar os maridos a suas mulheres durante o matrimónio. A quem o prometeu, assi aconselharei que o satisfaça; a quem o não prometeu, aconselharei que o não faça.

Não é, a este propósito, pequeno o inconveniente que há quando se casa com filha herdeira, as quais com maior razão pretendem ser senhoras do que é seu e ter na governança de seus bens maior mão que seus maridos, donde lemos haver algumas discórdias entre o rei D. Fernando e D. Isabel¹¹⁹. Quando a mulher tal pretendesse, certifique-a seu marido que quem é senhor da pessoa e da vida o é também da fazenda. Quem deu um anel de diamantes em uma caixinha de veludo que não desse também a caixa, como deu o anel?

Não há para que me detenha no modo de vestir-se; vista-se conforme sua idade, mude-se com ela. Tem-se nisto respeito aos filhos, à saúde, ao gosto, à

¹¹⁸ Na segunda edição está «alimentos». Edgar Prestage (*Carta*, ed. cit. n. 51) corrigiu o texto de acordo com esta lição, considerando haver um erro na primeira edição. Reconhecendo a forte probabilidade de se tratar de um erro ortográfico, devido à tradição, em diversos contratos de casamento desde o período medieval, de referir a obrigatoriedade de o marido garantir os «alimentos» da mulher e dos filhos, mantenho *elementos* porque D. Francisco refere a «invenção» do seu «ajustamento» nos contratos de casamento de «pessoas poderosas», o que parece sugerir uma discriminação dos mesmos, o que faria pouco sentido se se referisse apenas aos «alimentos» no seu sentido estrito, mas que tem pertinência se englobar o sentido mais vasto de «sustentação» e, logo, de outros «elementos» que o marido deveria assegurar à vida da mulher durante o casamento. Só um estudo sistemático dos contratos de casamento de «pessoas poderosas» (para usar a expressão do autor) daquelas décadas poderia permitir a opção definitiva por um dos lexemas.

¹¹⁹ Refere-se aos Reis Católicos, Fernando II de Aragão (1452-1516) e Isabel I de Castela (filha de Juan II e de Isabel de Portugal), unidos pelo casamento em 1469; o reinado conjunto começou, em Castela, nos finais de 1474 e, em Aragão, nos inícios de 1479, mas a figura de Isabel sempre se destacou pelo seu poder, pela sua inteligência e sagacidade política que diversos textos, nomeadamente crónicas, posteriores foram fixando.

presença ou ausência do marido e também à idade dele. Se o houvésemos de regular, parece que até os três filhos e até os vinte e cinco anos se permite toda a gala. E ainda nesse mesmo tempo tenha suas crescentes e minguantes, que nos mesmos altares de Deus se mudam as cores e adornos e vez há em que se mostram tristes. Avorrecem-me umas maias¹²⁰ muito enfeitadas, sempre de bordados e jóias que parecem Fama de procissão¹²¹ ou Rainha Moura¹²² de comédias. Seja mais confiada em si a fermosura se são fermosas e mais reportada a fealdade se são feias. Dizia um marido galante à sua mulher destas muito arraiadas que em a vendo de aquela sorte lhe fazia mais devação que amor, porque aquele seu andar não era andar vestida senão revestida.

Outras há que são uma perpétua pastilha e uma caçoula perene. Muito conforme cousa é com elas o cheiro; mulheres e perfumes, tudo são fumos, e se eles fossem bem adubados da discricção, eu fico que recendessem mais ainda. Confesso que nunca fui desafeiçoado ao concerto das casas e das pessoas, como¹²³ por concertá-las se não desconcertem. Lembra-me haver ouvido e lido (tudo conto com pouco aplauso meu) do Emperador D. Fernando o Segundo¹²⁴, pai do que hoje impera (se ele impera) que não quis dormir em uma câmara porque lha tinham perfumado. Se foi achaque de natural repugnância é desculpável; se não mais que hombridade¹²⁵, não vi eu maior impertinência. Há quem diga que foi religião, porque dizem tinha D. Fernando para si que os cheiros eram só devidos a Deus. Do nosso rei D. Sebastião também contam não ser muito caroável¹²⁶ de cheiros. Não sei

¹²⁰ Analogia com as meninas enfeitadas de flores nas antigas festas populares dos primeiros dias de Maio, seguindo uma tradição que remontava à Roma antiga (v. Domingos Vieira, s.v.).

¹²¹ Figura alegórica da Fama em procissões. Um exemplo bem ilustrativo é do relato das procissões realizadas em 1596 em Coimbra aquando da recepção de relíquias no mosteiro de S. Cruz, em que a figura alegórica da Fama levava na cabeça uma «nuvem de volante (...) e por estrellas tantas peças de ouro, pedras de preço e perolas que com trabalho podia menear...», segundo o relato feito por Gaspar dos Reis na *Relaçam do solemne recebimento das Santas Relíquias que foram levadas da See de Coimbra ao rela Mosteiro de Santa Cruz*, Coimbra, António de Mariz, 1596 (veja-se José Adriano de Freitas Carvalho, «Os recebimentos de relíquias em S. Roque (Lisboa, 1588) e em Santa Cruz (Coimbra, 1595). Relíquias e espiritualidade. E alguma ideologia», *Via Spiritus*, 8 (2001), esp.117-8, n. 105).

¹²² Personagem de comédias.

¹²³ Desde que.

¹²⁴ Fernando II (1578-1637), neto de Fernando I (1503-1564) e sobrinho de Maximiliano II, era Arquiduque de Áustria e foi imperador entre 1619-1637. O que «hoje impera» era Fernando III (1608-1657), imperador entre 1637-1657.

¹²⁵ Do castelhano *hombredad*, aqui no sentido de “virtuidade”.

¹²⁶ Amigo.

como isto é, porque como eu sempre ouvi chamar reais a todas as cousas boas, cuidava sermos obrigados a crer que todas as cousas boas eram reais; eram, digo, aceitas e dignas dos reis. A experiência mostra alguma vez que esta regra não é infalível; contudo, se tem por certo sinal de um bom espírito ter inclinação para todas as cousas boas. Não sei se nestes perfumes das mulheres entram tantas filosofias, mas, ainda que não sejam virtude, contentemo-nos com que não sejam vício.

Direi dos regalos, doces e conservas o mesmo, se bem estes géneros, como mais necessários por razão da saúde, da caridade e da grandeza (que tudo é necessário), não devem faltar nunca, como¹²⁷ por acudir a eles se não falte a outras cousas mais necessárias. Contudo me parece conveniente deixar cevar (digamo-lo assi) as mulheres nestas suas curiosidades femeais¹²⁸ serem prezadas de melhor marmelada, boas caçoulas, consoadas pontuais, labores exquisitos, pano delgado e cousas semelhantes, que verdadeiramente as que se enfrascam nestes negócios caseiros não lhe lembrarão outros e este é louvável¹²⁹.

Debaixo da mesma lei compreendo os adornos e alfaias de casa, julgando-a uma excelente ocupação a da senhora que delas trata e a seu marido louvarei muito que em tal exercício a ajude sempre. Honram, alegram, servem e, enfim, é tesouro que se faz para as filhas e em que se ganha às vezes mais que em mandar encomendas à Índia, porque para levantar o falso testemunho de um dote de tantos mil cruzados não há reposteiro velho, nem tapete, que não valha a cento por cento.

Visitas que se fazem e que se recebem é um largo pego. Já atrás deixo tocado nisto, mas não à minha vontade. Muito havia aqui que advertir, mas nem tudo é para papel e tinta. Por certo que não deixarei de contar o que me contava um homem discreto e não bem casado que, havendo-me dito muitas queixas de sua mulher, rematou com esta por fim de tudo: *E vê V. M. isto? Pois o que mais sinto dela é ser muito bem quista*. E, de verdade, as muitas amigas é cousa para dar cuidado, porque nem todas podem ser como hão-de ser as amigas.

¹²⁷ Desde que.

¹²⁸ Segunda edição: «femiais».

¹²⁹ Também Felipo de Carrizales, o protagonista da novela cervantina *El celoso extremeño*, não se fazia rogado nas generosas compras de açúcar para estas «curiosidades femeais» da sua jovem mulher e das outras donzelas da sua casa, na esperança de as manter ocupadas e contentes (Miguel de Cervantes, *Novelas ejemplares*, ed. cit., 105).

Uma cousa que antigamente entre as amigas se chamava púcaro de água passou a ser merenda, e de merenda a banquete, e de banquete tem já subido¹³⁰ a tanto que se lhe não acha nome ou, pelo menos, não lho quero eu dar. Não sei como seja boa amizade andarem-se destruindo as amigas umas às outras, empenhando as casas com excessos, desgostando os maridos com petições impertinentes, de perigoso e de impossível despacho. Se esta demasia se encaminha a mostrar amor, certamente indigna é a amizade que tem a gula por seu fim; se a ostentar grandeza, como pode conseguir a grandeza pelos meios que se alcança amizade que, entre todos os por que se alcança, nenhuns são tão próprios como o gasto desordenado?

Havia adoecido um fidalgo de pena de se ver empenhado sem propósito pelos despropósitos com que sua mulher gastava o que não tinha; e como, estando com grandes febres, visse em casa um bom prato de cidrão mole¹³¹ com que, apesar da sua careza, a mulher se servia de ordinário nestes seus convites, dizem que disse o pobre doente: *Dai-me cá aquele cidrão, que o quero comer todo*. Requeria-lhe a mulher que tal não fizesse porque o cidrão era fogo para quem se achava naquele estado. Respondeu então: *Bem sei que é fogo que bem abrasado me tem, mas deixai-me ver se acaso tem o cidrão a virtude do cão danado, cujos cabelos, se os põem na mordedura que ele fez, dizem que a sara logo*. Nem andou menos discreto um criado que, perguntando-lhe certa pessoa que fazia seu senhor porque o queria ver, ele lhe respondeu agudamente: *Meu amo não está para ver, porque o está merendendo minha senhora com as senhoras suas amigas*.

Faça o marido de quando em quando uma estação a sua mulher: amoeste-a que, nem no seu estrado, nem em o alheio, apode ninguém; cousa muito certa é de que as apodadas, sendo mulheres, se cansam assaz e também apodam; e de que, se homens, logo lançam mão para queixas ou agradecimentos; que não desenrole os cuidados alheios, se fulano olha ou se passeia a fulana. Parece cousa imprópria que uma senhora, que não é bem que saiba mais que de si e sua casa, traga registados os pensamentos do outro. Nunca a algum homem, dos do lugar em que viver, louve ou injurie. É nas mulheres este diverso efeito (de ordinário) procedido de uma própria causa.

De aqueles de quem muito mal se diz e de aqueles de quem muito bem se conta, julguei sempre um igual mistério e foi o pior que nunca me enga-

¹³⁰ Na segunda edição está apenas: «e de merenda a banquete tem já subido...».

¹³¹ Doce da casca de cidra (Domingos Vieira, s.v. cita esta passagem).

neí nestas sentenças. Deve ser a prática das mulheres do seu lenço de amostras, do ruim tempo que vai para curar pastilhas, queixar-se das criadas, e ainda para que se queixem dos despegos de seus maridos lhes dou licença, mas [não] que lhes levantem falso testemunho.

E porque sei que hão-de pedir maior comarca para sua conversação, me parece que lhes podemos conceder que possam até estranhar o bem ou mal feito vestido que traz Dona fulana e, quando muito, chegar a não lhe parecer bem as cores de que o betou¹³², com tanto que lhas não interpretem.

Torno às amigas e reparo muito que em nosso bom português, com muita razão, de amigas a imigas quasi não vai diferença. Sou tão ruim que creio que muito mais dano fizeram amigas no mundo que inimigas. E assi costume eu a dizer que aos homens perdem seus inimigos e às mulheres suas amigas. Tenha-se que devem ser as melhores¹³³ e estas não tratadas com porfia; basta que seja sem artifício e esta tal amizade assento eu entre especialidade e cumprimento. Isto com as mais amigas.

Trouxe-nos Deus agora (com todo o mais bem que veio a este reino) um novo paço e corte; e porque da do tempo passado nos não lembramos o que vivemos agora, mal poderemos governar estas acções por aquelas antigas. A corte portuguesa era bem frequentada, bem galante e bem luzida, mas de grande recolhimento. As idas ao paço são devidas, justas e boas; às vezes devem de ser contadas. Nascimento de infantes, bodas, festas de entre ano, achaques de príncipes, sua saúde, novas notáveis e pouco mais que isto. O ir só não é elegante. Seja a companhia sempre boa, mas não de pessoa maior (salvo a primeira vez), cuja autoridade some o agasalho que cada um deseja de achar na graça dos Reis, em suas casas e em as de qualquer hóspede.

Acontece que muitas mulheres, muito para isso, começam a cobrar (vãmente) fumos de bem vistas das rainhas e princesas, a que, sem algum fruto, se segue inquietação; e sucede mais, que para dourarem sua ligeireza se hão com os maridos como dizem que fazem os negros dos mercadores que, indo por donde querem, tapam a boca aos amos com dizer-lhes que foram ouvir missa. Vem muitas vezes a ser o lícito capa e manto do ilícito; com achaque de que vão ao paço se gasta o tempo em ociosidades e a casa se desgoverna.

A mulher principal basta-lhe que a sua rainha a conheça, em melhor conta a terá quando vir o siso com que procede as poucas vezes que a vir.

¹³² Segunda edição: «botou».

¹³³ Segunda edição: «mulheres».

O correio extraordinário a todos alvoroça quando chega, o correio ordinário vai e vem sem ninguém fazer caso dele. Às pessoas de fora do serviço dos príncipes é custosa e arriscada a pretensão de seu favor. Punha um grande cortesão o servir às damas e aos reis com o uso do limão e da laranja; que o limão quer que o apertem muito e então dá melhor sumo; a laranja se quer espremida muito à de leve, porque logo amarga em se apertando. As damas querem ser assistidas, os reis vistos à boamente. Por isso já disse alguém que os príncipes e o fogo se queriam tratados de longe, porque perto queimam e longe alumiam.

Ser mui pontual em todas as festas certo que é grande fadairo¹³⁴. Aquelas das igrejas, que entre nós são mais frequentes, ninguém pode duvidar que seja lícito acudir a elas, mas nem todas as cousas lícitas são sempre convenientes. Dê-se-lhe confiança bastante à mulher para crer que pode ir a todas as festas, mas com amor e cortesia se lhe mereça que não vá a todas.

De uma que não lhe escapava alegria em que se não achasse, dizia um: A senhora fulana pena em glória; porque verdadeiramente parece um novo género de purgatório não haver festa donde a mulher não queira ser presente. Perguntavam a um casado donde fora sua mulher à missa e ele dizia: *Donde ouvir charamelas*. Eu conheci em Castela uma titular velha e graciosa e por extremo honrada que quando se metia no coche e lhe perguntava o cocheiro: *A donde?* Respondia: *A donde huviere más gente*.

Ora, já que vou tão miúdo, hei-me de aventurar um pouco mais; servirá de alegrar a malencolia¹³⁵ que até aqui guardámos. Senhor N., não sou de cachorrinhos enfeitados que sempre tem nomes misteriosos. Já me sucedeu em uma igreja vir-me perguntar um pajem esbaforido se vira eu por ali o Cuidado da senhora Dona fulana, que andava perdido. E perguntando qual era o cuidado de aquela senhora, que pudera bem ter outros, achei que era um cachorrinho de aquele nome. Papagaios, saguins, são praças mortas, mui escusadas e que as mais vezes induzem ligeireza. Senhor meu, os mineiros, pelas ervas, pelas flores que dá a terra cá por fora conhecem logo qual tem ouro lá dentro e qual não tem ouro. Tanto podem os sinais exteriores.

Vou estando tão impertinente que nem pássaros hei-de deixar. Ruisse-nhol de todo o ano, que canta de noite e dizem logo que faz saudades¹³⁶, de

¹³⁴ Fadário (no sentido de "grande trabalho").

¹³⁵ Segunda edição: «melencolia».

¹³⁶ É inevitável, nesta passagem, a lembrança da *Menina e moça* — as suas saudades do

que serve? De que servem saudades estando o marido em casa? Não convém que haja saudades neste tempo, nem que se conheçam.

Negrinho, negrinha a que se digam requiebrós, enjeitadinhos graciosos, vilões simples (que às vezes não são simples) vestidos de cores, que se chamam Dons fulanos, entram e vão por donde querem, não quisera eu que entrassem nem fossem por casa de V. M. Tudo isto na minha má opinião é repreensível e folgara de o ver longe das portas de meus amigos.

Juro a V. M. que toda a vida me enfadaram as damas dos livros de cavalaria porque sempre as achava acompanhadas de cachorros, de leões e de anãos. Tão inimigo sou destas tais sevandilhas¹³⁷ que nem em livros mentirosos¹³⁸ as sofro, veja V. M. que será nas cousas verdadeiras? Mas o que é humor ou capricho meu não é razão que se assente por regra geral. Seja advertido para quem tiver outro tão mau gosto. Os castelhanos celebram muito as mulheres caseiras que tratam do serviço de suas casas. Verdadeiramente, eles as festejaram tanto porque colhem lá delas tão pouca novidade que vem a ser novidade o achar lá uma destas mulheres¹³⁹. Contudo, ouvi da Rainha D. Margarida de Áustria (mãe de El-Rei D. Filipe que hoje reina)¹⁴⁰ bordava ela e suas damas, mandava vender sua obra e aplicava

«amigo» ausente — de Bernardim Ribeiro. Daí o especial sentido e alcance da pergunta de D. Francisco: «De que servem saudades estando o marido em casa?».

¹³⁷ Do castelhano «savandijas», aqui no sentido figurado de parasitas.

¹³⁸ Como seria de esperar, D. Francisco retoma a definição, então corrente, dos livros de cavalaria como «livros mentirosos». Veja-se a crítica que, mais adiante, retoma, desaconselhando a leitura destes pelas mulheres (*infra*, p. 99).

¹³⁹ Esta visão das mulheres castelhanas — relativamente depreciativa — tem especial significado por contraposição a uma outra imagem da «honestidade» e «recolhimento» das mulheres portuguesas que se encontra em obras de autores portugueses do século XVII, como é o caso da de Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal* (Lisboa, 1610, cap. LXXXVIII, fls. 138-144) e da *Fastigimia* de Tomé Pinheiro da Veiga; contudo, este autor, no quadro da sua observação, em 1605, de costumes castelhanos, ousou uma forte crítica aos excessos do controlo masculino em Portugal dessa «honestidade»: «... não quero eu dizer que a compostura, modestia e recolhimento das mulheres portuguesas não seja o mayor bem que Portugal tem, tanto que tudo o que perde na openião das outras naçoens pela ignorancia dos homens, ganha pela honestidade e vertude das mulheres; mas reprovo a desconfiança dos homens, e o cativoiro servil, em que muytos têm suas mulheres e filhas, obrigando-as com o muyto serrar das portas que se sayam pelas janellas e com as ferropas dos pés que saltem pelos telhados (...). Em resolução: a experiencia nos mostra que em Portugal nem tudo o que relús he ouro, e em Castella nem por não serem cautas deixam muytas veses de ser castas; e assim nem aprovo em Castella serem Biginas, nem em Portugal cartuxas...» (*Fastigimia*, ed. cit., 146).

¹⁴⁰ D. Margarida de Áustria (m. 1611), mulher de Filipe III e mãe de Filipe IV, era neta de Fernando I, irmão e sucessor de Carlos V, e filha do Arquiduque Carlos de Áustria e de Maria de Baviera. Morreu de parto, com apenas 27 anos.

para regalos das freiras da Encarnação seus ganhos e cabedais. Ou como, por melhor exemplo, dizem que faz hoje o mesmo a Rainha nossa senhora¹⁴¹ imitando as nossas antigas Princesas, entre as quais foi neste virtuoso exercício sinalada a Rainha D. Caterina¹⁴², tia da Sereníssima Rainha nossa senhora, de quem se diz se dava tão bem neste honesto e piedoso trato que enriquecia os mosteiros pobres do reino¹⁴³, dos quais muitos guardam todavia singulares adornos, ou feitos pelas mãos daquela santa Princesa, ou ganhados pelo trabalho delas.

Não cansa a minha Margarida de Valoes, rainha que foi de França e Navarra¹⁴⁴. Chamo-lhe minha pela grande afeição que tenho a seus escritos¹⁴⁵ e porque foi, a meu juízo, a mais discreta mulher de nossos tempos, cujas acções, de muitos caluniadas, eu espero brevemente defender no meu *Teodosio*¹⁴⁶. Não cansa, digo, esta entendidíssima senhora de encarecer o

¹⁴¹ Refere-se a D. Luísa de Gusmão, mulher de D. João IV.

¹⁴² D. Catarina de Áustria, mulher de D. João III, referida por diversos autores como «mãe dos portugueses», foi uma grande patrocinadora de diversos conventos, tanto em rendas, como adornos e relíquias; diversos testemunhos, sobretudo do século XVII, se lhe referem encomiasticamente, de que são exemplo o de Fr. Luís dos Anjos na breve «vida» desta rainha incluída no seu *Jardim de Portugal* (Coimbra, 1626): «Adornou e fez muitas igrejas... Favorecia muito aos religiosos...» (cito pela recente reedição, Porto, Campo das Letras, 1999, p. 245). Também Martim Afonso de Miranda evocou o seu exemplo no *Tempo de Agora*, pela voz de Alberto: «la não ha mulher que ajude a viuer a seu companheiro: muitas que so a gastar (...). Idade de ouro, & tempo santo, quando a Raynha Dona Caterina assí era continua no trabalhar; que da secura que lhe causaua o fiar, tinha sempre apar de sy hum pucaro com agua em que molhaua os dedos: do qual trabalho fazia corporaes para as Igrejas» (*Tempo de Agora*, ed. cit., vol. I, diálogo II, 106). Do peso cultural desta rainha (incluindo o patrocínio de livros) me ocupei em «Literatura moral e discursos jurídicos. Em torno dos “privilégios” femininos no século XVI em Portugal». *Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas*, Porto, XVII (2000), 403-418.

¹⁴³ Esta protecção de D. Catarina a diversos conventos está bem documentada por outro autor contemporâneo de D. Francisco, Jorge Cardoso, no *Agiológio Lusitano* (3 tomos, Lisboa, 1652-1666), por exemplo I, 133e, 177e, 185b, 428-9d; II, 35c; III, 6d, 17d, 143-4c, 248a, 345i, 362f, 396b, etc.

¹⁴⁴ Margarida de França, Duquesa de Valois (1553-1615), foi casada com Henrique IV, rei de França, que não só lhe foi publicamente infiel como, alegando imoralidade no comportamento desta, a encerrou no castelo de Usson entre 1587 e 1605, onde ela pôde escrever parte das suas memórias. Posteriormente ao divórcio, viveu em Paris até à data da morte em 1615.

¹⁴⁵ Refere-se às suas *Mémoires* (1^a ed. Paris, 1628); D. Francisco possuía uma edição destas *Memórias* (como já mostrou Prestage, *Carta*, ed. cit., p. 15, n. 15) que bem podia ser a tradução espanhola editada em 1640 (referida *supra*, nota 100).

¹⁴⁶ A obra *D. Teodosio II* ficou manuscrita e incompleta e só conta, até agora, com uma edição da tradução portuguesa do manuscrito conservado na Biblioteca da Ajuda feita por Augusto Casimiro: D. Francisco Manuel de Melo, *D. Teodosio II, Duque de Bragança*, Porto, Livraria Civilização, 1944. A intenção de D. Francisco de a defender no seu *Teodosio* devia resultar do facto de ela ter sido uma das hipóteses de casamento de D. Sebastião, malgrado pela oposição de Filipe II, conforme afirma a própria Margarida nas suas *Memórias* (quando evoca as negociações para

bem que lhe pareceu ver desabotoar-se a Condessa de Lalaim, estando à mesa com a própria Rainha, e dar de mamar a um filhinho seu que a seus peitos criava. Gaba a Francesa grandemente aquela caseira acção da Condessa e diz que nunca teve enveja a feito de mulher como a aquele.

Há umas mulheres ídolos que, ou são inutilíssimas, ou se prezam de o ser e só lhes parece que naceram para ser adoradas e disso só querem servir. Ora eu me contento com que não façam mais de um serviço em suas casas e seja este: sirva a mulher de ser senhora de sua casa, satisfaça as obrigações deste seu ofício que assaz fará de serviço a sua casa, a seu marido, se o fizer como deve¹⁴⁷.

Como o tomará V. M. se disser mal das varonis. Ó, senhor N., eu me fundo em razão. Se eu tivesse por certo que o grande coração da mulher se houvesse sempre de ocupar bem, bem lho sofrera, mas, sem dúvida, tenham medo de um rato, desmaiem-se em vendo espada nua, um trovão seja para elas um dia de juízo. Criou-as Deos fracas, sejam fracas; oxalá façam o que são obrigadas, não lhes quero pedir mais que sua obrigação. Já sei que desta vez ficarão de todo mal todas comigo. Não quisera discorrer pelo seu entendimento, nem dar regra a cousa que serve de dar regra às outras cousas, mas, pois me atrevi a oferecer preceitos sobre o amor, que é ainda afeito mais livre, não temo já de os dar para o entender.

Hei-de estranhar por força um dito de aquele nosso tão nomeado e tanto para nomear Bispo D. Afonso¹⁴⁸ que dizia: *A mulher que mais sabe não passa de saber arrumar uma arca de roupa branca*; nem sentirei melhor do outro que afirmava que a mais sábia mulher sabia como duas mulheres.

Sou de muito diferente opinião e creio certo há muitas de grande juízo. Vi e tratei algumas em Espanha e fora dela. Por isso mesmo me parece que àquela sua agilidade no perceber e discorrer, em que nos fazem ventagens, é necessário temperá-la com grande cautela.

esse casamento e o empenho nele de sua mãe, contra a opinião do Cardeal de Lorena): «Entre tanto el Rey de España, que no quiere que los suyos hagan afinidad fuera de su casa, rompiò del todo el casamiento del Rey de Portugal y no se hablò mas en el» (*Memorias*, ed. cit., fls. 55v-56v).

¹⁴⁷ D. Francisco retoma novamente (cf. *supra*, p. 85) o preceito tradicional dos ofícios “próprios” da mulher para estabelecer os limites dos seus interesses.

¹⁴⁸ Deve referir-se a D. Afonso, filho de D. Manuel e irmão de D. João III, que foi Bispo de Évora, Arcebispo de Lisboa e Cardeal. Foi também pai do primeiro conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal. Morreu em 1540. Os *Ditos portugueses dignos de memória* recolhem alguns dos seus ditos (não este) e episódios em que esteve envolvido (ed. cit., nºs 116, 117, 457, 482, 1169).

A este seu juízo não se pode pôr lei alguma, aos exercícios si, como se agora a um homem fosse dada uma navalha de finíssimo aço para que lhe fizesse um feito ruim, mas, estando ela ainda em tosco, aquele que lhe escondesse a pedra em que a queria afiar fizera o mesmo que se lha tirasse da mão e escusasse o malefício. Assi, pois nos não é lícito privarmos as mulheres do sutilíssimo¹⁴⁹ metal de entendimento com que as forjou a natureza, podemos, se quer, desviar-lhe as ocasiões de que o agucem em seu perigo e nosso dano. Façamos, senhor N., o que podemos.

Nos cuidados e empregos dos homens não se metam as mulheres, fiadas em que também tem como nós entendimento e em que a alma não é macho nem fêmea, como alguma em seu favor alegava¹⁵⁰. Mas saibam os maridos que nem por esta taixa que lhes ponho é justo que a mulher sisuda deixe de dar a seu marido, modestamente, seu parecer, nem deixa ele de ser obrigado a lho pedir.

Não cuide V. M. que me contradigo ou arrependo do que tenho escrito; declaro-me com um bom semelhante. Seja a mulher como a mão do relógio e o marido seja o relógio. Aponte ela e soe ele. Um mostre, outro resolva, que andando desta maneira temperado o relógio todos o crem, todos o tem por oráculo. Não só se concerta a si mesmo, mas faz andar aos outros concertados e, ao contrário, se se desconcerta, também aos outros. Ó, como folgo de ver uma mulher ignorar aquilo que não é razão saber, mas que verdadeiramente o saiba! Acho grande perfeição quando erram aquelas cousas que lhe podiam pôr imperfeição se as acertassem.

Entenda a mulher como mulher; seja tal sua lição quando ler, sua prática quando praticar e tal o mesmo que se lhe ler e se lhe praticar.

Pois comecei com os meus adágios, hei-de acabar com eles. Ouvei um dia, caminhando, e não era ele menos que a um chapado recoveiro (veja V. M. que enjeitei os filósofos para citar estes autores), enfim, ouvi-lhe que Deus o guardasse de mula que faz *him* e de mulher que sabe latim¹⁵¹. O riso e gosto

¹⁴⁹ Segunda edição: «sutilíssimo».

¹⁵⁰ Esta passagem é particularmente interessante por testemunhar que algumas mulheres pugnavam já, não propriamente pela igualdade (impensável nas condições sociais e culturais da época), mas por alguma aproximação intelectual, facto reconhecido, aliás, por outros autores da época.

¹⁵¹ «Mula ke haze "hin" i muxer ke parla latin, nunka hizieron buen fin» é um dos rifões incluídos no *Vocabulario de refranes* de Correas (cit. in Louis Combet, *Recherches sur le "Refranero" Castillan*. Paris: "Les Belles Lettres", 1971, 405).

com que lhe escutei esta engraçada sentença me faz agora lembrar dela. Não se julgue por indecente se é proveitosa. O ponto está em que o latim não é o que dana, mas o que consigo traz de outros saberetes envolto aquele saber¹⁵².

Já que estou ao fogo e como desde este lugar falo a V. M. e V. M. me ouve e me perdoa, irá outra não pior história. Confessava-se uma mulher honrada a um frade velho e rabujento e como começasse a dizer em latim a confissão, perguntou-lhe o confessor: *Sabeis latim?* Disse-lhe: *Padre, criei-me em mosteiro*. Tornou-lhe a perguntar: *Que estado tendes?* Respondeu-lhe: *Casada*. A que tornou: *Onde está vosso marido? Na Índia, meu padre* (disse ela). Então com agudeza repetiu o velho: *Tende mão, filha, sabeis latim, criaste-vos em mosteiro, tendes marido na Índia? Ora ide-vos embora e vinde cá outro dia que vós é força que tragais muito que dizer e eu estou hoje muito depressa*.

Tomara que as mulheres não soubessem de guerras, nem estados, nem procurassem por isso¹⁵³. Enfadam-me umas que se metem em eleições de governos, julgar de brigas, praticar desafios, mover demandas, outras que se prezam de entender versos, abocanham em linguagens alheias, tratam questões de amor e de fineza, decoram perguntas para gentes discretas¹⁵⁴, trazem memorial de motes difíceis¹⁵⁵; umas que dão significação às

¹⁵² Mais de um século depois de Erasmo e do seu inovador colóquio (melhor, diálogo) *Abbas et erudita*, continuava forte o preconceito em relação à mulher erudita, simbolizada na mulher «que sabe latim». Quevedo ridicularizou-a em *La culta latiniparla* (veja-se a recente edição da *Prosa festiva completa*. Madrid: Cátedra, 1993, 443-459) texto conhecido de D. Francisco Manuel que o citou no *Hospital das Letras* ao lado da sua *Carta de Guia*: «Quevedo — Eu na minha *Culta Latiniparla* e o Autor na sua *Carta de Guia* não parece que nos amassamos bem com mulheres doutoras, autoras e compositoras...» (Jean Colomès, *Le dialogue "Hospital das Letras" de D. Francisco Manuel de Melo*, Paris, F.C.G.-Centre Culturel Portugais, 1970, p. 89).

¹⁵³ Idêntica vontade manifestou Quevedo na *Carta de las calidades de un casamiento*. A *doña Inés de Zúñiga y Fonseca, condesa de Olivares*, depois de ter dito que não queria mulher néscia: «Y si hubiese de ser entendida con resabios de catedrático, más la quiero necia; que es más fácil sufrir lo que uno no sabe que padecer lo que presume» (*Prosa festiva completa*, ed. cit., 462-3).

¹⁵⁴ Refere-se muito provavelmente ao gosto pela prática de «problemas», testemunhado pelas colectâneas que tiveram um assinalável êxito nos séculos XVI e XVII, como mostrou Pilar Cuartero Sancho, «Las colecciones de *Problemas* en el Siglo de Oro». *Homenaje a Maxíme Chevalier*, número especial do *BHi*, 92, (1990), nº 1, 213-235.

¹⁵⁵ Estas referências — depois de uma frase com recurso ao mais-que-perfeitos e ao imperfeito do conjuntivo — a assuntos de carácter político, legislativo ou cortesão que tradicionalmente resultavam de ocupações ou se reportavam a práticas masculinas são particularmente interessantes por mostrarem como, apesar de todas as resistências, eram objecto de atenção também por parte das mulheres (quase poderíamos especificar: nobres) portuguesas.

ervas, que adivinham as cores; outras que as tem de sua tenção; outras que examinam pregações, que lhes tomam palavras; outras que as usam esquisitas e falam por circunlóquios¹⁵⁶, que tem modos de gabar fora do uso, que praticam ao som do meneio das mãos ou do movimento dos olhos. Fora, fora tudo isto, que parece ficção e nem verdadeiro nem fingido é bem que seja. Não me tenha V. M. por maldizente; mais vale que proluxo, mas em verdade que tudo o que aponto é digno de ser lembrado.

Pedia uma dama a um seu irmão, homem discreto, que lhe desse uma letra para certa empresa¹⁵⁷ sua que queria mandar abrir em um sinete¹⁵⁸; respondeu-lhe: *Minha irmã, deixai as empresas para as adargas¹⁵⁹ dos cavaleiros andantes; as empresas que haveis de mandar abrir sejam chavões¹⁶⁰ para fazerdes bolos a vosso marido quando o tiverdes.*

Falar sempre é mau, rijo é malíssimo e, em lugares indecentes, pior que tudo. Acontece que muitas que se prezam de discretas respondem alto nas igrejas, para que as ouçam e aplaudam, entendem com as amigas, que lhes ficam longe, a fim de serem ouvidas. Também o suspirar à pregação, fazer gestos com a cabeça, como que lhe contenta o que se disse, rezar desentoadado, compassar a música, são cousas que não houveram de ser.

Fale a mulher discreta o necessário, brando, a tempo, com tom que basta para ser ouvida da pessoa a quem fala e não das outras. Comparou bem um entendido as pessoas com os sinos, que pela voz se conhece se estão sãos ou quebrados. Escuso de mostrar como as palavras informam do ânimo, porque, assi como pelo correio que vem de tal parte sabemos as novas que lá vão, assi pelas palavras que vem do juízo sabemos o que lá vai.

¹⁵⁶ Perífrases. V. Domingos Vieira, s.v.: «Do latim *circumlucutione*: círculo de palavras para explicar o que se poderia dizer em uma ou duas». Tendo em conta a valorização, na época e nesta *Carta*, dos conceitos e das frases sucintas, faz mais sentido esta crítica de Melo.

¹⁵⁷ Refere-se ao gosto, então já tradicional, do recurso, sobretudo em meios cavaleirescos e cortesãos, a imagens simbólicas ou enigmáticas que incluíam uma letra, divisa ou mote que encobria a identificação da pessoa que a usava (dama ou cavaleiro). Diferencia-se do emblema e do enigma, mas tem com eles fortes afinidades. A bibliografia sobre literatura emblemática é muito vasta (como o mostra bem Pedro F. Campa, *Emblemata hispanica. An annotated bibliography of spanish emblem literature to the year 1700*, Durham/London, Duke Univ. Press, 1990), mas merecem especial destaque o já clássico estudo de José Antonio Maravall incluído em *Teoría española del Estado en el siglo XVII*, Madrid, 1944, esp. 45-60 e, mais recentemente, Fernando Rodríguez de la Flor, *Emblemas: lecturas de la imagen simbólica*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

¹⁵⁸ Domingos Vieira, s.v.: «selo de armas, ou divisa própria de que se usa para selar ou sigillar cartas ou papéis».

¹⁵⁹ Escudos de couro oval.

¹⁶⁰ Fôrma com figuras para adorno dos bolos.

Elas já sei que me terão por suspeito, pois até os movimentos lhes hei-de medir. Uma das terríveis cousas que há na mulher é usar de meneios decompostos. Sei que nem todas podem ser airosas, mas graves todas o podem ser. Faz grande dano uma maldita palavra que se nos pegou de Castela, a que chamam despejo¹⁶¹, de muitas que se prezam; e certo é que, em bom português, despejo é descompostura. Outra explicação lhe ia eu a dar, mas esta baste. E claro está que o despejo é cousa ruim, porque o pejo era cousa boa. Nada disto se lhe perdoe, sendo, senhor meu, tão importante que estes costumes exteriores andem concertados como é a fermosa frontaria a um nobre edifício para que se tenha por nobre.

Ora, do riso, que diremos? Pois se elas tem bons dentes e aquilo que chamam graça na boca e cova na face, aí lhe digo eu a V. M. que está o perigo. Há mulher destas que rirá a todo o sermão da Paixão como se fosse ao de dia de Páscoa somente por assoalhar aquele seu tesouro. Não disse Platão, nem Séneca, cousa melhor que o disseram as nossas velhas: *Muito riso, pouco siso*¹⁶².

Longe estou eu de persuadir à mulher que seja melancólica, porque antes a sempre triste induz pouca satisfação de sua vida. Alegre-se e ria-se em sua casa, à sua mesa e na conversação de seu marido, filhos e familiares; deixe o riso em casa, quando for fora, a modo da serpente que vomita a peçonha primeiro que vá beber¹⁶³ e, depois que bebe, torna outra vez a recolher a sua peçonha. Venha para casa e tome a sua boa graça.

Ainda fico com escrúpulo sobre a lição em que muitas se ocupam. O melhor livro é a almofada e o bastidor, mas nem por isso lhe negarei o exercício deles. Estas que sempre querem ler comédias e que sabem romances delas de cor e os dizem às vezes entoados, não gabo. Outras são mortas por livros de novelas, tais pelos de cavalarias. Aqui é mais perigosa a afeição que o uso. Bem vejo que se lhes pode permitir este desenfado, mas seja

¹⁶¹ No seu sentido etimológico de «falta de pejo», ou, como define Domingos Vieira, s.v., «desembaraço nas acções, nos gestos, movimentos»; por isso disse D. Francisco preferir o termo «descompostura».

¹⁶² Este provérbio surge também, com uma formulação ligeiramente diferente, na *Feira de Anexins*, no contexto da metáfora do rir: «Nem tanto o riso, que será pouco o siso» (*A Feira de Anexins. Obra posthuma de D. Francisco Manuel de Mello*, ed. revista por Inocêncio F. da Silva, Lisboa, 2ª ed., 1916, 132).

¹⁶³ Segunda edição: «que a vá beber».

com maior cautela a aquelas que excessivamente se lhes entregarem, visto que podemos temer se ama neles antes a semelhança dos pensamentos que a variedade da lição¹⁶⁴. Não quisera que ninguém gostasse senão de aquilo de que era justo que tivesse gosto.

Contarei a V. M. uma cousa que a meu pesar me lembra. Caminhava por Espanha e entrando em uma pousada bem cheio de neve, não houve algum remédio para que a hóspeda, ou suas filhas, que eram duas, me quisessem abrir um aposento em que recolher-me; e quanto eu mais apertava, me desenganavam melhor de que nenhuma se levantaria donde estava sem acabar de ouvir ler certa novela cuja história ia muito gostosa e enredada. E tal era a sofreguidão com que ouviam que nem ameaçando-as com que iria a outra pousada quiseram desistir de seu exercício, antes me convidavam que ouvisse os lindos requebros que Cardenio estava dizendo a Estefania; que tudo isto rezava a boa da novela¹⁶⁵. Enfim, eu me fui apear a outra parte e, voltando em breve tempo por aquele lugar e perguntando pela curiosa leitora e ouvintes, me disseram que muito poucos dias depois as novelas foram tanto adiante que cada uma das filhas de aquela estalajadeira fizera sua novela fugindo com seu mancebo do lugar, como boas aprendizes da doutrina que tão bem estudaram¹⁶⁶.

¹⁶⁴ A lembrança dos perigos e, logo, das cautelas em relação às leituras femininas de novelas de cavalaria (e, em geral, de quaisquer «livros de amores») encontram-se em diversos textos anteriores, dado que muitos pensavam que, como expressamente afirmou Fr. Francisco de Osuna, «no ay quien tanto siga lo que lee como la muger...» (*Norte de los Estados*, Sevilla, Bartolomé Pérez, 1531, fl.o iiij-v).

¹⁶⁵ Estas duas «histórias» — a que narrava a novela que as três mulheres ouviam ler e a que narra D. Francisco com base no episódio supostamente verídico — remetem de modo claro não só para o referido (e criticado) gosto feminino pelas novelas de cavalaria, como para as práticas de leitura em voz alta de diversos tipos de textos, nomeadamente de cavalaria e de amores, como vários dos que recria Cervantes em *D. Quijote de la Mancha*. A importância da leitura em voz alta tem sido mostrada em diversos estudos, continuando, desenvolvendo e matizando as já clássicas referências de Maxime Chevalier, *Lectura y lectores en la España de los siglos XVI y XVII*. Madrid: Turner, 1976 e de Roger Chartier, *Libros, lecturas y lectores en la Edad Moderna*. Madrid, Alianza, 1993.

¹⁶⁶ Crítica idêntica à que subjaz a esta história fez Mateo Alemán no *Guzmán de Alfarache*, na segunda parte, livro terceiro, capítulo III, em que, significativamente, falou do casamento e dos vários tipos de mulheres: «Otras muy curiosas, que dejándose de vestir, gastan sus dineros alquilando libros y, porque leyeron en *Don Belianís*, en *Amadís* o en *Esplandián*, si no lo sacó acaso del *Caballero del Febo* (...) les parece que ya ellas tienen a la puerta el palafén, el enano y la dueña con el señor Agrajes, que les diga el camino de aquellas espesas florestas y selvas (...)» (*Guzmán de Alfarache*, ed. de Enrique Miralles, Barcelona, PPU, 1988, vol. II, 393-4).

Somos entrados na santimónia¹⁶⁷ ou, por melhor dizer, na beataria¹⁶⁸. Tenho cansado a V. M.; quisera passar voando por aqui, mas hei medo que não possa. A matéria é das mais importantes¹⁶⁹; procure V. M. (mas que se force) ouvir-me com nova atenção, que eu também, renovando o cuidado, hei-de procurar de falar a V. M.

Muitas pessoas de grande porte e excelente natural, a título de virtude, temos visto cair em vida desordenada. Nosso inimigo o demónio há-se às vezes connosco como um homem quando busca outro, que, se o topa em um caminho e vê que vem para ele, ali o espera; e se vê que se desvia para outra parte, então estuga¹⁷⁰ o passo e o segue até alcançá-lo. Às pessoas que vivem mal muitas vezes lhes não sai ao encontro, porque sabe que vem direitas para ele, mas as que vivem bem após de essas se lança com maior ligeireza.

A reformação dos costumes causa é boníssima e santíssima; tem, porém, nas casadas seu limite, de maneira que por se darem de todo àqueles bons exercícios não desemparem os da obrigação de seu estado¹⁷¹, no qual Deus deixou virtude e santidade bastante para que, sem saírem dele, se possam salvar todos e todas, a quem compreende. Andam pelo mundo espalhados uns homens e mulheres que fazem profissão de mestres de virtude, de que verdadeiramente nem são discípulos. A este fim arrebatam, sem alguma prudência, os ânimos singelos e piedosos das senhoras e gentes principais que às vezes guiam tão mal como nos mostram mil exemplos e como eles a si se tem guiado.

¹⁶⁷ Devoções ou imitações de santos.

¹⁶⁸ Note-se que, aqui, "beataria" não diz tanto respeito às atitudes das «beatas» (cf. *supra*, n. 78) quanto a diversas práticas devocionais que passavam também pelas amizades com clérigos e religiosos(as), para cujos perigos e abusos não faltavam advertências em diferentes tipos de textos, mas que continuavam a mostrar-se frequentes ou persistentes. Repare-se na afirmação de que esta «matéria é das mais importantes» e de que não pode deixar de se demorar nela.

¹⁶⁹ O alcance desta afirmação pode compreender-se melhor com outras palavras de D. Francisco colocadas, alguns anos depois destas, na boca da Fonte Velha no apólogo *A Visita das Fontes*: «Todos sabem que desse manto de santimónia se tem coberto e cobre, no mundo, gente muito indigna dele. Ainda mal, porque são tantos e tão escandalosos os exemplos (...). Que será, se muitos destes confrades tivessem (como tem muitos) assentado nesse modo de vida ociosa e poltrona o modo de sua vida, por aquela antiga e vulgar regra de que nunca se deita sem ceia quem pede para a candeia? (...). Pois como lhe chamaremos a estes devotos que, enxertando a ambição na hipocrisia, acodem, em vez de virtude, com um amargoso fruto de ruindade?» (*A Visita das Fontes*, ed. cit., 261-262).

¹⁷⁰ Apressa.

¹⁷¹ A partir de finais do século XVI, quase todos os textos que abordavam o comportamento das casadas se detinham na diferenciação entre «obrigações» e «devoções» (de vários exemplos me ocupei em *Espelhos, cartas e guias*, ob. cit., esp. 328-338).

Convém que a casada tenha seu confessor certo e este seja pessoa grave e conhecida e de aquelas religiões¹⁷² que mais florecem no lugar donde viver. Muitas senhoras de grande estado vi confessar com os curas e párocos de suas freguesias, que, quando eles sejam homens doutos e sisudos, julgo por excelente costume, pois, como até na eleição do confessor pode haver desacerto, discreta resignação e desconfiança seria não fiar de seu juízo cousa tão importante e seguir aquela que a Igreja tem feito, entregando sua consciência à pessoa a quem as entrega aquele a quem Deus e seu vigário as tem entregado.

Tenham as senhoras toda a piedade e compaixão dos pobres e afligidos, mas umas devações a beatas e beatos extravagantes não levarão jamais meu parecer. Senhor N., freiras veleiras¹⁷³ que não sejam as serventes dos conventos conhecidos, velhas alumiadas¹⁷⁴, gentes professoras de novidades que trazem orações e devações de tantos dias, com tantas candeias e de tal cor, porque logo Deus (como elas dizem) lhes mostra o que há-de ser, requeiro a V. M. que tal cousa não admita.

Galantemente o advertiu o nosso Sá nos seus *Vilhalpandos*¹⁷⁵, espelho de graça e cortesia, quando a velha que ensinava a matrona mandasse nove moças em romaria com velas de cera virgem para abrandar a condição do filho travesso, torna a fazer a velha aquela tão estremada lembrança: *Ouvis, senhora, a cera das velas convém que em todo o caso seja virgem; que as moças, quer o sejam, quer não.* Tais costumam ser de ordinário aquelas suas devações, tais as circunstâncias em que elas põem a força de sua virtude.

¹⁷² Ordens religiosas.

¹⁷³ Criadas de conventos de freiras para serviço fora do convento.

¹⁷⁴ Iluminadas sobrenaturalmente. Apesar da sobreposição do conceito com o castelhano «alumbradas» e das evidentes reservas de D. Francisco em relação às «beatarias» femininas, não parece tomar aqui o termo «alumiadas» exactamente (ou exclusivamente) no sentido restrito do conceito castelhano que, na época, remetia para um complexo e específico enquadramento religioso e moral (veja-se, por todos, Álvaro Huerga, *Historia de los alumbrados*. Madrid: Fundación Universitaria Española, 5 vols., 1978-1994). A totalidade desta e das frases seguintes parece englobar uma ampla crítica, presente em diversificados textos da época, contra certo tipo de «donas» como as que evocou Mateo Alemán em *Guzmán de Alfarache*: «... una buena dueña de tocas largas reverendas; que suelen ser las tales ministros de Satanás, con que mina y prostra las fuertes torres de las más castas mujeres; que por mejorarse de mongiles y mantos y tener en sus casas otras de mermelada, no habrá traición que no intenten, fealdad que no soliciten, sangre que no saquen, castidad que no manchen, limpieza que no ensucien ni maldad con que no salgan. A ésta, pues, acariciándola con pálabras y regalándola con obras, iba y venía con papeles...» (ed. cit., Livro I, cap. II). Exemplificação perfeita desta figura é a personagem Marialonso da novela cervantina *El celoso extremeño*.

¹⁷⁵ Sá de Miranda, *Os Vilhalpandos*, in *Obras Completas*, ed. de Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa, 1977, cena II (Fausta-Pompónio), 188-9 (Prestage, ed. cit., p. 80 transcreveu toda a cena).

Umás a que chamam madres, que se prezam de dizer cousas em segredo, se se casará, se terão filhos, se será o marido governador de tal parte, se ficarão viúvas cedo, benzem enfermos, vão a Santo André, gastam rolos¹⁷⁶ com seus nós todo o ano, afirmam que a alma do parente não esteve mais que três dias no purgatório, guardar, senhor, de tudo isto como do próprio inferno.

Vejo que já me estão perguntando como se haverão em o trato dos frades? Responderei com a resposta de bom cortesão, ou aconselharei o seu conselho. Dizia este, sendo assi perguntado: *Olhai, eu sou amicíssimo dos frades; se não são bons, não lhes quero dar ocasião em minha casa para que sejam piores; se são bons, não lhes quero dar ocasião em minha casa para que o não sejam, de sorte que sempre os amo e sempre os escuso*. Outro, mais escrupuloso, dizia que em quatro partes lhe pareciam bem os religiosos: altar, púlpito, confessional; e, perguntando-lhe qual fosse o quarto lugar, respondeu: *Pintados*.

Lícito é que o parente religioso veja a mulher de seu parente ou sua parenta. Venha a casa, ajude a alegrar nas ocasiões de contentamento e a consolar nas de desgosto, componha a discórdia, se aconteceu entre os casados. Que o mesmo faça o prelado da religião, o homem douto e virtuoso dela; assista-lhes o marido, dê autoridade a suas visitas, que então fica a prática mais universal e a visita mais solene.

Enfada-me (e é para isso) o modo de alguns homens que, em lhe chegando frade ou pessoa de que eles não gostam à sala, já o encaminham para Dona fulana e, por se verem livres da impertinência ou petitório de alguns de tais mensageiros, lhos lançam à pobre mulher como quem lança odre de vento a touro, em que desbrave. É este um mal considerado remédio.

¹⁷⁶ Rolos: «peças longas, redondas em todo o comprimento, à maneira de uma vela» (Domingos Vieira, s.v.). A oferta destes rolos e orações na sua presença devia ser uma prática relativamente alargada nos meios femininos aristocráticos da época. A correspondência de D. Joana de Vasconcelos e Meneses para o seu marido, D. Diogo de Lima, soldado participante na campanha do Alentejo em 1644 (e futuro visconde de Vila Nova de Cerveira) mostra bem essa prática feminina (aparentemente reprovada por D. Diogo de Lima): «todas estas medidas me mandai sobre sirro que sam pera mandar fazer hum rolo pera rezarem com elle as orazonis que mando fazer por uos...»; «torno-uos a pedir meu bem que não aia a a falta em me mandares estas medidas que uos peso que cuido uos aueis de persuadir sam pera alguma feitisaria e por teima uosa uos iuro que não são pera mais que pera mandar fazer hum rolo do mesmo tamanho pera as (andar) deante de nosa senhora quando Rezarem huas orazonis por uos» (Ana Lúcia Pinheiro de Oliveira, *Cartas de amor. Correspondência de D. Joana de Vasconcelos e Meneses para seu marido D. Diogo de Lima (1642/1644)*, Dissertação de Mestrado (dact.). Faculdade de Letras do Porto, 1997, vol. II, 77-78).

Também o ser descortês com os religiosos e estar como potro espantadigo, tendo medo de qualquer argueiro que voa pelo ar, é andar muito por ele. A mulher se desconfia vendo o pouco que fiam dela¹⁷⁷, escandaliza-se a casa, o senhor se afronta e nada fica melhorado.

Reduzira, finalmente, as beatarias da mulher casada em ser muito amiga de Deus, muito temerosa dele, estudar nas obrigações de seu estado; ouça a missa no seu oratório à semana e, se ao domingo quiser ir à igreja, é bem louvável. Vá, e não às de maior concurso. Os dias de festa será conveniente acompanhar-se da parenta e da amiga, ir cedo e não entrar na casa de Deus com o mesmo estrondo que se entrara em uma batalha, destroçando e atropelando o povo, que se queixa e as murmura. Esta é manha de algumas senhoras e não por certo boa manha. Não seja a última que saia, nem a primeira.

Tinha também que dizer a umas que comem nas igrejas para ficar para a tarde, a outras que sem propósito se levantam mil vezes cada hora a rezar de joelhos, não sendo tempo; mas parece apertar muito, fique pelo menos sabido que não esquece.

O uso das penitências, para quem as usa, é saudável. Na mulher que as aprende, convém que se moderem¹⁷⁸. Há uns casados tão indiscretos que se desviam da mortificação quando algum a quer receber. Isto não deve ser assi, porque quem ama a pessoa muito mais deve amar o espírito. A mulher

¹⁷⁷ Veja-se *supra*, «Introdução», pp. 23-25.

¹⁷⁸ O problema das penitências femininas está presente em diversos tipos de textos anteriores a este, quase sempre enquadrado na discussão em torno do lugar próprio das ocupações e das devoções da mulher casada. Mas aqui faz especialmente sentido evocar, como exemplo que ilustra bem (e até ultrapassa) o alcance dos «avisos» de D. Francisco, uma das cartas de D. Vicente Nogueira ao Marquês de Niza, datada de 29 de Setembro de 1650, em que se refere às penitências da mulher deste: «A Senhora Marquesa minha Senhora he grande serva de Deos. e grande santa. mas temome que maltrata *muíto* sua saude com as penitencias. *que* são improprias no seu estado *que* he o de casada com hum grande Senhor. e assi todo o seu jejuar, e ajoelhar se fora seu confessor, lhe houvera com preceito, de converter em mais dez escudos de esmola: importando sua vida tanto a V. S. que he seu senhor e cabeça e tanto á criação de seus filhos, e governo de sua família e fazenda, o que tudo padece nas suas curas e idas das caldas, principalmente que se tão moça começa a ser achacosa, podese temer *que* na mea idade, inda antes *muíto* da velhice, caya entrevada. e V. S. tem obrigação de atalhar todos estes inconvenientes sobre *que* com o P.e António Vieira tenho discurredo horas inteiras (...) e V. S. *muíto* sem escrupulo lhe ponha preceito nas penitencias, não deixandohe fazellas, senão *muíto* moderadas. e *muíto* ligeiras. que em al vay o ser christãa. quero dizer: no estar sempre amando a Deus, com tello vivo e presente na memoria (...) com ser pacientíssima (...) com a compaixão e doerse, do que não pode dar aos pobres: com ser humilíssima enfermeira...» (*Cartas de D. Vicente Nogueira* (ed. de A. J. Lopes da Silva). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929, 238-9).

boa que sem excesso se mortifica é digníssima de que se lhe dê todo o azo e licença para que prossiga em sua oração e mais exercícios santos. Ao marido o mesmo [que] à mulher¹⁷⁹, que o contrário é amar a gentildade.

Duvido (ou não sei se não duvido) de que seja conveniente a amizade de casadas com freiras. Isto podia ser mais e menos tolerável segundo fosse mais ou menos frequente. Por cousa tenho senhoril ter boa amizade com uma religiosa, que as mais delas ou são santas ou discretas, curiosas e pessoas de estima¹⁸⁰, quando o negócio não chegasse a amores impertinentes, escritos de cada dia, ciúmes de cada hora, presentes e viagens de todo o ano. O mais, como digo, antes fora bem permitido e que a casada mandasse à freira seus presentes por festas e a visse por festa. O mesmo a seu confessor, ao prelado conhecido do convento reformado. Fez Deus aos ricos tesoureiros dos pobres e assi é razão que se deixem usar deles como de acredores seus.

Não tenho aqui que dizer mais e antes cuído que fui sobejo; salvo se acrescentar um aviso de cousa com que há muito que tenho azar, a qual é ver a umas mulheres andar sempre fazendo festas, pedindo-as, prometendo-as e aceitando-as, com o pretexto que elas querem. Falei já no servir a Deus, quão bem parecia, mas nesta matéria creio que há não pouco inconveniente, porque às vezes uma senhora, a troco de se não escusar de receber uma capela e um ramallete em uma salva, cuidando que se apouca em a não aceitar, a aceita e põe despois seu marido em maior vergonha, ou não fazendo a festa, ou fazendo-a mal, do que ela se ficara escusando-se dela. Até a estas cousas alcança a obediência que aos maridos se deve.

Ande a mulher toda vestida e sempre composta por sua casa e jamais a vejam seus criados em hábito indecente. Como para ela não é bem que haja outro mundo que seu marido, creia que assi convém aparecer a seu marido como se aparecera a todo o mundo.

Estou de candeias às avessas com um novo costume de umas capinhas, que não sei donde vieram, porque me não lembra que tal visse em nenhuma

¹⁷⁹ Na primeira edição está «Ao marido o mesmo a mulher».

¹⁸⁰ Esta referência de D. Francisco (que vimos tão cuidadoso em relação às «beatarias» da mulher casada) é muito significativa e vai ao encontro de outros testemunhos da época que referiam, de um modo geral, as virtudes das freiras portuguesas, num quadro mais vasto da valorização das virtudes morais e ascéticas dos claustros femininos, sobretudo alguns dos que acolhiam as filhas da alta nobreza, como o franciscano convento da Madre de Deus e o dominicano da Esperança em Lisboa, entre outros.

parte. Ora seja ou não seja de outra nação, ele não é traje autorizado nem (a meu juízo) decente e já tão vulgar que isso mesmo pudera ser o seu desprezo, podendo-se com mais razão dizer pelas tais capinhas o que dizia um pechoso¹⁸¹ pelas violas que, sendo excelente instrumento, bastava saberem-no tanger negros e patifes para que nenhum honrado a pusesse nos peitos.

Chega o desatento a tanto que neste traje se aceitam visitas e é cousa muito para evitar por ser tão pouco airosa para quem a oferece como para quem a recebe. Ambas as pessoas desestima quem a sua mostra sem compostura a outra pessoa, ao que bem aludia um cortesão que, sendo convidado de um amigo e dele mal agasalhado, lhe disse: *Não cuidei que éramos tão amigos.*

Há homens fáceis em mostrar a seus amigos sua mulher e, suposto que este costume diz simplicidade de ânimo e é usado entre os estrangeiros, todavia nem hoje está o mundo para que um só queira ser esse simplíssimo, nem ainda nesses que o costumam fazer deixam de estar sucedendo casos que os puderam mui bem haver feito mudar este costume.

Convidava (em Espanha era) um senhor principal e bem casado a alguns amigos seus de alta condição; quis que vissem sua mulher; ela se escusou, mas enfim a visitaram. Depois à mesa quis seu marido que ela também comesse e honrasse os hóspedes; retirou-se e, sendo apertada com recados, respondeu em sua própria língua: *Dezid al Duque que si me hizo baxilla no me hará vianda*, mostrando com agudeza castelhana que já que como baxela a fizera ver a não quisesse também facilitar como iguaria.

Que o senhor leve algumas vezes o parente, o amigo, o ministro, o prelado, o estrangeiro e homem douto e, principalmente, o homem bom a sua casa e lhes faça convite, não só o não estranho mas o louvo. É cousa honrada e que faz os homens benquistos. Não deve evitá-lo sua mulher, antes, com todo o concerto decente, dispor que se ministre, honrando a seu marido naquela acção com que os muito ásperos se obrigam, porque os corações nobres muito mais se satisfazem de ver que se ama o que eles amam do que ainda de serem por si mesmos amados.

Hei-de dizer aqui de umas que se prezam de matronas e quer bem, quer mal, elas querem ser os senhores de suas casas. Estas pretendem sua maioria por muito honradas, por muito sabedoras ou por muito ilustres e, às

¹⁸¹ Do espanhol *pecho*, significando o rabugento que tudo censura (Domingos Vieira, s.v.).

vezes, sem nenhum destes extremos, elas se dão tal manha que a conseguem, especialmente dos maridos bons, simples e divertidos.

Vigie-se logo ao princípio aquele que tais pensamentos descobrisse em sua mulher, porque, se lhe vir que uma vez deixa senhorear-se, tantas o tentará até que de todo ela seja senhora e ele servo. Dizia um em tal caso a sua mulher: *Senhora, hei-vos de levar à casa de vosso pai e hei-de demandá-lo por justiça que me dê minha mulher.* E perguntando ela: *Porquê?* Respondeu ele: *Porque vós não sois minha mulher, senão meu marido.* E a mim me dizia um discreto e galante casado que deixarem as mulheres de mandar seus maridos era impossível, mas que o que estava à conta dos homens honrados era fazerem que isto fosse o mais tarde que pudesse ser. Eu não me contentara com menos, senão que nunca fosse, dando por mui bem escusadas essas matronerias.

Desejei de mandar uma cadeia de ouro a uma casada que, estando chovendo e ela para ir fora, quando já se molhava muito bem e lho advertiam os criados, chamou um pajem e lhe disse: *Dize a teu senhor que me mande dizer se chove, porque me não fio destes, nem de mim, e escusarei de sair.* Ó que discretíssima ignorância! Ó que invenção de obediência, tanto para ser obedecida!

Parece, senhor N., que nos vamos esquecendo das cousas picantes que dão mais contentamento e são salsa das outras e, de verdade, não menos necessárias.

Ainda não falei do tráfago da casa. Isto é cousa que requer muito tento. Quisera eu as casas de um só gargalo¹⁸². Muitas portas, muitas serventias, não aprovo. As casas dos reis e príncipes tem infinitas guardas e porteiros; com isto se defendem de inconvenientes, como quem põe estrepes em muro baixo. As casas dos fidalgos particulares, que não podem ter esses porteiros e portarias, necessitam de alguns criados velhos e fiéis a quem seus amos constituam vigias e sentinelas de seu decoro. Mas neste caso não descarregue neles todo o cuidado o marido, porque assim como na guerra (e eu o estou aqui vendo e ouvindo nesta torre) costumamos pôr soldados de posta e nem com tudo isso se contenta a disciplina militar, senão que lança

¹⁸² Assim quis, de um modo extremado, Filipo de Carrizales na novela cervantina *El celoso extremeño*, ao escolher uma casa com uma só porta para a rua e, além disso, com torno. A comédia de Calderón, *Casa con dos puertas mala es de guardar*, também o poderá, a seu modo, exemplificar.

roldas e sobreroldas e sobre elas vão depois os oficiais a ver e vigiar o que fazem e o que vigiam os soldados que vigiam, assi nem mais nem menos deve o senhor da casa roldar e vigiar sobre os criados a quem entrega o cuidado de sua honra.

Negras e mulatas que saem fora não tivera. Soem ser fecundas e inçam uma casa de tantas manchas (a meu ver) como delas nadem, porque parece feia cousa andar uma tão vil licença aos olhos da senhora e das criadas. Negrinhos, mulatinhos filhos destas são os mesmos diabos, ladinos e chocarreiros, por castanhas trazem e levam recados às moças e são delas favorecidos. Ciganas, ermitoas, adelas, mulheres que vendem garavins e bolotas para lenços, outras que trazem doces e os dão mais baratos do que valem, tudo é malíssimo. Mudanças é peçonha. Lavadeiras, ramalleteiras, umas que vendem e são freguesas e com quem as criadas em um instante armam contas de razões que lhes trocam, mostrando que não podem viver sem elas, são gente bem escusada; os que adivinham, os que benzem, os chocarreiros, e mais os dos príncipes, costumam ser atrevidos, pelas entradas que lhes dão sem tento. Uns trejeitadores, outros que fazem pregações, que arredam animais e gentes, são peçonha refinada. E as que em tudo o são, são umas que vendem dices¹⁸³, águas de rosto, tiram pano, fazem sobranceiras com linha, alimpam o carão¹⁸⁴ com vidro, homens de linhas, bofarinheiros, mulheres que pedem para uma certa missa de esmolas, outras para amparar uma órfã. Tudo isto, senhor, é uma casta de gente que ferve ao redor das casas grandes assi como peixe que anda à lambujem da pedra. Apartam-se com dificuldade, sofrem-se com perigo. Seu estorvo requer tanta força como indústria, porque cada uma destas criaturas pela maior parte não cuida senão em enganar, levar, roubar, mentir, dar novas e às vezes (e não poucas) em fazer muito ruins mensagens e trazer outras, em dano e descrédito das casas donde se consentem, que não seja a de V. M.

Tinha um homem principal sua filha donzela doente; guardava-a muito. Havia quem lhe quisesse bem. Escrevia-lhe, revolviam-se o papel e sobre ele se armava um ramallete. Vinha uma ermitoa, falava ao pai, dava-lhe aquele ramo da parte de tal santo; levava-lho ele mesmo com grande gosto e era o próprio corretor de sua filha, servindo-lhe por sua mão a peçonha dissi-

¹⁸³ Do castelhano «dixe»: enfeites.

¹⁸⁴ Na *Feira de Anexins*, no conjunto das metáforas e jogos de palavras a partir de *cara*, surge uma vez o termo *carão*: «Pois lindo carão logra para fêmea» (*A Feira de Anexins*, ed. cit., 55).

mulada naquele ramalhete. Quem tal havia de cuidar? Quanto por este, bem se podia (e por muitos) dizer o que diz o romance: *El aspid anda en las flores, alerta, alerta, zagales*, tomado de aquele adágio latino¹⁸⁵, que entre as ervas mimosas latia o aspid¹⁸⁶ peçonhento.

Costumam alguns homens de grande sorte introduzir suas mulheres em suas pretensões, entendendo quantos grandes negócios se acabaram já por elas. Poucos são os casos, a meu juízo, em que me pareça lícito ficar um homem passeando e mandar a sua mulher que vá falar e requerer por ele. A prisão do marido, a honra de sua casa, do seu ofício, do seu título, a vinda do marido ausente e risco de morte do filho, estas são, e não outras, as cousas que farão lícita esta diligência, sempre perigosa e não sempre proveitosa.

Um certo ministro grande costumava dar audiência às senhoras fora de sua casa, em um lugar tão decente que era demasiado recolhido. Levaram ali dous fidalgos suas mulheres para semelhante negociação e, deixando-as lá, se saíram logo. Viam isto outros e então disse um deles: *Certo que fulano e fulano não fizeram bem de se saírem, porque, estando ali, autorizavam o seu negócio*. Respondeu outro: *Ride-vos disso, que fulano e fulano não são dos que querem autorizar o seu negócio, são dos que querem fazer o seu negócio*.

Nunca será bem acabada de louvar aquela sentença tão repetida do discretíssimo Conde de Vimioso¹⁸⁷: *Quem perde a honra pelo negócio, perde o negócio e mais a honra*¹⁸⁸.

Senhor N., nenhum prudente, nenhum honrado pretenda com riscos suas melhoras. Que há-de ganhar do porvir quem logo de antemão entra perdendo? Os bons mercadores seguram as encomendas de mor valia.

Seja a mulher honrada como dizem que é o Corpo Santo, que não aparece senão nas grandes tempestades e sempre para remédio delas. Acuda

¹⁸⁵ Adágio já identificado por Edgar Prestage, *Carta*, ed. cit., n. 63 («Latet anguis in herba», usado por Virgílio).

¹⁸⁶ Áspide: pequena serpente venenosa.

¹⁸⁷ Refere-se ao primeiro Conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal (m. 1549), filho natural do Infante D. Afonso que depois foi Bispo e Cardeal (cf. *supra*, n. 148), poeta e um grande cortesão. As suas *Sentenças* e poesias foram publicadas em 1605 pelo seu neto D. Henrique de Portugal. Esta sentença já foi identificada por Prestage, n. 64, com base na edição de Mendes dos Remédios, Coimbra, 1905, 21.

¹⁸⁸ D. Francisco usara já esta sentença, mas em castelhano, no seu *Theodosio del nombre, segundo Príncipe de Bragança* (1648). Cito pela tradução portuguesa de A. Casimiro, ed. cit., 200: «quem pelo negócio perde a honra, perde a honra e o negócio».

aos males de sua casa, aos trabalhos de seu marido e de seus filhos, procure salvá-lo e salvá-los deles, seja sua voz, não seu requerente; possa ser instrumento ao remédio da necessidade, não ao logro do interesse.

Obrigam-se muito as casadas de que seus maridos lhes contem o que sabem e o que ouvem e o que passa pelo lugar. Que os homens sejam secos é meio caminho andado para serem aborrecíveis; que sejam faladores, é todo o caminho andado para serem desprezados. Deve-se eleger um bom meio, de sorte que a mulher não cuide que seu marido a tem em pouca conta, nem que ele faça de maneira que em outra semelhante seja tido dela. As mais logo trazem decorado aquele rifão: *Quem me a mi quer bem, diz-me do que sabe, dá-me do que tem.*

Guarda-se o discreto de contar a sua mulher as histórias passadas de seus amores e de sua mocidade. Causam assi dous males: darem a conhecer às mulheres a fraqueza de seu natural e entenderem como há outras pelo mundo que se deixam enganar facilmente.

Por nenhum caso se lhes sirva o prato da leviandade alheia e, naquelas cousas tão públicas que se não puderem negar, pelo menos se desculpem ou se desviem. Mostre-se sempre horror a tais sucessos e, havendo de praticar neles, carregue a culpa e causa à parte do marido e a da mulher se desculpe, dando assi a entender que aquele que for bom marido sempre terá mulher boa, como de ordinário sucede, e ele o espera de si e da sua.

Algumas vezes vemos que a casada de grandíssima honra trata e acompanha confiadamente com outras de não tão igual fama. Haja nisto grande tento e o melhor será escusá-lo de todo. A reputação é espelho cristalino, qualquer toque o quebra, qualquer bafo o empana¹⁸⁹. Elas, quanto são mais seguras em seus procedimentos, se aventuram, pode ser, a mais tratar as que o não são. O vulgo, sempre cego, não sabe distinguir, ou não quer, o bem do mau. As mais vezes quem atira não dá ali adonde atira, mas dá perto do lugar adonde atira. Assi os maldizentes, indo a acusar a uma pessoa, não acertam logo e porventura infamam as que andam junto dela.

Valho-me sempre das cousas naturais e assombro-me certo neste caso, considerando que uma só gota de tinta que caia em uma redoma de água claríssima basta e sobeja para a tornar turba e que, para aclarar e deixar

¹⁸⁹ Uma versão deste adágio figura no *Vocabulario* de Gonzalo Correas: «La onrra i la muxer es como el vidrio, ke al primer golpe se kiebra» (Louis Combet, *Recherches sur le «Refranero» castillan*, ob. cit., 393).

limpa uma redoma de tinta, não basta uma pipa de água clara. Assi costuma ser a má e a boa fama, que a muito boa não pode acabar de purificar a ruim e a ruim logo empece à muito boa. Noutra lugar disputo eu largamente: porque se nos não pega a saúde, assim como se nos pega a doença? Notável cousa por certo! Agora me contentarei com dizer o que o nosso moral: *O bem não é como tinha, o mal pode ser que si*. Aparte esta contenda a prudência do marido. Contava um que costumava a se haver neste caso com excelente destreza, instava de contino à mulher que visse, buscasse e andasse com fulana e fulana, de quem ele tinha satisfação, porque com estas persuasões ficava adquirindo nova autoridade para estorvar que se não visse, buscasse e andasse com fulana e fulana de quem ele não era satisfeito.

Gabar à mulher a fermosura de outras, as mais delas o tem por descortesia; assi o ar, a graça e as mais boas partes; mas como nisto não houvesse excesso, seria sofrido. Dem-lhe todavia regra a condição, idade, parecer e boas qualidades da mulher própria, porque as que destes dotes são abundantes podem ser mais confiadas.

Um fidalgo, praticando com sua mulher, na qual era sobeja a gentileza e a discrição que faltava nele, exagerava por extremo a fermosura e partes de outra mulher. Sofreu a própria quanto pôde e, vendo sua demasia, lhe disse: *Não quisera mais para me vingar das invejas que me fazeis com fulana que vê-la casada convosco, para vos não parecer nada disso e para ver como ela se havia quando vós me gabásseis outro tanto*.

Não se nega porém ao marido que se possa mostrar galante com as damas e senhoras quando a ocasião for de galantaria, porque esta obrigação é de bom sangue; e como não seja viciosa, antes virtude, pelo menos política, não obriga contra ela o matrimónio. As próprias mulheres, se são generosas, folgam que seus maridos se mostrem cortesãos donde o devem ser¹⁹⁰.

Estavam os Reis Católicos para sair fora e a Rainha, à janela, viu passar o cavalo de El-Rei e que, igualando-se com a sua égua que já ali estava, não fizera nenhuma bizarria. Bradou donde estava a Rainha e, chamando o estribeiro-mor, lhe disse que logo mandasse cortar as pernas àquele cavalo porque não levava gosto que El-Rei tornasse a subir nele. E perguntando-lhe o estribeiro-mor que razão daria a El-Rei de um tal feito, lhe respondeu:

¹⁹⁰ Desenvolve agora a questão já afluada *supra*, num tom que parece remeter para o da já citada *Arte de Galanteria* de D. Francisco de Portugal.

Porque pasó sin relinchar a uma yegua tan hermosa como la mia, y cavallo que es tan para poco no hará cosa buena.

Estas galantarias do marido não podem ser recíprocas para a mulher, que tem muito menores licenças, sem ter alguma razão de queixa, como acontece que uma cidade tem muito menor comarca que a outra e nem por isso terá justiça para a pretender igual. Não gabe a mulher a outro homem diante de seu marido, salvo de aquelas cousas que, tidas ou não tidas, vem a ser a mesma cousa.

Permite-se-lhe ao casado moço ser loução e usar de todos os adornos de sua pessoa que a um homem são decentes. Supomos que aquele é estado a que se dirigia e, assi como no estado estão todas as cousas em maior perfeição que no augmento ou declinação, assi ao casado são lícitas todas as cousas pertencentes à perfeição dele. Os cheiros, as galas, os regalos para os casados e para os namorados se fizeram, porque se deixa entender que aqueles empregos nagem do cuidado da mulher ou da dama, com o que se qualificam melhor que se do próprio cuidado do varão naceram.

Estas são das cousas que também trocou o uso e, de verdade, não cuidou que viciou, quando as não melhorasse. Os nossos velhos diziam que o homem havia de cheirar a pólvora e a mulher a incenso. Aludiam à religião e milícia em que os queriam a eles e a elas ocupados. Não há muitos anos que uma senhora principal, e não pouco gloriosa, tachava os perfumes de um cortesão; ele, sabendo-o, lhe mandou dizer que acabasse sua senhoria consigo o cheirar a incenso que ele acabaria logo consigo o cheirar a pólvora.

O concerto dos aposentos do senhor, o asseio de sua pessoa, finalmente, estas cousas que os antigos desprezavam, hoje são lícitas e não tem o vício em seu uso senão em seu abuso. Façamos diferença de lindos a concertados.

E porque não nos desconsolamos de todo com os costumes modernos, nem os que se prezam de severíssimos nos queiram confundir com a pureza dos antigos, como se poderá crer que naquele reinado de el-rei D. Sebastião em que os homens se fingiam de ferro por contemplação dos excessos de el-rei era costume andarem os fidalgos mancebos encostados em seus pajens como hoje as damas? E chegava a tanto aquele mau costume que quando os que jogavam a péla passavam de uma casa para outra o não faziam sem que lhes chegassem os pajens e neles se encostassem. Diziam *haã*, fazendo-o muito comprido e os mais falavam afeminado, por uso daquele tempo. Sendo isto assi, não há para que condenar os costumes pela

idade senão pela qualidade, nem é justo desprezar o presente por engrandecer o passado.

Tenho por muito digno de repreensão o andar por casa descomposto. Persuadira, a não ser molesto, que fosse o mesmo traje o da casa e o da rua. Verdadeiramente, o homem em seu hábito parece que tem outra grandeza e império. Prova-se bem com os reis e os grandes: aquele criado de que mais confiam é o que admitem à sua presença quando estão descompostos, como que necessita de amor e fidelidade quem houver de guardar inteira reverência a um homem descomposto.

Alguns há tão pouco advertidos que requebram suas mulheres à mesa diante de seus criados, agora com as palavras, agora com os meneios, e de todos os modos indigníssimo, porque igualmente ofende a modéstia dos homens e a honestidade das mulheres. Tenha este excesso sua contradição na mulher, quando não tiver sua advertência no marido.

Passo a estranhá-lo também para com os filhos. Vi um dia a um grande general rodeado de muitos homens grandes que o seguiam abrir o corro de todos e lançar a correr por receber um filhinho seu que o vinha buscar, e beijá-lo em presença daquele concurso, que todo se estava olhando e admirando de que uma tão grave pessoa pudesse tão pouco consigo. Digo a V. M., senhor N., que, se poder tivera, lhe tirara logo o ofício, porque o ânimo dos homens não se vê quando resistem àqueles afeitos que aborrecem senão quando vencem aqueles que amam. Dirão a isto os pais que os que o não são não podem dar regras a seu amor. Eles dirão o que quiserem, mas eu não direi outra cousa e todos sabem que muito melhor conhece os lanços do jogo aquele que o vê que aquele que o joga.

Ora, pois falamos em filhos, acabemos o que há que dizer acerca deles.

Desejá-los é tão justo como merecê-los, mas não obrigue este desejo a fazer demasias. Nos moços deve de haver uma boa confiança. E já que nos servimos dos ditados, não vem aqui mal para escusar mais leitura aquilo que se diz: *A Deus rogando, etc.*¹⁹¹. Escuso-me de acabar o adágio porque de todos é sabido.

Mezinhas, caldas, devações, frades que benzem, freira que toca, físicos estrangeiros, quintas essências, bebidas desusadas, emprastos desconhecidos, de tudo isto nos livre Deus a V. M. Muito faz aqui a hombridade, muito

¹⁹¹ «A Deus rogando e com o maço dando», ou «no ferro dando», como já identificou Prestage, *Carta*, ed. cit., n. 67.

mais a cristandade. Pôr nas mãos de Deus, tomar delas o que vier, que sempre é mais a propósito que nossos desejos¹⁹².

Ora, os filhos nascidos, guarda de contar graças nem estremecer sobre eles. Tudo isto os faz mal criados e aos pais é de pouca opinião. As mães querem que os maridos os tragam e folguem com eles; quando V. M. caia nesta venialidade, seja a modo de ofícios em igreja interdita, quero dizer, a portas fechadas. Não é cousa pertencente a um homem ser ama nem berço de seus filhos. Fazer-lhes aqueles seus momos, falar-lhes naquela sua linguagem, tudo é indecente. Basta que os veja e ame e lhe procure todo o regalo e boa criação. Essoutras figurarias são próprias das mães, a quem se não há-de tomar em nada o modo, nem o ofício.

Bofé que me lembrou agora uma cousa que me não há-de ficar no tinheiro, mas que todo não venha a propósito. Tinha um ministro muito lisonjeado um certo filhinho seu que costumava vir a um aposento cheio de grandes pretendentes. Havia entre eles um muito grande nos anos, na pessoa e no estado e, mais que tudo, nos interesses. Era este o que mais praticava com a criaturinha e tais cousas lhe fazia fazer o espírito mau da lisonja e adulação que trazia no corpo que dizia outro pretendente por ele: *Certo, muito é que o interesse faça mais parvo a fulano com os filhos alheios do que o amor nos faz a nós com os nossos.*

Vá mais por jogo que por conselho. Quando, senhor N., Deus der filhas a V. M., não lhes consinta mais que um só nome liso, aquele que lhe ditar a devação ou obrigação. Tenho por grande liviandade esta ladainha de nomes (dissera melhor, carta de nomes) que hoje se usa, pondo em camouço uns sobre outros, deixando os de mais barafunda para o cabo. Deram as mulheres nesta nova casta de damaria e acontece que a que nasceu e se criou mera Domingas ou Francisca lança sobre si meia dúzia de Jacintas,

¹⁹² Estas observações de Melo — cujo alcance os leitores da época compreenderiam sem dificuldade — retomam críticas que se encontram em diversos textos anteriores (por exemplo, o citado *Norte de los Estados* (1531) de Francisco de Osuna, o *Tratado de la Tribulación* (1588) de Pedro de Ribadeneira, a *Microcosmia* (1592), de Fr. Antonio de Camos, entre outros que abordam o problema da esterilidade, como pude mostrar em *Espelhos, cartas e guias*, ob. cit., esp. 77s. e 271-2). Os termos de D. Francisco são quase coincidentes com os da crítica do jesuíta Gaspar de Astete na obra *Del gobierno de la familia y estado del matrimonio* (Valladolid, 1598, 97-98), quando censurou as mulheres que, em vez de rogar a Deus com «oraciones, ayunos, limosnas y otras buenas obras», «acuden al demonio y a sus ministros, consultan con hechizerias, procuran remedios extraordinarios, y toman medicinas dañosas para el cuerpo, y para el alma, y hazen otras cosas en que peccan mortalmente».

Leocádias, Michaelas, Hipólitas e outros nomes esdrúxulos, só porque viram chamarem-se assi, pouco mais ou menos, a suas vizinhas.

Acho graça nesta história. Fora a bautizar em um lugar desta minha vizinhança a filha de um escudeiro e, porque ouviu que a outra de um título tinha sua mãe mandado pôr na pia três nomes, como a ele lhe custava barata a grandeza, içou um furo mais à vaidade e mandou bautizar a menina com quatro nomes. Ouviu-os todos o cura e disse aos padrinhos: *Senhores, escolham um só nome que sou fraco de memória, ou juro a tal que lha bautize sem nome ou lha mande para casa como veio até que lá se resolvam no que melhor lhes parecer.*

Parece que me ia esquecendo de uma cousa que julgo digna de advertência e para que pode ser que fosse advertido de quem sabe que escrevo este papel. Costuma haver excesso nos maridos por dous modos quando suas mulheres se acham naquela hora do parto; uns que as servem e assistem melhor que as próprias comadres, outros que como inimigos fogem delas. Dizia um destes com travessura que, se casasse, não havia de ser senão em Julho. E sendo perguntado: *Porquê?* Respondeu: *Porque se for tão mofino que minha mulher haja de parir, seja em Março e possa eu achar embarcação para a Índia, donde me irei antes que vê-la em tal estado.* A boa ou não boa vontade que se tem à mulher dará aqui o melhor conselho. Também o natural do marido puxará muito por ele. Não reprovos aqueles que tudo querem ser naqueles casos, reprovos os que não querem ser nada. O sair de casa é repreensível, porque pode haver mil sucessos para que sejam necessários. Bastará estar cada um no seu aposento e receber nele com igual constância as ruins ou alegres novas.

Hei-de alegrar tamalavez¹⁹³ esta matéria com um dito de certo senhor castelhano. Era general e lhe pedia um seu capitão licença por escrito para se ir achar em casa ao nascimento de um filho. Pôs-lhe por despacho: *Al tener el hijo quisiera yo hallarme en mi casa que, al nacer, poco importa.*

A miséria dos tempos, que em tudo vão para trás¹⁹⁴, tem feito que as amas, que antes eram mulheres honradas, se hajam hoje trocado a vilãs bem dispostas. Já viemos das mães para as amas e agora das boas amas imos para as ruins. Enfim, é uso, vá com ele, mas contra a natural obrigação das mães, porque,

¹⁹³ Um tanto ou de algum modo.

¹⁹⁴ D. Francisco repete a mesma ideia depreciativa do «tempo de agora», presente em outras obras da época, como referi já na «Introdução».

como disse um sábio, quem antes de nos ver e conhecer nos sustenta nove meses dentro de si, porque, depois de nos ver e conhecer, nos enjeita e busca outrem que nos sustente? Bem folgara eu de ver os filhos de meus amigos mamar bom leite, não só na qualidade do corpo, mas também na do espírito.

A quem foi filho tão bem criado como V. M., pouco ou nada tenho que lhe lembrar na criação dos filhos. Crie-os V. M. como seus pais o criaram, que todos nos daremos por contentes. É também esta matéria larguíssima para discorrer nela e toca verdadeiramente mais a outro intento, porque o que agora levamos é só apontar regras à vida dos casados para que levem suavemente aquele jugo que sobre ambos descansa.

Virá aqui, a propósito dos filhos, isto de filhos bastardos, alfaias certo mui bem escusadas e de não pouco embaraço aos casados; mas que aquele que as tem não pode mandá-las vender ao Pelourinho, é força que digamos sobre isto alguma cousa.

Os naturais, e que não devem nada à fé do matrimónio, são dignos de conservar enquanto não há legítimos. Houve tantos famosos homens, no apelido de V. M. e em outros, deste tal nascimento que não aconselhara se desperdiçassem antes do tempo.

Com os pais acabado me parece que o tenho, nas mulheres é a maior dificuldade. Muitas há de tão generoso natural que agasalham com muita galantaria aos filhos de seus maridos, outras que os não podem ver e os maltratam. Notável foi a fineza daquela Margarida de Valois, rainha da França (que já deixo nomeada¹⁹⁵). Estava no leito com seu marido Henrique Quarto, o Grande (que grande ingrato lhe foi); viu que se lhe afligia por lhe trazerem em secreto recado que estava no próprio paço real parindo do mesmo Henrique Madamusela de Foseuse, dama da rainha e de el-rei. Vestiu-se Margarida e foi assistir ao parto de sua criada que tão mal a servia; tratou de seu regalo e, o que é mais, de sua honra mandando a todas aquelas de quem se ajudou que, sopena de sua desgraça, nenhuma descobrisse este sucesso¹⁹⁶.

Se por esta receita obraram as outras mulheres, bem se lhe puderam confiar os filhos que chamam de ganância. Visto porém que não é assi, seria acor-do criá-los sempre, não só fora de casa, mas do lugar em que se vive; as filhas

¹⁹⁵ Veja-se *supra* n. 144 e 145.

¹⁹⁶ Este episódio foi já identificado por E. Prestage, *Carta*, ed. cit., n. 69. Na já citada tradução castelhana das *Memorias* de Margarida de Valois, vem narrado no livro terceiro, fls. 162v-175r.

em conventos; uns e outros não sejam desamparados nunca que enfim soem ser filhos do amor, a quem se deve boa correspondência e que, por faltos de fazenda e cheios de obrigação de seus nomes, se acham em mil aflições, que todas resultam em dano da honra e da consciência de seus pais. A Índia e a religião costumam dar boa acolhida a este género de gente. Siso será destinar-lha.

Entre aqui a advertência da emenda da vida livre e descomposta que, se antes do casamento compreendeu alguma parte da idade do homem, tanto maior deve ser depois o apartamento dela. Ó senhor, que foge às vezes um libréu que estava preso, quebra as cadeias e corre sem elas, mas lá junto à coleira vai ainda tinindo um fuzil¹⁹⁷ das prisões por que estava preso, com que ainda ele se não dá por solto e livre.

Benzer, senhor, benzer, como do diabo, de cousas passadas, que não de balde, na linguagem das velhas, cousas passadas ou cousas más é tudo o mesmo; nem com os olhos se torne a voltar para elas, nem para ver se ficam lá muito longe.

Com muita razão e boníssima doutrina fingiram os poetas que o seu Orfeu não perigara quando foi ao inferno senão quando depois dele fora quisera olhar para trás. Verdadeiramente, senhor N., que essa é a última perdição: sair do mau estado e tornar a olhar para ele.

Muitos há que não sei em que fiados dão em terem amizades proluxas com freiras; parece-lhes que nada ofendem as mulheres nessa correspondência. Tira-se daqui muito ruim fruto, porque as mais das casadas, começando em zelo do que os maridos gastam e do que se descompõem, acabam em um finíssimo ciúme. Elas tem razão, porque os maridos não farão menos ofensa a suas mulheres divertindo-lhe a afeição que qualquer dos outros cabedais que lhe são devidos e com esse nome de devido se nomeiam, antes será maior a ofensa quanto for a mulher mais de aquelas que só da afeição de seus maridos se satisfazem.

Não quero passar tão depressa por esta palavra ciúme ou ciúmes que, ou dados, ou tomados, significa um humano inferno. Humano, porque vive entre os humanos, e desumano, porque desumanamente trata aqueles entre quem vive ou vivem nele.

Foi questão, e ainda não é conclusão, qual lhe seria pior a um casado, dar ciúmes a sua mulher ou tê-los dela? Escuso-me de averiguá-la; uma e

¹⁹⁷ Elo de metal.

outra cousa abomino. Há muitos que do dar ciúmes não fazem caso e grandíssimo de os receber. O engano, senhor, é manifesto, porque o dar ciúmes, que se despreza, de ordinário assenta sobre grande causa e o recebê-los, que em muito se tem, as mais vezes é imaginação¹⁹⁸; e como as mulheres padeçam ainda menos de fracas que de vingativas¹⁹⁹, acontece que mil vezes produz nelas mais terríveis efeitos a vingança que a fraqueza. Disse bem quem disse que os ciúmes se pareciam a Deus, em fazer de nada alguma cousa. Eis aqui o seu officio, que em todas as maneiras não deve ter lugar nas casas onde viver a discrição e cristandade, porque certo é terrível tormento o que padecem, já os homens, já as mulheres, por esta maldita imaginação, a quem com não menor propriedade houve quem chamasse bíbora, porque em nacendo mata a pessoa que a engendra.

Amoesto a todo o casado fuja esta peste e que aquilo mesmo que para si tão justamente deve de não querer o não queira também para quem ama, ou deve de amar pelo menos. Dizia um discreto que o chegar um casado a dar a entender a sua mulher tinha ciúmes dela era meio caminho andado para que ela lho merecesse, aludindo ao que se diz vulgarmente, que a maior jornada é o sair de casa.

Assi como o direito dizem que tem deixado muitos casos para que não assinou pena por não presumir aconteceriam no mundo, assi o casado deve mostrar-se esquecido de tal pensamento, por não presumir lhe possa ser necessário.

Distingo porém prudentes de ciosos. A prudência precata, desvia e assegura todos os caminhos da suspeita. Nada disto faz o ciúme, antes, para não ser um homem cioso, convém que seja prudente.

Pô-lo-ei mais claro com este exemplo. O prudente é como o capitão de um castelo que traz pelo campo de contínuo suas espias ao longe, vigiando noite e dia seu inimigo, bem que o não tenha, porque quando o tiver o não possa tomar de sobressalto. Este tal vive seguro, come com gosto, dorme com descanso. O cioso é como outro capitão que, temendo-se de tudo o que há e não há, se encerra miseravelmente em seu castelo: o ar que corre lhe faz nojo, a

¹⁹⁸ O melhor exemplo literário desta afirmação é a personagem Felipo de Carrizales da novela *El Celoso Extemeño* de Cervantes, que «de su natural condición era el más celoso hombre del mundo, aun sin estar casado, pues con sólo la imaginación de serlo le comenzaban a ofender los celos...» (*Novelas ejemplares*, vol. II, ed. cit., 102).

¹⁹⁹ Segunda edição: «vengativas».

folha que se move cuida que é assalto e assi, sem honra e sem proveito, cheio de medo e desconfiança, passa a vida ignorando o que é paz e repouso.

Aqui lembro de passo a muitos e muitas que me lerem que quando me virem ser miúdo nas cousas e praticar cautelas que parecem escusadas não cuidem que por nenhum modo é meu ânimo inculcar aos casados o ciúme, antes, por que nenhum o seja, lhe proponho outros tantos meios de segurança, que de todo percam este receio. Quem duvida se deve muito maior agradecimento ao médico que nos dá regras para não perder a saúde que ao que nos dá mezinhas para que, depois de perdida, possamos cobrá-la?

O jogo em todos os estados é ruim ofício, se é ofício, quando não passe de ocupação cortesã e que anda anexa à ociosidade dos poderosos. Eu viera facilmente em que se jogara o lícito, se eu soubera medir até donde era lícito o jogo, mas ainda acho maior dificuldade em poder ter mão nas rédeas da cólera ou ambição de aqueles que jogam, afeitos que jamais se enfream. Sobre uma muito pequena causa se arma uma porfia e sobre ela uma perda de honra ou de vida, porque os homens já não fazem motivo da quantidade da perda senão da qualidade da dúvida.

São tantos os exemplos que não há para que provar os danos do jogo. Olhem-se as lágrimas, escutem-se as tragédias. Era dito de um discreto que vinho, jogo e tabaco se deviam de vender nas boticas como mezinha.

O solteiro, se joga, joga o seu, ainda quando dermos que é seu isso que joga. O casado joga o que é alheio, porque ele não tem em sua família mais de um quinhão e respeitivamente tem ali outros a mulher, os filhos e os criados. Logo, como pode com justiça aventurar, contratar e perder o alheio?

Tinha um senhor, mui inclinado a jogo, uma filha muito querida. Começou a perder o dinheiro, jóias, alfaias, que ia mandando buscar a sua casa e eram todas grão parte do dote de aquela sua filha. Ela, afligida e queixosa justamente, tomou seus criados e foi-se donde ele jogava; viu-a o pai e com grande sobressalto lhe perguntou que queria dele em tal lugar. Respondeu-lhe: *Venho, senhor, a que V. S. me jogue também e que me perca, porque, assi como assi, eu para que valho já em casa sem o que V. S. tirou dela?*

Um que gabava o jogo chamava-lhe escola da paciência. Fora-o se nela se aprendesse como se gasta. A este fim considero eu muitas vezes a servição de um taful²⁰⁰, a que não acabo de dar saída, porque quando vejo que,

²⁰⁰ Jogador por ofício ou por hábito.

se contra um destes se dá uma sentença de vinte mil réis pronunciada por um juiz e confirmada por três, alega dúvidas, põe embargos, mete tempo em meio e ainda no fim de tudo, ou não paga, ou se queixa e logo naquela maior demanda do jogo os vejo tão obedientes que, porque sota de ouros²⁰¹ veio primeiro que seis espadas, lhe levam sua fazenda e o dá por bem julgado, confesso a V. M. que, quando tal vejo, não sei filosofar em qual seja a causa desta temperança à vista daquela demasia.

Acabarei de falar no jogo com uma bem grande galantaria de um dos nossos antigos cortesãos. Dizia este que três bens desejava a seus inimigos para se ver vingado deles: pedir, mas que lhe dessem; preitear, mas que vencessem; jogar, mas que ganhassem.

Outro género de perigo não menos urgente é o de uns que andam enfeitados com amigos. Seguem com eles caçadas, folguedos, banquetes, viagens e todas as mais acções que traz consigo a ociosidade. Digo a V. M. que este dano compreende mais aos homens de inferior sorte, porque verdadeiramente entre os grandes são tão poucos os amigos que, assi como não há gozar dos proveitos da amizade, assi não há perigar dos inconvenientes dela, mas deles sempre se guarde.

Parecerá contudo mal e será mau que o casado escolha por amigo o solteiro, principalmente se ele é de vida solta, porque, como a amizade consiste na semelhança, por milagre tivera que o casado não fizesse o que visse fazer ao solteiro.

Destes, os mais costumam dar maus conselhos, exortar ao casado que se não sujeite à mulher e viva como livre. É manha antiga de nossa fraqueza folgarmos de fazer os vícios comunicáveis. Os doentes desconfiam de que haja quem se guarde de seu mal. Aqueles que padecem ou afectam sua soltura, procuram de a pegar aos que vivem em devido recolhimento.

É para ser seguido e acompanhado do bom casado o casado de bom procedimento e destes sempre deve de ser o parente preferido. São bons para amigos aqueles cujas mulheres são também amigas das mulheres próprias. Podem-se ajudar e prestar nas ocasiões, desabafa-se com eles o enfadamento familiar com mais confiança de compaixão e remédio, porque, além de se referir a pessoa que os conhece, fica dito a pessoa que outro dia pode fazer o mesmo.

²⁰¹ Dama de ouros.

Dias há que me perguntou um fidalgo sisudo, casado de poucos tempos, a que hora seria conveniente se recolhesse à noite para casa. Lembra-me que lhe disse que essa hora daria o amor ou ocupação e não o relógio; mas ele, não satisfeito, fez que discorrêssemos naquele ponto.

A uns parece que se deve recolher o casado sempre a uma hora e tal que possa muito bem antes dela haver negociado o que lhe pode suceder, sem dar sobressalto na tardança. A outros, que não deve ser assim, senão à hora que for possível, porque vindo umas vezes mais cedo se mostra que as outras que se tarda teve a culpa a ocasião e não a vontade.

Tenho para mi que nada disto é seguro, porque os alicerces da confiança do casado devem-se de lançar no crédito e não no artifício. Inclino-me mais ao recolher sempre a uma hora justa e proporcionada com as ocupações, ou de casa, ou de fora. Sobretudo parece que os casados de pouco devem guardar mais cortesia a suas mulheres, assistindo-lhes com maior cuidado aqueles anos primeiros.

Também nesta obrigação não deixou de haver opiniões bem contrárias, e tanto, que entre dous esposados de grande juízo, ouvimos contar de um que, indo-se a recolher, dissera ao seu estribeiro: *Fazei ter prestes amanhã bem cedo para irmos à caça, que visita de cada dia não pode ser larga*; e de outro que, sendo-lhe perguntado pelo moço que lhe dava de vestir que vestido queria lhe concertasse para o outro dia, lhe respondeu: *Vai-te para casa de teu pai até que te mande vir, porque primeiro se há-de segar aquele trigo, que ali andam semeando, que eu haja mister vestido*. Tais são, e tão várias, as opiniões dos homens, pelo que um entendido dizia: *Sabeis vós porque o corvo é negro? Porque se vos não pergunta se é negro ou branco*.

Já V. M. tem visto como nestes avisos não sigo alguma ordem, senão aquela e aquilo que a memória me vai oferecendo. Creio que longe fica de seu lugar (mas em qualquer parte vem a tempo) o amoestar ao casado que, com o mesmo tento que deve falar diante de sua mulher louvando as alheias, deve (e com maior ainda) de gabar a própria diante dos homens²⁰². Pode e deve bem o marido, quando haja razão e necessidade, louvar modestamente as virtudes de sua mulher; digo as virtudes, não digo as partes, e das mesmas virtudes não se faça ostentação a cada passo. Ao pai, ao irmão, a tão chegados parentes, aos muito amigos e muito sisudos poderia

²⁰² De assunto idêntico falou atrás quando referiu o caso da mulher que se queixou do marido que a mostrava como baixela.

ser lícito que desse o casado alguma vez mostra da satisfação que tinha dos dotes do ânimo que em sua mulher havia e estimava. Não são poucos, nem pouco grandes, aqueles que, entremetendo de cortesãos ou engraçados, gabam em público as partes de suas mulheres ou falam nelas; cousa, a meu juízo, indigníssima e digníssima de grande repreensão. Eu fiquei um dia como morto falando com um fidalgo de idade e autoridade, porque me disse, estando sua mulher doente de um peito, que fulana estava muito afligida porque tinha as tetinhas muito delicadas.

Estando uma noite (qual estas) em Flandres, em certa casa donde assistiam grandes pessoas, foi um dos circunstantes tão pouco advertido que tirou o retrato de sua mulher para o mostrar aos outros. Era de uns que se fazem com diferentes trajos, que se lhe vão vestindo à vontade do apetite dos olhos, que tantas salsas tem inventado o vício para a vista como para o gosto. Sucedeu pois que estava então o bom do retrato em figura de alferes e não parecia mal. Achava-se na mesma casa um dos convidados, mancebo bem ilustre, mas muito dado aos costumes da terra, e como todos estivessemos sobre ceia²⁰³ (o que neste se enxergava melhor que nos outros), deu-lhe na cabeça levar da mão ao simples do marido o retrato da mulher, que beijava e abraçava mais francamente que se fosse sua, dizendo-lhe: *Ó alferes mio! Ó alferes mio*, e mil requebros descompostos. Enfim, o negócio procedeu de feição que todos viemos às pancadas e por pouco se não matam mais de dous; com tal vergonha e escândalo que, não sendo a gente ciosa nem a terra maliciosa, houve assaz murmuração e durou muito; o que tudo procedeu da incauta confiança daquele descuidado marido.

Outros há que com tão pouco tento levados, ou do desejo, ou da facilidade de sua condição, mostram em práticas às mulheres lhes não pesará de ficar viúvos. E suposto que os mais lançam estes ditos à zombaria, naquelas que os ouvem se guardam como indícios do ânimo e sinal certo de desamor, que na verdade vemos melhor pago na mesma moeda do que se costuma dizer que o amor se paga. Desvie-se o prudente de tais remoques, antes em feitos e ditos mostre sempre à sua mulher aquela boa lei com que dela quisera ser tratado. Não como se conta do outro que, estando a sua agonizando e dizendo que tinha grande desconsolação de deixar tal e tal cousa por fazer, ele lhe respondeu: *Morrei vós, senhora, que tudo bem se fará.*

²⁰³ Um pouco bebidos.

Guarda, senhor N., de ser prolixo e cansado, como não poucos são a suas mulheres e famílias. É certo cousa intolerável de sofrer a impertinência de muitos que, sem alguma razão mais que aquela de que estão em sua casa, gritam, são comichosos e enfadam as criaturas, ora querendo uma cousa, ora não querendo aquela própria cousa que quiseram. O ódio começa em desgosto e por ali vai subindo até se fazer ódio, que assaz das vezes achamos entre a mulher e o marido servindo as causas do perpétuo consórcio que haviam de ministrar a amizade e fé, de persuadir a inimizade e perfídia.

Já que conto a V. M. histórias assi, não hei cá de deixar esta. Solicitava com exquisita importunação em Roma a beatificação da venerável matrona Margarida de Chaves²⁰⁴ um seu filho, que eu muito bem conheci, e de sua boca ouvi o que digo. Tinha o Papa Paulo Quinto²⁰⁵ remetido a causa a certo cardeal que já andava tão temeroso do requerente que, em o vendo, fugia dele. Sucedeu chegar a falar-lhe um dia, estando o cardeal mais que outros enfadado e, havendo-lhe lembrado, como costumava, seu negócio, lhe respondeu: *Senhor, não nos cansemos em provas da santidade de vossa mãe; prova somente que vos sofreu que o Papa a declarará logo por santa.*

²⁰⁴ Margarida de Chaves (1530-1575) foi uma importante figura da cidade de Ponta Delgada, casada com António Jorge Correia (de quem teve três filhos e uma filha) e viúva aos 26 anos. Depois de enviuvar, foi dirigida espiritualmente por Fr. Brás Soares, E.S.A. (que dela escreveu uma breve biografia que ficou manuscrita) e rapidamente foi reconhecida e venerada como uma “santa viva”. As suas virtudes ascéticas, a frequente prática da esmola e a crescente fama de santidade (antes e depois da morte em 1575) foram a base para a elaboração, em 1581, de um processo de beatificação por ordem do bispo D. Pedro de Castilho, com o apoio do jesuíta Francisco de Araújo e dos seus filhos Manuel Jorge Correia e Gonçalo Correia de Sousa. Estes filhos, doutores em cânones pela Universidade de Coimbra, empenharam-se fortemente no seu processo de beatificação, particularmente o último, Gonçalo Correia de Sousa — a quem se refere aqui D. Francisco — que não só escreveu e fez publicar, para apoio do referido processo, um *Breve compendio de santa vita di Margarita de Chiaves di gloriosa memoria* (Roma, Nicolau Zanetto, 1612), mas que também tudo fez para conseguir a intercessão do Cardeal Alberto, Arquiduque de Áustria, e do próprio Filipe II. Foi pessoalmente a Roma promover esta beatificação, mas sem êxito; contudo, segundo conta Jorge Cardoso no *Agiolôgio Lusitano*, era «tanta a deuoção que os naturaes da Ilha de S. Miguel tem cobrado a sua compatriota» que «sem estar ainda Beatificada, lhe leuantarão Templo, entendendo que seu ditoso filho conseguiria em breue esta graça da Sê Apostolica». Mas, por meados do século XVII, já todos reconheciam que se «esfriava o calor com que se trataua em Roma» essa beatificação, pelo que a igreja foi consagrada, em 1658, a Santa Margarida (*Agiolôgio Lusitano*, tomo III, 682e). Além da citada biografia — alguns reportórios bibliográficos falam também da respectiva tradução castelhana — D. Francisco podia também conhecer a breve «vida» incluída por Fr. Luís dos Anjos no *Jardim de Portugal*, publicado em Coimbra em 1626 (reed. cit., 304-309).

²⁰⁵ Paulo V (no século, Camilo Borghese — 1552-1621) foi eleito em 1605, como já referiu Edgar Prestage, ed. cit., n. 73.

É assi que, se considerarmos o que se sofre a homens impertinentes e que se prezam de senhores absolutos e que em nada tanto o parecem como em se darem a padecer às pobres das mulheres, sem falta elas farão a Deus tão grande sacrificio de paciência que bem poderão ser contadas no número das santas.

Pois uns gritadores e que por qualquer mosca que voou contra seu gosto já fundem a casa e tiram dela o segredo de sua má condição e eles próprios o lançam na rua! Deus nos livre, senhor, de tão mau costume. Disse bem o que disse que ninguém padece tanto incómodo que, se puser os olhos no que outros padecem, lhe falte razão para suportar o que padece.

Esta paixão toca, de ordinário, nos muito altivos e nos muito desarrezoados. Aqueles cuidam que todos e tudo fez voto²⁰⁶ solene de os servir; estoutros não querem dar às cousas algum desconto. Ambos são defeitos infelicíssimos, porque, como as mais das cousas e casos não estão em nossa mão, acontece que todo o dia, todo o ano e toda a vida nos vão sucedendo ao revés do gosto e da conveniência, ao que não remedeia nada a desconformidade com que se levam esses sucessos.

Parece-me será razão fazer uma breve lembrança a alguns que dão em se torcer para suas criadas, com grande perigo, certo, da reputação de sua casa, a quem eles mesmos são aleivosos e merecedores de que em seu dano com semelhante ousadia sejam de Deus castigados. As próprias aves de rapina, que não tem outro officio senão caçar e prear²⁰⁷ o que encontram, costumam ir ao longe de donde habitam fazer seus empregos. Porque serão os homens menos fiéis e menos doutrinados?

Sendo certo que a porta principal para todo o perigo dos homens é o ilícito trato com as mulheres, nenhum dos mais licenciosos resulta com tão péssimos efeitos como aquele que se toma dentro da própria casa. O desconcerto do senhor dela é logo bem aprendido da família e, como um delicto chame por outro, eles se multiplicam até um triste excesso.

As criadas, vendo-se queridas de seus amos, conspiram logo contra as senhoras, traçando de ordinário tais enredos que, não contentes da primeira ofensa, as procuram despojar da honra e da vida; algumas com esperança de sucederem em seus lugares (como não poucas vezes acontece), outras por gozar mais soltamente sua ruim liberdade. De aqui ouvimos tragédias lastimosas, de aqui vimos bodas infames.

²⁰⁶ Segunda edição: «fez o voto».

²⁰⁷ O mesmo que «preiar»: fazer presas ou roubar.

Entre os conselhos tocantes às virtudes do ânimo, que variamente tenho apontado a V. M., convém fazer-lhe presente de alguns avisos concernentes ao bom governo de sua casa, cousa que por outro nome mais elegante chamam os filósofos virtude económica, segunda parte da ciência civil que também é segunda parte da filosofia moral. Isto, enfim, não é outra cousa que a indústria e prudência com que o cidadão, o fidalgo, o grande, e também o pequeno, governam sua família, que no príncipe é arte política ou matéria de estado, chamem-lhe os filósofos como lhe chamarem.

Esse capitão romano, que tinha para si saberia bem dispor uma batalha aquele que bem sabia dispor um banquete, dissera melhor quando afirmasse saberia bem governar uma república quem sabia bem governar sua casa, pois é certo que a cidade é uma família grande e a família uma cidade pequena.

Aconteceu-me um dia (e, porque o conte com toda a verdade, era uma véspera de Reis) ir visitar um fidalgo meu amigo que, por morar longe da minha pousada e serem dias de inverno, cuidei que o não achasse já em casa. Era mancebo e notados de pouco governo, ele e sua mulher. Cheguei enfim à sua porta e, mandando saber se estava em modo de receber minha visita, enquanto lidava nesta averiguação um pajem (batendo em vão a muitas portas), ouvi eu muito bem lá dentro uma voz que dizia: *Fulano, ide a casa do cura e perguntai-lhe da parte do senhor D. fulano se é hoje dia de peixe ou de carne. Se disser que de peixe, trazei-o da ribeira; se disser que de carne, trazei-a do açougue. Ide depressa, para que se faça de jantar.* Era isto, quando menos, de uma para as duas horas. Veja V. M. que tal seria para os servos o governo daquela casa, quando para os senhores dela era desta maneira.

Não são numeráveis os descontos que causa um senhor froxo. Vulgar, mas certíssima sentença é aquela de que então doem todos os membros quando a cabeça está doente. Conheci um homem de grande qualidade e juízo, em tanta maneira remisso²⁰⁸ que mandava pedir a um seu amigo viesse a pelejar com os seus criados e obrigá-los a que o servissem.

Ora estes excessos contam-se como monstruosidade e não poucas vezes convém trazê-los à memória para os aborrecer.

Toda a governança de uma casa eu reduzo a dous pontos: pão e pano, ou prato e trato, regra que muitos dias há que sabe a prudência. Pelo pão, ou prato, podemos entender todos os bens e cómodos das portas adentro. Pelo

²⁰⁸ Indolente.

pano, ou trato, entenderemos todos os bens e cómodos das portas afora. Alguma cousa disto toquei nos avisos passados, menos porém do necessário.

Mas especializando de novo esta matéria, convém que o senhor da casa procure que a sua família ande acomodada e lustrosa, segundo seu estado, desvelando-se e buscando os efeitos para a conservar inteira em ambas estas qualidades. O cómodo do pão, por que se denota o mantimento ordinário, deve com grande providência ser provido para que a casa seja abundante e que nela com ordem e sem miséria se reparta. Pouco importará que de fora se tragam a casa os meios que a podem fazer abastecida se nela se vive em proluxa abstinência. Muito pior levam os criados a abundância miserável que a pobreza liberal.

Outros, com o escritório bem provido, pagam mal, vestem pior. Não me ponho da parte da fortuna que muitas vezes faz que os amos que menos bem tratam seus servos sejam os mais bem servidos. Avogo pela razão, que obriga, desengana e manda a quem quer ter bons criados que lhe queira ser bom senhor. Aquele que de seus criados espera adivinhem seus pensamentos adivinhe também suas necessidades.

Tenho por regra geral muito conveniente que o prato da família seja mais copioso que curioso e o trato mais curioso que custoso. Comer a horas, vestir a tempo. Dizia um grande senhor por outro de muito menor estado, mas de grande concerto, que nunca desejara cousa como ser criado de fulano, porque assi os tratava e conservava inteiros que, não só não envelheciam jamais nos vestidos, mas que nem na idade.

Pague bem, isto é, a tempo²⁰⁹. Aos criados, o que lhe prometeu; aos oficiais, o que valer o seu trabalho; será bem servido de uns e outros. O prêmio deve seguir ao serviço para que o serviço acuda à necessidade. Quem paga logo, paga com menos, porque se o dar logo é dar duas vezes, verdadeiramente se estima em muito mais do que é. Quem paga tarde tem já os ânimos tão desabridos que com outro tanto mais do que deve os não deixa satisfeitos. Perguntavam a um criado a quem servia? E respondia que a um filho seu; e tornando-lhe a perguntar que dizia nisto? Respondeu: *Sirvo a meu herdeiro*. Por semelhante razão, disse um discreto, andava errado o

²⁰⁹ O mesmo já tinha defendido D. Luísa de Padilha na *Idea de nobles*, quando falou nos criados: «Para que la familia florezca se ha de juntar con la buena eleccion de los sugetos, el tenerlos bien pagados», dado que «el criado mal pagado suele tomarse licencia para no ser fiel...» (*Idea de nobles*, ob. cit., 444).

provérbio de que quem bem paga é herdeiro do alheio, porque muito mais certo é ser herdeiro do alheio aquele que o alheio não paga.

A todas estas cousas assista a providência e não a soberba, que, sendo guiadas por aquela, serão justas e excelentes e, por esta, demasiadas e escandalosas. Convenho em que o casado principal tenha a sua mesa não faminta, limpíssima e bem servida, mas que seja mesa para a boca, não para os olhos. Quêro dizer, que ministre a necessidade e não a vaidade.

Ora contarei duas cousas a este propósito estranhas, e que ambas vi, e alguma experimentei com meu dano. Havia um Grande de Espanha, tão grande na vaidade, certo, como na miséria. Mandava-se servir de doze pratos ao jantar e outros tantos à ceia²¹⁰, que se lhe ministravam em público com notável cerimónia e era certíssimo que só deles os três levavam iguaria e os nove passavam sua carreira tão vazios como a cabeça de seu dono.

A outro vi que, tendo, por razão de seu cargo, o prato de certo príncipe a quem servia, mandava levar as iguarias a sua casa, as quais lhe serviam a ele à mesa e de que pouco se servia. Sucedia-lhe logo outra mesa de seu filho herdeiro que comia com hóspedes de ordinário e de quem eu o fui algumas vezes, e eis aqui que apareciam outra vez aqueles pratos, sendo já a terceira que no mesmo dia tinham saído a público; mas, não parando nesta mesa, se armava o tinelo²¹¹ e lá iam aos criados maiores e deles deciam os resíduos aos menores, de feição que cinco papéis faziam os pobres pratos antes de serem de todo consumidos. Donde, com agudeza bem da sua terra, dizia um dos criados desta casa que *el N. su señor era el mayor cavallero de España, porque se servia con nietos de infantes, porque todos sus criados estaban em el quarto grado con S. A.*, aludindo às quatro mesas por donde, como graus, vinham decendo a eles as cousas que na sua se comiam.

Tanto pode, senhor N., a vaidade com os homens, e mais no tempo de hoje, que lança sancadilhas²¹² à natureza e a derruba. Que o homem coma

²¹⁰ Sobre o costume, nas grandes casas espanholas, de servir diversos pratos deixou testemunho também Baltasar Gracián em *El comulgatorio* (1655), no contexto de um símile eucarístico: «Acostumbranse en los combites ir descubriendo los platos para que los convidados vayan eligiendo conforme a su gusto y comiendo al sabor de su paladar; pero quando es un suntuoso banquete en que se sirven muchas y exquisitas viandas, dásele a cada uno de los convidados una memoria de todos, para que sepan lo que han de comer y guarden el apetito para el plato que llaman suyo, del que gustan más, para que vayan repartiendo las ganas y se logre todo con sazón...» (Baltasar Gracián, *Obras completas*, ed. de Emilio Blanco, Madrid, Turner — Biblioteca Castro, vol. II, 807).

²¹¹ Refeitório dos criados. V. *supra* n. 96.

²¹² Rasteira.

bem por necessidade, pode passar; que coma bem por regalo, pode passar; mas que funde seu crédito em pratos vazios ou aparecidos como figuras de comédias, guarde-nos Deus de tal sensaboria.

O servir à mesa com os criados cousa é costumada, mas em verdade que estes nossos portugueses servem com tal descuido, ou confusão, que tinha por não grande perda o servir com as criadas. Misturas deles e delas não fizera eu nunca e sempre aconselhara ao senhor se servisse com as criadas se não fora destituí-los a eles para nunca o saberem servir quando vem hóspedes; donde é necessário que os criados assistam e donde convém que saibam melhor o que fazem, cousa que raramente sabem fazer os nossos.

Achei-me na corte de Londres, em casa dos embaxadores de S. Majestade a aquele trágico rei Carlos Primeiro²¹³; e havendo-se de dar ali uma ceia às damas da Rainha²¹⁴ e às maiores senhoras de Inglaterra, suposto que na casa se tinham mui decentemente preparado aqueles ministros, eu que sou assi proluxo e não vi em nenhum de seus criados a arte necessária para tal ministério, o tomei à minha conta; e com um filho e um neto de um embaxador, o genro de outro e o secretário da embaxada²¹⁵, o negócio se dispôs de feição que se deram as convidadas por melhor servidas ainda do que regaladas. Tanto importa o saber servir às mesas nobres que verdadeiramente é a principal iguaria delas, mas entre nós poucas vezes achada; e também digo que nem muitas achada menos.

Acabo isto com um exemplo de S. Majestade que põe fim a todas as razões e esforça a minha, pois, podendo ser servido de seus criados, os deixa, e certo que com grande acordo, e se serve com as damas e criadas da Rainha. Tenho para a pessoa de qualquer estado por mais limpo e quieto modo de servir à mesa aquele das mulheres, ainda que não sejam anjos as que ministrem. E por isto dizia um convidado de uma sua parenta que o fazia servir de duas criadas, uma feia e outra bem parecida: *Senhora, cá viera todos os dias se a feia só me servisse, porque estoutra é anjo, que me deixa anjo.*

²¹³ Como já mostrou E. Prestage (*Carta*, ed. cit., n. 76 e *Esboço biographico*, p. 155), D. Francisco Manuel esteve em Londres em 1641, governava então Carlos I; estes embaixadores seriam D. Antão de Almada e Francisco de Almada Leitão.

²¹⁴ A Rainha era Henriqueta Maria.

²¹⁵ Secretário que era então António de Sousa de Macedo (1606-1682), como refere, na respectiva nota bio-biográfica, Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, I, Coimbra, 1965, 309: «Por ser igualmente versado nos aforismos de Tácito que nas Pandectas de Justiniano foy eleyto Secretário do Embaxador D. Antão de Almada a Inglaterra no anno de 1641...». Veja-se também Edgar Prestage, *D. Francisco Manuel de Mello*, ob. cit., 155-6.

Já que aqui estamos, diga-se (pois também importa) que não se coma desorado, quero dizer, fora de tempo. É grande inconveniente para as pessoas a quem assistem seus criados. Quando o ministério, o ofício ou negócio assi o pedissem, fora de parecer que os criados comessem primeiro, porque de outra sorte seria intolerável, e anda sempre a casa mal servida, acontecendo que por esperar o senhor que comam os criados, se comem despois dele, perder mil vezes o negócio ou saída, por não ter de quem se acompanhe.

Gabo muito, senhor meu, um conservar nas casas certos costumes nossos familiares e antigos que as fartam, alegam e agasalham, corroborando de novo o amor que se tem ao senhor da casa. Teve V. M. um parente, grandíssimo mestre destas políticas e o mais amado amo de seus criados que eu vi jamais, por estas e outras utilíssimas humanidades que guardava com eles.

Digo eu que o casado, por alegrar sua mulher e família, mesmo de seu movimento, mande (se as houvesse) fazer em sua casa duas ou três comédias cada ano. Seja ele próprio o que com elas convide; tem-se aquilo em muito, dizem logo dele que é um anjo e, na verdade, é mostra de bondade folgar de que folguem os outros com as cousas decentes. Não como o nosso rei D. Pedro, que chamaram Cru e Cruel, que mandava de noite acordar o povo que dormia porque ele não podia dormir²¹⁶.

Arme outras tantas romarias e folgas, que cheguem até aos menores. Mostre-se-lhes assi leve e cuidadoso de seu regalo. Reparta com prudência dos mimos que lhe vierem, já da renda, já do presente. Há casas donde se perderam cem queijos de Alentejo antes que dar um a um criado. Aquilo de matar porcos pelo tempo é lance caseiríssimo e bem aceito, que faz os homens bem quistos até da vizinhança. E para dar algum gosto a esta baixeza (que não quis que me esquecesse), direi o que aqui dizia um malvado cortesão: que assi como cada homem, por bom governo de sua casa, devia matar cada ano pelo menos dous porcos, assi por bom governo da república devia matar cada ano pelo menos dous vilãos ruins. Por tão bom costume tinha este aquele agasalho, o que bem favorece o nosso rifão quando diz: *O dia de S. Tomé, quem porco não tiver, matar pode a mulher.*

²¹⁶ Do gosto de D. Pedro pela dança fala Fernão Lopes na respectiva crónica, como já referiu Prestage, *Carta*, ed. cit., n. 113. Segundo o cronista, era tal esse gosto (esse «sabor») do rei que «aadur he agora pera seer creudo» e por isso «hordenava por desemfadamento» jogos e festas «nas quaaes de dia e de noite, andava dançando por mui gramde espaço» (*Crónica do Senhor Rei Dom Pedro*, Porto, Livraria Civilização, 1986, 61-3).

O ir às quintas louvo, o morar nelas não gabo; não porque me pareça indecente, mas porque o tenho por desacomodadíssimo, vindo a ser estas quintas uma quinta essência da ciganaria. Estraga as casas, desbarata os móveis, destroça os criados; nada se forra, antes se gasta mais, e os homens nem gozam a quietação do campo, nem a autoridade da corte. Entendo por estas quintas aquelas das quais se pode vir cada dia a Lisboa, donde, com comodidade ou sem ela, nenhum dos vizinhos deixa de vir cada dia; pelo que disse, com a graça que costuma, um nosso discreto que o coche de fulano ia três vezes cada ano a Jerusalém, lançando as contas certas às léguas que andava cada dia o coche e seu dono, indo e vindo de outra tal paragem.

Os grandes cortesãos fazem a vivenda do campo aborrecível, que ela de seu não é, antes alegre e conveniente. Sendo um convidado de certo fidalgo para estar com outros em uma sua quinta dous dias, ao segundo, sem se despedir dos companheiros, tomou o caminho da cidade; gritavam-lhe os mais²¹⁷ que se detivesse e, como o fizesse assi e lhe perguntassem adonde ia, respondeu: *Amigos, vou-me, porque se estou mais de vinte e quatro horas no campo, cuido que me torno boi*²¹⁸.

Julgo por importante acção não viver de contínuo na corte e me parece que há uns tempos próprios de se retirar (o casado com sua família) a viver no seu lugar, comenda ou herdade, enfim, aquela parte que mais cómoda for para a vida. Se hei-de apontar regra a este tal retiro, dissera que tendo o casado mais de dous filhos era o próprio tempo e que os anos de ausência da corte podiam bem ser aqueles em quanto os tais filhos crecem e não perdem por não ser conhecidos até então, como se disséssemos até idade de oito e dez anos. Depois é bom tomar à corte e introduzi-los nela, para que o rei os conheça e eles se criem sem espanto dos paços, que sem dúvida o causam aos que os não viram desde a mocidade, como se diz das águas do Nilo, cujo estrondo é medonho ao forasteiro e do natural não é ouvido. Dizia o Duque de Alva, pai do que hoje é²¹⁹, sendo mordomo-mor de el-rei de Castela: *Si dos dias estoi sin venir a palacio, al tercero ya tropieço en las esteras e ellas se burlan de mi.*

²¹⁷ Os outros.

²¹⁸ Como já mostrou E. Prestage (*Carta*, ed. cit., n. 81), este mesmo dito foi usado por D. Francisco numa carta a um parente, datada de 9 de Junho de 1646 e incluída na edição das *Cartas Familiares*: «... o dito do outro cortesão que afirmou que todo o homem que estava vinte e quatro horas fora de Lisboa se convertia em alimária» (*Cartas Familiares*, ed. cit., p. 122).

²¹⁹ O «pai do que hoje é» era D. Antonio Álvarez de Toledo (m. 1639), quinto Duque de Alba, que foi, já nos últimos anos da sua vida, nomeado por Filipe IV vice-rei de Nápoles. Sobre «o que hoje é» veja-se *supra* n. 68.

Parece-me que, depois de vindo, até casar estes filhos, se não deve fazer ausência e que, casados eles, se faça para descansar a velhice, ou maior idade, e dar um cristão intervalo entre os negócios e a morte, que é o mais importante negócio para os vivos.

Esta observação só compreende a aquele que vive só para si e consigo, porque para o ministro, para o soldado e para o criado do príncipe que vai de uns empregos subindo a outros e merecendo cada dia mais, não é meu ânimo dar por conselho que sem causa deixe cada um sua profissão e aumentos. Com causa não lho negara, nem, quando o fosse, fora tão indiscreta a minha confiança que esperasse desses tais se governariam pelas regras de um homem que tão mal se governou.

Estas ausências trazem grandes e muitos proveitos à vida, à saúde, à fazenda, à salvação. À vida, porque no campo se vive mais; à saúde, porque seus exercícios a conservam; à fazenda, porque se gasta menos; à salvação, porque faltam as ocasiões que a arriscam, anda o ânimo mais livre para cuidar em Deus e em si mesmo.

Não falece contudo quem tudo isto contradiga, porque, como dizia um discreto, todo o homem põe outro nome à sua vontade. Assi é notável a controvérsia que houve sempre sobre este modo de vida retirada. Um fidalgo nosso antigo se gabava que só de *não no há hi* poupava no campo amedade de sua fazenda. Mas não fazia isso assi outro castelhano que, quando se via alcançado, fingia que se retirava e não saía da corte; e dizia que *para descansar cada uno a sua casa, no havia cosa como comer-se media dozana de pajes y lacaios, sin salir de su tierra.*

Estas tais retiradas costumam sempre ter grande contradição nas mulheres e, quanto elas na corte são melhor vistas, mais aparentadas e gozam maior aplauso, tanto mais impugnam tal resolução dos maridos. Contra isto não tenho mais que dizer que o que disse um mesquinho a outro que lhe pediu dinheiro emprestado, oferecendo-lhe sete razões pelas quais lho devia de emprestar: *Nas mesmas sete me fundo eu* (disse o mesquinho) *para não fazer o que V. M. me pede.*

Não me posso escusar de dizer duas palavras a uns certos casados que toda a sua ânsia e desejo é andarem sempre ausentes de sua casa em viagens e jornadas, umas para que eles se convidam, outras de que não desviam, deixando as mulheres moças e às vezes bem desemparradas de todo o resguardo que lhes é devido. Estes costumam dizer que por buscar pão e honra se ausentam, e não

poucas vezes vimos que em tais demandas se perde de contado a fazenda e não poucas vezes se arriscam cousas que valem mais que ela. As mulheres casam para serem casadas. É o contrário não entender cada um sua obrigação.

Falava uma viúva com um homem um dia, que sabia que era ela viúva, e ela dizia-lhe: *Senhor, eu nunca casei, vede vós como posso ser viúva.* Replicava o outro que sim o era, porque conhecera em tal parte o senhor fulano seu marido; e ela tornava: *Senhor, digo-vo-lo porque eu casei por procuração e fui casada por carta; e isto é não ser casada.* E era assi que pelas ausências de seu marido apenas o conhecera.

Se estamos sós, senhor N., hei-de contar a V. M. uma história de mancebo, que ouvi em Barcelona. Havia ali um fidalgo casado de pouco, cujo nome era Mosen Gralha. Passou o emperador Carlos V para Itália e o seguiu este catalão, a despeito de sua mulher, moça, fermosa e honrada. Engolfou-se o marido em serviços e esperanças e não fazia conta de vir tão cedo. Enfadava-se a mulher e lhe requeria muitas vezes que viesse; mas, desesperada já da vinda, dizem que lhe escreveu em catalão estas palavras: *Mosen Gralha, Mosen Gralha, mon amor non manha palha.* Tomou o soldado a carta, levou-a ao emperador que lha interpretasse, o qual, conhecendo o que queria dizer (que é fácil de conhecer-se) e fazendo-lhe mercê, gabou a confiança e discrição da mulher e mandou para sua casa seu marido.

Mosteiros, recolhimentos e outros resguardos semelhantes em que os homens depositam suas mulheres não deixam de ser arriscados e, decerto, quando a ocasião não seja muito urgente, é usar com as palavras ruim lei e faltar-lhes com a fé e companhia devida, porque se cada uma daquelas quisesa ser freira bem escusara de se casar.

Advirta-se todo o casado que no ausentar-se por longo tempo de sua casa tenha muito tento e seja raro o interesse por que assi o faça. Disputável foi entre os políticos se convinham ou não os capitães casados ou solteiros. Dissera eu aos reis, se falara com eles, que para as conquistas e guerras ofensivas que se fazem em províncias distantes buscassem os solteiros, porque pela liberdade se arriscam e por virem a descansar na pátria e buscar esposa abreviam mais as empresas e são menos custosos na vida e na morte a seus senhores. Ao contrário, para dentro de sua província e na guerra defensiva, preferiam os casados aos solteiros nos postos militares, porque por defenderem a mulher, filhos e honra deles, costumam os homens obrar maiores feitos que por benefício de sua própria vida.

O mesmo que aconselhara aos reis para com os vassallos, aconselhara aos vassallos para com os reis. Assi nas eleições como nas pretensões.

Passa V. M. por isto? Que me ia eu agora metendo em polítics e cousas de estado, sem me sentir! Lá se avenham os que mandam o mundo. Com licença de V. M. quero fazer minha volta e vir-me do pego²²⁰ para a terra.

A cousa com que mais atentado sou é uns que dão em nomearem as mulheres por circunlóquios²²¹, chamando-lhes ora a *minha velha*, a *minha companheira*, a *minha hóspeda*, a *minha obrigação*, a *mãe de meus filhos*, e cousas assí, que em qualquer tom que sejam ditas parecem pouco graves e, a meu juízo, indignas de se acharem na boca de nenhum sisudo. A mulher de que o homem se preza e o homem de que a mulher se honra, porque não hão-de ser por seus nomes nomeados? Digo delas para eles outro tanto.

Os parentes, se se casam, costumam chamar-se pelos graus de seu parentesco, as mulheres aos maridos e os maridos às mulheres. Eu sou amigo da verdade e antes aconselhara a cada um que dissesse *minha mulher* e *meu marido* que *minha prima*, nem *minha sobrinha*, nem *meu tio*, nem *meu primo*. Todavia, não é costume condenável, se o não fosse com tal excesso que desse ocasião que deu outro que de contínuo nomeava a mulher por sua prima, a que um criado seu, havendo de lhe escrever, lhe pôs no sobrescrito: *À senhora prima de meu senhor*, porque lhe não sabia o nome.

Se hei-de levar ao cabo minhas impertinências, também quero falar alguma cousa sobre o estilo de se falarem entre si os casados. O *tu* é castelhano e, por mais que eles o achem carinhoso, como lá dizem, é palavra muito de praça e que ao mais não deve de quebrar a menagem da câmara²²² para fora. O *vós* é francês, que com um *vu* receberam a mesma rainha Sabá²²³ se cá tornara. Tenho-o por demasiado vulgar. O *ele* e *ela*, um *ouve senhor*, que diz, *senhora*, é termo bem português, assaz honesto e bem soante²²⁴. As

²²⁰ Fundo do rio.

²²¹ Perífrases ou rodeio de palavras.

²²² Segunda edição: «camera».

²²³ Refere-se ao episódio bíblico da visita da Rainha de Sabá ao Rei Salomão (narrado no livro 1º dos Reis, c. 10), como já notou Prestage, *Carta*, ed. cit., n. 84.

²²⁴ Este modo de tratamento da mulher por senhora já tinha sido aconselhado por João de Barros no *Espelho de Casados*, por ser «bom costume despanha e Portugal» (ed. cit., fl. XXXIV), como também já notou Edgar Prestage, ed. cit., n. 85, costume que se mantinha nos meios aristocráticos em meados do século XVII como se vê nas já citadas cartas de D. Joana de Vasconcelos e Meneses a seu marido, D. Diogo de Lima, em que se lhe dirige sempre como «meu Senhor» (v. *supra*, n. 176).

Senhorias e Excelências, a quem pertencem, gravidade induzem, mas parece um certo modo de esquivança tratar um homem sua mulher como se o não fora. Fiquem-se para os príncipes e reis as Altezas e Majestades e proibam-se-lhes também aqueles afagos humanos entre os mais afectos que lhes não podem ser comuns; donde já dizia D. João o Segundo²²⁵ que por só três dias folgara de poder ser homem.

Tratem-se, a meu rogo, os nossos casados com aquele modo que melhor companhia faça guardar ao amor e à estimação, que é uma excelente conserva para a vida dos honrados. Sem embargo, os mais moços tem privilégio para poderem sair tamalavez²²⁶ da severidade destas regras.

Ora, muito há que lhe não digo nada às casadas, às quais tenho para encomendar uma acção não inútil, antes de grande conveniência. Há muitas que, de desgostos que não podem remediar, tomam em si o castigo, cousa totalmente indigna, como injusta. Umas, por serem mal casadas, se desmancham em si mesmo e desfiguram, com o que vem a ser pior casadas. Aquelas a quem lhes morrem²²⁷ os filhos, aquelas a quem lhes não nascem, vivem não somente desconsoladas no ânimo, mas o dão a entender no traço e rosto, de que os maridos prudentes, e que mais as estimam, se entristecem e vivem afligidos, e os de leve condição tomam motivo para procederem mais levemente, achando fácil a desculpa, que não tem, no exquisito modo das mulheres. Nasce desta desordem outras maiores, em grande ofensa da paz, porque de ordinário os homens não são da condição de um meu amigo que dizia a sua mulher noutro tal caso: *Senhora, desenganai-vos, que por mais que me façais, nem vos hei-de querer mal, nem me haveis de parecer mal.*

Deve-se à fé e igualdade no matrimónio contraída grande satisfação e, assi como entre os bem casados é digno de muita dor faltar a algum deles a vida, assi é digno de muito sentimento faltar a alegria de algum. Já deixo dito que as almas dos casados são comuas, seus gostos e pesares. Não haja parte que se queira levantar com a parte alheia. Nenhum chore nem se alegre mais do que pode tocar de affecto à sua ametade.

Pois a propósito destas que de tristes se desconcertam, farei lembrança de outras que igualmente são repreensíveis por, de muito alegres, se concertarem mais do necessário. Já disse acerca das galas e adornos e não sei

²²⁵ Segunda edição: «D. João o II».

²²⁶ Um pouco.

²²⁷ Segunda edição: «morrerem».

se de nojo, ira ou esquecimento, tardei até agora em falar de umas que põem no rosto.

A mulher que põe no rosto põe nele sua injúria e tira dele sua vergonha; não beleza nem mocidade põe por certo, porque não só ofende o siso, mas os anos e o parecer. Todos entendem logo que pouco se fia em si aquela que de tão baixas cousas se ajuda. Sempre se teve por cobarde o que muito se armava. Quantas, em vez de agradarem aos que as vem, por essa própria diligência escandalizam e vão como convidando o riso e a mofa da gente que pretendiam admirar e afeiçoar, pode ser! Este abuso é digno de que o marido, logo que o conhecer, o atalhe por todos os meios, porque a idade o não emenda, antes o acrescenta. Tenho por certo que tão ruim conta dá de seu juízo o marido que sofre posturas a sua mulher como dá de seu entendimento a mulher que as usa. Uma convidava a seu marido que se sentasse junto dela e ele dizia: *Deixai-me, que de uma doença me ficou grande entejo aos doces da botica*. Outro dizia por uma sua parenta que com muitos anos sobre si trabalhava pelos lançar fora do parecer: *Minha tia fulana não quer senão desperdiçar desenganos*. E na verdade assi é, porque a graça da mocidade se não alcança e se perde a gravidade da velhice. Os rostros se desfiguram com os martírios que neles fazem os unguentos e as pobres são escravas de sua presunção, a que aludia um discreto dizendo por outro tal: *Muito ruim cativo se dá aquela senhora ao seu rosto*. Mas com muito mais graça que todos o disse (como sempre) o cardeal Sapata²²⁸ que, visitando uma senhora romana de maior idade e muito dada a este mau costume, como ela lhe perguntasse que novas havia em Itália e ele a visse tão maltratado seu rosto pela força das posturas, dizem que lhe respondeu: *Ilustrísima señora, muy malas nuevas tenemos, porque, segun las cosas corren, yo estoy viendo Soliman apoderado de Civita vieja*²²⁹.

E porque, escrevendo eu a V. M. e regulando estas amoestações ou conselhos segundo as pessoas de seu porte, das quais costumam sair sempre

²²⁸ Refere-se ao cardeal Zapata de Cisneros (1550-1635), Bispo de Cádiz e de Pamplona, arcebispo de Burgos, cardeal a partir de 1603 e, ainda, Vice-Rei de Nápoles, Arcebispo de Toledo e Inquisidor-mor (já identificado por Prestage, *Carta*, ed. cit., n. 87).

²²⁹ O significado deste dito foi explicado já por Edgar Prestage, *Carta*, ed. cit., p. 121, n. 88, em que explicou os receios que, em meados do século XVI no mundo cristão, provocavam os ataques do sultão Solimão, o Magnífico (n.1495-m.1566), nomeadamente, de que «Civita Vecchia, o porto para Roma, fosse atacado e que a bandeira da meia lua se ostentasse em frente da Cidade Eterna».

(pelo menos sempre deviam sair) as que ocupam grandes lugares na paz e na guerra, não será sem fruto deixar advertido a todas as mulheres, que o chegarem a ser de ministros e pessoas que tem à sua conta os negócios públicos, alguma cousa tocante à conservação de esse estado.

Dão muitas dessas senhoras mulheres de ministros, com grande risco de seus maridos e casas, em quererem ser elas ministras também como eles. A três pontos se reduzem estes inconvenientes: interceder pelos que pretendem, negociar com os despachados, revelar segredos aos negociantes. Não sei qual é pior. Afirimo que tudo é péssimo para a opinião dos ministros cujas mulheres se deixam levar do aplauso, interesse e ambição. Tenho em meu poder a cópia de uma carta de Carlos V para D. Filipe seu filho, quando em uma de suas jornadas o deixava governando e instruída dos sujeitos que lhe dava por ministros; e chegando a um, de quem não tinha toda a satisfação, diz estas palavras: *Fulano era el mejor de todos si fuera eunuco, porque la muger deshace en aquel hombre las mejores partes que he visto.*

Nas mulheres de ministros de justiça é mais perigoso este costume. Mas porque os de estado são pessoas maiores, quando neles se acha este defeito é mais notável, ou quiçá que o não é tanto nos primeiros, por ser mais ordinário; ao que aludia um cortesão que, pegando-se o fogo em casa de um ministro de justiça pouco escrupuloso, ia dizendo pelo caminho: *Acudamos, senhores, à nossa fazenda, que se nos queima.*

Queixava-se um requerente a outro de que um seu juiz, sendo pobre, gastava como rico e, nomeando suas ostentações, rematava com dizer: *Pois isto, senhor, de que sai?* E outro lhe respondia: *Do que entra.* Tornava o queixoso e dizia: *Senhor, não fizeram isso seus passados;* e outro respondia: *Não, senhor, mas fazem-no nossos presentes.*

Costumam as mulheres de alguns ministros, pela própria razão que se houveram de abster e ajudar com grande tento a levar aquela carga a seus maridos, ocasionar-lhes seu precipício, carregando-os de novo com suas desordens e vindo depois com eles a terra.

Deve o marido começar por si mesmo no cuidado que é bem que tenha de sua conservação. E pois é certo que ao próprio sangue, em que nossa vida consiste, lançamos das veias se se corrompe por que não apodreça o outro que nos fica, quanto mais se deve sangrar a ambição ou interesse se na mulher for conhecido? Que em breve tempo ameaça corrupção à saúde do corpo e da família, morte da casa, do edifício e da conveniência.

Confesso que fora lícito à senhora mandar sua encomenda, fazer ao marido esta e aquela lembrança por um ou por outro pretendente e ainda favorecer algum que o merecesse, dando-lhe uns longes de seu negócio com que lhe pudesse dar remédio. Mas como estas cousas sejam de seu natural perigosas, poucas vezes acontece que nelas se obre somente o lícito. Contentara-me com que a pena do desconcerto se ficara com o autor dele, mas não é assi, antes, da inconsideração da mulher, é o marido sempre (sem ser o fiador) o principal pagador.

Havia em Castela um ministro dos que vou dizendo; era pouco limpo, ainda que mui asseado; mercadejava a mulher e ganhava sempre; ele dizia, quando lhe gabavam suas alfaias: *Muchas gracias a la industria de Doña Clara*. E o certo era que a indústria era clara com que D. Clara se aproveitava de sua indústria.

Passando a Índias um mercador, lhe foi dada certa encomenda da mulher de um ministro, e acertou o pobre de se perder e perdê-la com todo seu cabedal. Tornou a Espanha e à corte e, não lhe sendo recebida em desconto a perdição, houve tal violência no caso que lhe fizeram pagar aquela encomenda com ganhos e cabedais, como que não pudesse ser perdida como as outras. Voltou a Sevilha e, topando a outro mercador seu amigo, lhe perguntou aonde ia e, havendo-lhe dito que à Igreja Maior a segurar com Deus e com os homens de negócio certa grande partida de fazenda que esperava de fora, então lhe disse o queixoso: *Andad, señor, y no hagais tal; mejor es encomendarla a mi señora D. Fulana, que toda la saca a puerto de salvacion*.

Mas porque toquei arriba acerca dos segredos que as mulheres costumam revelar dos ofícios de seus maridos, a propósito virá agora tratar desta matéria assaz essencial para o descanso do matrimónio.

Vi, senhor N., e ouvi já grandes disputas (e tive já boa parte nelas) sobre se se deve dizer à mulher, ou não, tudo o que se sabe. Eu, que fui sempre amigo de ver amar com singeleza, muito tempo tive para mi que a mulher honrada havia de ser uma boceta em que se guardassem os secretos mais íntimos de seu marido e que esse era dos maiores bens do casamento, achar um homem na mulher um coração fiel, com quem poder repartir dos cuidados e ânsias, que às vezes não cabem no coração do homem, com a mesma confiança que se não saíssem de seu ânimo, e que tudo o contrário era um amar fraudulentamente. Isto era o que eu cuidava, mas não é isto o

que hoje creio, nem o que aconselharei a meus amigos, antes me tem mostrado a experiência e maior observação, que alcancei com os maiores anos e com os novos casos, que contra esse mesmo amor e legalidade que à mulher própria se deve irá aquele que lhe fiar segredos e paixões à sua capacidade aventajados.

Parece-me a mi agora isto como quem põe meada grande em dobadeira pequena, que em lhe puxando pelo fio traz o fio a meada e a dobadeira tudo a terra. Senhor meu, se carregarmos uma caravela com o lastro de um galeão, metê-la-emos no fundo. Os segredos que se fizeram para os grandes corações fiquem-se neles, e traga-se sempre presente aquele notável dito do outro: *Nunca me arrependi do que não disse.*

Porém, pois em tudo vou pondo dos meus unguentos, saiba-se que não julgo as mulheres por de todo indignas de que se lhes confie alguma matéria importante. E, assi, se houvéssemos de medir pela razão este negar ou fiar segredos, diria que as paixões próprias eram, e são, dignas de lhes serem comunicadas. Os pontos de honra, os mistérios do ofício, as confianças do rei, as resoluções da república, estas deve reservar o casado em seu peito indispensavelmente.

Se eu posso dar regras, melhor regra será esta: pode-se dizer à mulher o que a mulher pode remediar com suas forças ou com o conselho; o que não pode remediar, não convém que se lhe diga. Confesso houve, e haverá, no mundo mulheres de grande coração, donde fora bem empregada toda a confiança; contudo, isto são como uns baratos que dá a natureza quando se acha rica e sobeja, que não devemos esperar haja repartido com todas, e apenas podemos crer que com algumas os repartisse.

Uma das cousas em que os casados mais necessitam de advertência é nos casamentos dos filhos. V. M. ainda está longe; porém, como nisto falamos por uma só vez, não será justo que, havendo-me lembrado de tanta impertinência, me esqueça de cousa tão importante.

Anda uma prática entre os homens que afirma que o tempo do casamento dos filhos é quando houver melhor ocasião. Esta regra, a meu juízo, é bem falível, porque, dado que haja boa ocasião para casar e má disposição para casar, em tal caso o acerto seria duvidoso e, as mais vezes, não seria. Deve-se entender isso da ocasião despois da disposição e quando a vontade dos filhos estivesse conforme para receber esse estado. Porque ainda que das conveniências dele se podia esperar que o proveito trouxes-

se o gosto, todavia a vontade, que é nesta demanda o autor, ou réu, raras vezes se governa por essas regras, e de casamentos sem vontade não há que esperar contentamento. Seja livre a eleição do estado dos filhos, mas de tal sorte livre que seus pais os estejam sempre inclinando a aquele que lhes convém. Sejam então seus conselheiros, não seus senhores.

Nas filhas é grandíssimo perigo, porque, havendo trazido a vaidade humana umas leis (certo tiranas) contra a honra, partes e virtude e só em favor do interesse, sucede de ordinário que nas casas ilustres e grandes, donde há muitas filhas, apenas pode haver dote com que casar uma como convém. Ficam logo as outras condenadas a perderem por força a liberdade e haverem de tomar estado que não desejam e violentissimamente sofrem²³⁰.

O remédio deste dano é quasi sem remédio, porque seria necessário emendar primeiro toda a república e os maus costumes dela. Se nos houvéssemos de governar por exemplos passados, vimos que muitos grandes homens, achando-se ricos de filhas, se fizeram maiores nas descendências e a elas não violentaram. Recolheram na religião as que a pediam, casaram as que o desejavam. Neste caso, parece que o pai de muitas filhas se pode contentar não abaixando, sem que procure subir, que mais claramente é dizer-lhe, poderia casar suas filhas com pessoas que lhas pedissem para se honrar com tais mulheres e não querendo achar para genros homens com que se honrasse. Basta que se não desonrasse com eles. Isto não é sempre nem para todos, nem lhes nego a todos que procurem o melhor, mas amoesto que se acomodem com o possível.

Guardaram esta matéria de estado muito notáveis pessoas deste reino, que pudera nomear se não fora aqui escandalosa a comparação, fazendo memória de algumas desigualdades que depois igualou o tempo e a fortuna.

A valia dos príncipes, a grande riqueza, o valor notável da pessoa nas armas ou nas letras, quando seja acompanhado de limpeza de sangue²³¹,

²³⁰ D. Francisco critica, com muita clareza — como também o fizeram alguns dos seus contemporâneos, nomeadamente em textos literários —, a forçada entrada em religião das filhas segundas da nobreza. Só a título de exemplo, refira-se o caso de sor Brites da Encarnação, irmã de D. Diogo de Lima, futuro visconde de Vila Nova de Cerveira, obrigada (contra sua vontade) a entrar no convento da Rosa, onde morreu no ano de 1639 (Fr. Lucas de S. Catarina, *Historia de S. Domingos Particular do Reino de Portugal*, vol. V., Lisboa: Tip. do Panorama, 1866, 432-3 incluiu uma breve nota biográfica relativa ao seu percurso ascético).

²³¹ D. Francisco mostra aqui partilhar do mesmo princípio que norteou muitas das ideias políticas e sociais de então baseadas nos critérios (e na legislação) da limpeza de sangue, especialmente em Espanha.

realçam as qualidades dos homens, de sorte que os fazem merecedores de se poderem aparentar com os maiores e a estes dão confiança para se deixarem aparentar com eles.

Dizia um grande senhor em duas palavras tudo o que aqui há que dizer: que com seus filhos haviam de ir rogar seus pais para serem bem casados e para suas filhas haviam de ser rogados, para serem bem casadas. E outro, não menos entendido, costumava dizer que as boas partes eram chapins da qualidade que faziam crescer as pessoas, de sorte que muitas vezes igualavam os pequenos com os grandes.

Falta-me aqui por advertir alguma cousa a umas certas mães, e não sei se a alguns pais, que dão seus jeitos às filhas para que se casem, particularmente a aquelas de bom frontispício, largando-lhes para esse efeito um pouco a rédea do recato. Digo de mi que sou austeríssimo nesta matéria. Se a houvesse de julgar conforme meu natural, não acabara nunca de condená-la. Vemos, contudo, pelo contrário tantos exemplos que parece tem já tirado o horror que nela acharam outros. Fora de Espanha é tão ordinária esta arte (em Flandres especialmente) que os galanteios são permitidos e devidos, e chega a tanto que os pais e mães vem a ser os mestres das filhas, a quem aconselham os termos por que se devem haver com seus amantes, até os obrigar a que lhes sejam maridos.

De má vontade direi (mas enfim o digo) que se pode dissimular a uma filha, quando se saiba é bem vista de tal pessoa, que lhe estará bem para marido. Mas devem ser tais os modos por que esta dissimulação possa ser lícita que tenho o achá-los por impossível. Aconselhará neste caso o ânimo de cada um.

Vem agora aqui o casar a furto, que chamamos, e contra a vontade dos pais. Isto é em duas maneiras: em acção ou em paixão; em acção, casando o filho; em paixão, sendo a filha casada.

Ao homem que seu filho se casasse bem, ainda que contra vontade de seus pais da mulher com que casasse, aconselhara que o sofresse, que de secreto o ajudasse e se não desse por contente nem descontente da acção daquele filho. Receitaria neste caso uma ausência, que é cousa utilíssima para negar ao júizo público a tristeza, ou alegria, quando delas não convém testemunho. E se fosse antes do sucesso, seria maior prudência.

Ao homem que sua filha lhe fosse levada para casar com filho alheio, se assi fosse que nisso não perdesse, aconselharia que se fosse após dela e se

vencesse no pesar que lhe daria essa desobediência; que nos mais é teima e raiva e nos menos verdadeira dor.

Destas abominações entre os pais dos que assi se casam nace de ordinário inimizadas, brigas, contendias, e mais, de ordinário públicos ditos, remoques e desonras; desenterram-se avós, publica-se o que se não sabia, vão os escândalos de monte a monte; então, no cabo de todos seus defeitos, verdadeiros ou mentirosos, virem à praça, ei-los amigos.

O casar bem dos filhos pode absolvê-los da culpa de ser a desgosto dos pais, que obrigados eram a ter gosto do aumento dos filhos. Finalmente, o modo sempre era bem que fora bom, mas lá diz um rifão castelhano: *Hagase el milagro, hagalo el diablo*. O casar mal e a desgosto dos pais é o último desconcerto e o que mais vezes se vê. Tem só o remédio na perservação, porque para o erro não há mezinha. Advirtam-se assi os pais de darem com tempo estado aos filhos e, pelo menos, quando não possa ser com a brevidade que se deseja, mostrem-lhes que disso se trata. Com esta esperança os entrettenham.

Acontece haver homens que, por se gozarem de sua casa inteira, ouvem mal e respondem pior aos casamentos dos filhos e não poucas mulheres há que, por não verem a nora enfeitada junto a si, ou a filha descoberta e próximo o perigo de serem avós antes do tempo, enxotam de casa as boas ocasiões das bodas dos filhos, que dão em ser tão melindrosas e desconfiadas que poucas vezes tornam donde uma vez as desprezaram. Vele-se de tão indignos defeitos o marido sisudo e a mulher honrada. Queiram para os filhos, quando sejam pais, aquilo que, quando eram filhos, quizeram para si.

Não é pouco, nem pouco prolujo, o que se tem discursado. Cada ponto quisera já que fora o último, mas, com licença de V. M., não me haverei de despedir sem falar em sogros e sogras, noras e genros, cunhados e cunhadas.

Estes soem ser uns mal-estreados parentescos. Certo que já me pus a filosofar comigo somente sobre a causa desta desavença e outra não posso achar salvo aquela que em outra diferente causa deu o mestre dos políticos dizendo que aos grandes eram agradáveis as obrigações enquanto as podiam pagar, mas, como cresciam mais, ainda em vez de amor causavam ódio.

Julgo que é tamanha a dívida que se tem aos sogros e estes aos genros, uns a outros os cunhados, tanto o amor que se deve a pessoas tão conjuntas que, porque se não pode pagar, se converte em aborrecimento. Bem o mostra o estilo que nos ensina vendo chamar pais aos sogros, filhos aos genros,

aos cunhados irmãos. Quanto é aqui, assaz está expressa a obrigação, mas assaz mais expressa a ingratidão destes e aqueles, pelo que estamos vendo.

Queixava-se uma senhora viúva de grande amizade que tinha um seu filho com certo fidalgo, em que a ela parecia não ganhava ele muito, de que recebia desgosto. Entrou-lhe por casa um criado pedindo alvissaras e, perguntando-lhe: *de quê?* Respondeu: *De que meu senhor quebrou já com fulano porque lhe casa com uma filha.*

Como me não encarreguei de dar a razão, só procurarei de dar o remédio, para que nunca tal abuso se pratique.

Diga-me V. M. se um homem lavrasse com grandes despesas uma quinta, durasse nesta obra muitos anos, gastasse nela seu tempo e sua fazenda, lhe saísse em tudo perfeita e logo, ela acabada, se fosse a casa de V. M. e lhe desse aquela propriedade, lhe vinculasse outras e de tudo o metesse de posse, que faria V. M.? Que digo eu, V. M.? Que faria a mais ingrata pessoa do mundo senão venerar, amar, regalar e servir àquele homem, confessar-se por seu escravo, por seu devedor, por seu perpétuo amigo? Pois que faz menos, ou que não merece mais, aquele que cria por tantos anos a filha, a doutrina, a guarda e aperfeiçoar e depois, repartindo com ela seus bens e entregando ametade da sua alma, mete todo este tesouro na mão a outro homem a quem porventura antes nada devia?

Trarei para exemplo de bons sogros o que succedeu quasi entre nós e quasi em nossos tempos. E foi que, havendo um homem rico casado uma sua filha com um fidalgo honrado e querendo casar outra com outro em nada maior que o primeiro, este segundo não quis fazer o casamento sem que lhe dessem em dote mais dez mil cruzados do que ao outro havia dado; e como o sogro dissesse que teria grande causa de queixa o primeiro genro, dando ele mais ao segundo, e lhe não valesse esta razão para efetuar o último casamento, houve enfim de convir nele e efetuá-lo com tal galantaria e primor que, no próprio dia que assinou as escrituras ao segundo genro, mandou outros dez mil cruzados ao primeiro, dizendo-lhe que não queria que houvesse alguém que cuidasse o estimava a ele menos.

Por certo que não vi nem ouvi cousa mais galante e honrada. E por que se veja que também há genros que o sabem ser como devem, contarei a V. M. outro caso que bem o prova.

Havia, não há muitos anos, em certo lugar uma pessoa riquíssima com uma só filha herdeira para casar; afeiçoou-se sua mãe a um seu natural de

boa qualidade, mas não muita fazenda; mandou-lhe dizer que estava tão satisfeita de sua pessoa que lhe queria dar as melhores duas peças que tinha em sua casa, quais eram: sua filha por mulher e com ela tudo quanto tinha. Respondeu-lhe o genro que não seria razão que a quem tanto lhe queria e a quem ele devia tanto despojasse²³² de todos seus bens em uma só hora, que a filha receberia por esposa com condição que lhe não havia de dar mais da ametade do que lhe prometia.

Bem vejo que estes exemplos são muito bons para escritos, mas não são tais para praticados, e disso mesmo é a minha queixa. Enfim, eu satisfaço a minha obrigação, mostrando como não é impossível esta devida amizade. Malditos sejam os interesses!, que eles tem a culpa de que ela não prevaleça, porque de ordinário acontece que aqueles queixumes de sogros e genros tudo funda em *sim me deu, não me deu*. Grande descanso viera ao mundo se todos nos contentáramos com o possível, mas isto é querer outro mundo.

Tenho por boa a amizade e a companhia dos cunhados quando eles sejam para amigos e companheiros; quando o não sejam, nem por isso os excluo do trato e conversação. Deve-se neste caso fazer distinção dos maus aos ignorantes. Ainda que o cunhado não seja águia, se deve admitir, e antes a estes com maior causa por que os outros se lhe não atrevam. Mas ainda que seja águia aquele que mal procede, se deve desviar com todo o cuidado, sequer porque não pareça que em suas obras se consente.

Já ouvi murmurar e não sei certo se murmurei eu também de alguns que, casando, se apartam dos amigos que tinham antes e de todo se entregam à parentela de suas mulheres. Isto é condenável e se vê mais certamente naqueles que a elas cegamente se entregam.

Andava um noivo sempre entre dous cunhados seus, que nem largava, nem o largavam. Passava às vezes por um seu amigo do tempo de solteiro, a quem tratava com estranheza. Ele, queixoso, lhe disse um dia: *Pesa-me, senhor fulano, que a senhora D. fulana tenha tão pouca confiança da fé de V. M. que o não deixe andar pela cidade sem familiares.*

Também não será razão que nos passe por alto a prática de um acidente não poucas vezes sucedido entre casados, como agora digamos uns descontentamentos ou arrufos que passam com nome de escândalos entre a mulher e seus parentes, agora sejam do marido, agora seus próprios.

²³² Segunda edição: «despejasse».

Tudo isto costuma proceder de leves causas. E, como ordinariamente as vinganças das mulheres não são grandes, por isso são mais as queixas que dão causa a desconfianças e ruins vontades, com grande cargo do primor e às vezes da conciência, porque debaixo de um *eu sou sua amiga* está enroscado um ódio como uma serpente.

Há homens que tem por grande siso o não terem parte nestas contendas. Tal não aprovo, porque, além de que ao marido por sua dignidade toca a justificação das acções de sua mulher, ou a emenda, também lhe pertence a direcção delas, e mais na sua amizade ou inimizade, assi como ao rei pertence a guerra ou paz feita por seu vassalo. Fora de parecer que nos casos miúdos (que estes são os mais) um pouco se dissimulara. Porque, senhor N., aí há um desconcertar de braço ou pé com que é força acudir ao algebrista e outro que, quanto mais bolem com ele, mais o desmancham. É carne quebrada que ela por si mesmo solda quando lhe parece. Quando a dúvida passasse muito adiante entre a mulher e seus parentes e parentas e pudesse ser pública e escandalosa ou assi o ameaçasse, obrigado seria o marido a interpor-se em meio e acordar tudo.

Isto se faz melhor tratando-se com o próprio marido da parenta (se o tem), ou já ofendida, ou já agressora. E ainda que seja levantando-lhe um par de testemunhos a ambas as agravadas e dizendo a cada uma que a outra a roga (coisa que elas muito se satisfazem), é conveniente acomodá-las e fazê-las amigas.

Mulheres há, e não poucas, que nisto são tenazes e duríssimas de reduzir de seus pontos ou caprichos. Sem embargo, razão é que os maridos as encaminhem à razão e lhe façam certo que elas é bem que sigam o seu parecer deles, pois à sua conta deles está sua honra e crédito delas. Quando, feita a diligência prudente e necessária, não bastasse, tampouco serei de opinião que um homem esteja mal com sua mulher porque ela não está bem com a outra.

Ora, senhor N., quando comecei a escrever a V. M. foi com ânimo de não passar de uma carta e acho-me agora com um processo escrito. Eu de meu natural sou miúdo e prolixo; o estar só e a melancolia, que de si é cuidadosa, me fizeram armar tão largas redes para colher dentro delas todos os casos e todos os avisos. Praza a Deus que nos não hajamos cansado debalde, como seria se, no cabo de V. M. haver ouvido muito e de haver eu dito muito, de aqui não tirássemos algum proveito.

Rematarei com as generalidades que, a meu parecer, avultam bem a grandeza das casas; isto como conclusão do muito que nestes pontos havia que dizer.

Bem vejo eu que se chegar a ser lido de alguma casada ou casado (e mais dos que estiverem para o ser) acharão medonho este caminho por donde pretendo guiá-los à prometida casa do descanso, porque, dirão eles, o estão vendo cheio de abrolhos e cautelas, que apenas parece poderá passá-lo a consideração, quanto mais a obra.

Dir-lhe-ei a todas que nesta Carta sucede o que nas cartas de marear, que, quem as vir assi cruzadas de linhas e riscos que se comem uns aos outros, parece que de tal confusão não pode haver quem se desempece e na verdade não é assi, porque aquelas linhas todas são umas próprias e apenas passam de quatro principais, mas para fazer mais fácil o nosso uso se multiplicam.

Quem com bom juízo considerar esta máquina de cousas as verá tão semelhantes, atadas e dependentes umas de outras que não lhe parecerão muitas, mas uma só. E porque, como vemos a corda de poucos fios se quebra facilmente se com ela apertam muito, por isso é necessário tecer e torcer de muitos avisos e remédios esta corda de que está pendurada a honra, vida e salvação dos casados, porque com as forças do vício se nos não rompa. E como todas elas costumam quebrar pelo mais fraco e esta fraqueza é própria da mulher, por essa mesma razão convém fortificá-la de sorte, com tanta cautela e arte, que por mais que tire a ocasião, sempre se conserva sã e inteira.

Mas se contudo parecer às mulheres excessivamente rigorosa esta minha doutrina, certifico-lhes que meu ânimo não foi esse, senão encaminhar tudo à sua estimação, regalo e serviço.

E porque assi se veja mais certamente, haja quem queira de mi outra Carta para as casadas e então verá quão bem avogo por sua parte quando, pelo que aos maridos deixo dito, as mulheres se não dem por satisfeitas.

Senhor meu. Casa limpa. Mesa aseada. Prato honesto. Servir quedo. Criados bons. Um que os mande. Paga certa. Escravos poucos. Coche a ponto. Cavalo gordo. Prata muita. Ouro o menos. Jóias que se não peçam. Dinheiro o que se possa. Alfaias todas. Armações muitas. Pinturas as melhores. Livros alguns. Armas que não falem. Casas próprias. Quinta pequena. Missa em casa. Esmola sempre. Poucos vizinhos. Filhos sem mimo. Ordem em tudo. Mulher honrada. Marido cristão. É boa vida e boa morte.

Torre Velha, em 5 de Março de 1650.

D. FRANCISCO MANUEL.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Afonso, filho de D. Manuel, 94
Afonso, Martim, 64
Alberto, Arquiduque e cardeal, 122
Alciati, 61
Alemán, Mateo, 65,99,101
Almada, D. Antão de, Embaixador, 127
Almeida, P^o. Manuel de, 75
Álvarez-Ossorio Alvariño, Antonio, 34
Álvarez de Toledo, D. Antonio,
 V duque de Alba, 129
Álvarez de Toledo, D. Fernando,
 III duque de Alba, 73
Álvarez de Toledo, D. Fernando,
 VI duque de Alba, 73
Andrada, Diogo Paiva de, 20, 58, 61
Andueza, Ignacio de, 23
Anjos, Fr. Luís dos, 93, 122
Aragonés, Juan, 18
Aranda, Juan de, 24
Aristóteles, 26
Astete, Gaspar de, 113
Azevedo, António Luís de, 12,14,15
- Barbosa, João Morais, 65
Barros, João de, 21,68,85,132
Bernat Vistarini, Antonio, 9
Bismut, Roger, 18
Blanco, Emilio, 21, 33, 126
Blecua, Alberto, 32
Bouza, Fernando, 13,29,54
Burke, Peter, 17
- Cabañas, Maximiliano, 34
Calderón, 102
Camos, Fr. Antonio de, 25, 113
Campa, Pedro F., 97
Cardoso, Jorge, 93, 122
Carranza, Alonso, 83
Carlos V, 135
Carrasco González, A., 73
Carvalho, José Adriano de F., 9, 11, 13,
 17, 33, 34, 38, 58, 87
Casimiro, Augusto, 93, 104
Castilho, D. Pedro, Bispo, 122
Catarina de Áustria, rainha, mulher de
 D. João III, 93
Cervantes, Miguel de, 36, 60, 76, 88,
 99, 117
Chartier, Roger, 99
Chaves, Margarida de, 122
Chevalier, Maxime, 18, 32-34, 36, 99
Colomès, Jean, 15, 96
Combet, Louis, 26, 32, 95, 109
Correas, Gonzalo, 26, 95, 109
Correia, António Jorge, 122
Cossío, José María de, 20
Craesbeeck, Paulo, 10, 14, 51
Cuartero Sancho, Pilar, 18, 96
Cunha, D. António Álvares da, 13
Curto, Diogo Ramada, 76
- D. Duarte, Rei de Portugal, 65
D. João II, 133
D. João IV, 11, 58

- D. Pedro, 128
D. Sebastião, Rei de Portugal, 87, 93, 111
- Egido, Aurora, 21, 31, 34
Erasmus, 12
Escrivá, Francisco, SJ, 23
Estruch Tobella, Joan, 9, 55
- Farinha, Bento José, 28
Fernandes, M^a. de Lurdes C., 23
Fernando II, Imperador, 87
Fernando III, Imperador, 87
Figueiredo, Fidelino de, 61
Figueroa, Cristóbal Suárez de,
Filipe II, Rei de Espanha e Portugal, 93, 122
Filipe IV, Rei de Espanha e Portugal, 92, 129
Fonseca, Joaquim, 14
Francisco de Osuna, F., 99, 113
Frigo, Daniela, 26
Fumaroli, Marc, 12, 16
- Gouveia, António Camões, 23
Gracián, Baltasar, 21, 31, 33, 34, 126
Guazzo, Stefano, 13
Guevara, Fr. António de, 16, 20, 22
Guzmán, Francisco de, 72
- Henrique IV, rei de França, 115
Herrera Sottomayor, Jacinto de, 81
Hueriga, Álvaro, 101
- Infantes, Víctor, 18
- Jiménez de Urrea, D. Antonio, 54
- Leão, Duarte Nunes de, 92
Leitão, Francisco de Almada, 127
- Lima, D. Diogo de, 102, 138
Lípsio, Justo, 15, 16
Lobo, Francisco Rodrigues, 13, 33, 34
López Bascuñana, M^a Isabel, 24, 57
López Poza, Sagrario, 32
Luis de León, Fray
Luísa de Gusmão, rainha, 93
- Macchiavelli, Niccolò, 78
Macedo, António de Sousa de, 127
Machado, Diogo Barbosa, 127
Machado, José Pedro, 77
Manuppella, Giacomo, 11, 24
Maravall, José Antonio, 28, 30, 72, 97
Margarida de Áustria, mulher de Filipe III, 92
Margarida de França, Duquesa de Valois, 11, 25, 81, 93, 115
Marin Pina, M^a Carmen, 38
Martínez, Ana, 38
Mas, Amédée, 22
Mejía, Pedro, 83
Melchior de Santa Cruz, — v. Santa Cruz
Melo, António Craesbeeck de, 49
Melo, D. Francisco de, 14, 51
Melo, D. Francisco Manuel de, 9-20, 23, 24, 26, 30, 34, 36, 38
Melo, Luís de Abreu e, 31
Menéndez Pelayo, Marcelino, 9
Meneses, D. Joana de Vasconcelos e, 102, 132
Mexía, Pedro — v. Mejía, Pedro
Mimoso, Anabela, 33
Miralles, Enrique, 99
Miranda, Martim Afonso de, 28, 29, 34, 93
Miranda, Sá de, 101
Montero, M., 61
Morales Ortiz, Alicia, 33, 34, 36

Nobre, Cristina, 33
 Nogueira, D. Vicente, 103

Oliveira, Ana Lúcia Pinheiro de, 102
 Osswald, Helena, 38

Padilla Manrique y Acuña, D. Luísa,
 27, 35, 54, 125
 Pastor, Pedro Henrique, 54
 Paulo V, Papa, 122
 Paz y Meli, Antonio, 36
 Pereira, D. João, 15
 Pio V, Papa, 62
 Pires, Maria Lucília Gonçalves, 9, 11,
 13, 16, 30
 Porreño, Baltasar, 34
 Portugal, D. Francisco de, conde de
 Vimioso, 29, 94, 104
 Portugal, D. Francisco de, 26, 106
 Portugal, D. Henrique, conde de
 Vimioso, 29
 Prestage, Edgar, 9-11, 14, 54, 70, 71,
 75, 81, 83, 84, 86, 93, 101, 104,
 112, 115, 122, 127, 129, 132, 134

Quevedo Villegas, Francisco de, 10,
 21, 22, 78, 96
 Quondam, Amedeo, 12

Redondo, Augustin, 32
 Reis Católicos, 86, 106
 Remédios, Mendes dos, 29
 Ribadeneyra, Pedro de, 113
 Ribeiro, Bernardim, 92
 Rodríguez de la Flor, Fernando, 97

Sá, João Rodrigues de, 15
 Santa Cruz, Melchior, 34, 35, 75
 Santos, Zulmira C., 31
 Sanz Hermida, Jacobo, 60

Sarmento, M^a da Conceição Morais,
 12, 15, 16
 Serrano y Sans, Manuel, 54
 Sieber, Harry, 60
 Silva, A.J. Lopes da, 103
 Soares, Fr. Brás, 122
 Soria, M., 61
 Sousa, Gonçalo Correia de, 122
 Suárez de Figueroa, Cristóbal, 24, 27,
 29, 30

Tavares, Pedro, 76
 Teensma, Benjamin N., 9
 Teles, Baltasar, 75
 Teodósio II, Duque de Bragança, 93
 Timoneda, Juan, 18, 35
 Trancoso, Gonçalo Fernandes, 33

Valois, Margarida de — v. Margarida de
 França
 Veiga, Tomé Pinheiro da, 73, 92
 Vicente, Gil, 75
 Vieira, Fr. Domingos, 46
 Vives, Juan Luis, 12

Xenofonte, 26

Yndurán, Domingo, 12

Zapata de Cisneros, Cardeal, 134
 Zapata de Chaves, Luis, 73

ÍNDICE

Introdução	9
1. D. Francisco Manuel de Melo: entre a corte, a milícia, a Europa e a prisão.	9
2. <i>A Carta de Guia de Casados</i> : o título, o género, a matéria.	12
3. Do contexto ao texto da <i>Carta</i> .	18
4. O governo da casa.	26
5. Entre o passado e o presente, entre a história e a vida.	29
6. O hábil uso de ditos, provérbios, histórias, sentenças e rífoes.	32
Bibliografia	39
Critérios de edição	43
<i>Carta de Guia de Casados</i>	47
Índice onomástico	145

A *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Melo apresenta-se como um conjunto de conselhos e avisos para que, «pelo caminho da prudência», os casados acertem «com a casa do descanso»; mas é, acima de tudo, uma brilhante e subtil construção literária sobre diversas dimensões da vida privada, familiar e, em alguns aspectos, social do casado seiscentista «prudente e discreto». Nesta carta «a um amigo», o conselho pessoal, a sentença, a «história», o provérbio, o dito agudo e a ironia unem-se, de uma maneira graciosa e elegante, para enquadrar e suavizar os conselhos e os avisos relativos às diversas facetas e dificuldades do comportamento conjugal e familiar no quadro das condicionantes sociais da vida dos casados do século XVII. A originalidade desta obra é especialmente conseguida pelos ângulos de abordagem dos temas e problemas matrimoniais e familiares, pela forma subtil como o autor soube socorrer-se de outros textos e trabalhá-los de um modo pessoal, como entrou «discretamente» em debates então ainda em voga, como ilustrou com «sentenças, ditos, histórias» e com um hábil recurso a metáforas e imagens as perspectivas doutrinárias que queria transmitir. É certo que não evitou nem disfarçou (como também o não faziam os seus contemporâneos) uma certa misoginia, mas esta foi enquadrada num ideal de harmonia conjugal e familiar (de toda a «casa»), que muitas vezes também não poupou os defeitos masculinos.



MINISTÉRIO DA CULTURA



INSTITUTO PORTUGUÊS DO
LIVRO E DAS BIBLIOTECAS

ISBN 972-610-664-8



9 789726 106647